

PERCURSO: SOCIEDADE, NATUREZA E CULTURA



UNICURITIBA

CENTRO UNIVERSITÁRIO CURITIBA

**ENTIDADE MANTENEDORA:
ADMINISTRADORA EDUCACIONAL NOVO ATENEU**

ISSN 1678-569X

Percurso: Sociedade, Natureza e Cultura	Curitiba	a. 7	n. 7	2008	p. 1-142
---	----------	------	------	------	----------

EXPEDIENTE

Publicação oficial do UNICURITIBA

Endereço: Rua Chile, 1.678 – CEP 80220-181 – Curitiba, PR – Brasil

Telefone: (41) 3213-8700

Site: www.unicuritiba.edu.br

E-mail: npea@unicuritiba.edu.br

UNICURITIBA

Reitor: Danilo Vianna

Pró-Reitor Acadêmico: Alessandro Marco Rosini

Pró-Reitor Administrativo: Renato Silva

Comissão Editorial: Cristina Luiza C. Surek, Carlos Luiz Strapazzon, Marlus Vinicius Forigo, Gisela Maria Bester Benitez, Nilson Cesar Fraga, Olga Maria Coutinho Pépece, Benedito Costa Neto Filho.

Revisão: Antonio Carlos Amaral Lincoln

Diagramação: Juliana Senff

Impressão: Administradora Educacional Novo Ateneu (AENA)

Tiragem: 300 exemplares

Data: 2008

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Biblioteca do UNICURITIBA

Percurso: sociedade, natureza e cultura / UNICURITIBA – Centro
Universitário Curitiba. – A. 1, n.1, (2002). – Curitiba:
UNICURITIBA, 2002 - .
24 cm

Semestral.

A partir do n. 7 de 2008, houve alteração do título do periódico.
ISSN 1678-569X.

1. Turismo – Periódicos. I. UNICURITIBA

CDD (21.ed.) – 338.4791

CONSELHO EDITORIAL INTERNACIONAL

Allan Scoth Mills – Virgínia Commonwealth University - VCU Richmond - Virgínia – EUA

Alicia Ledesma – Universidad Nacional de Rosário - Rosário – Argentina

Cristina Maria de Jesus Barroco – Instituto Politécnico de Viseu – ESTV - Viseu – Portugal

Eduardo Salinas Chaves – Universidad de La Habana - Habana – Cuba

Emilce Cammarata – Universidad Nacional de Misiones - Posadas – Argentina

Hugo I. Romero – Universidad de Chile - Santiago – Chile

Noemi Wallingre – Universidad Nacional de Quilmes - Buenos Aires – Argentina

Saul Contreras Palmas – Universidad de Santiago do Chile - Santiago – Chile

Xosé Santos Solla - Universidad de Santiago de Compostela – Santiago - Espanha

CONSELHO EDITORIAL NACIONAL

Adnilson de Almeida Silva – SEE – RO

Anderson Pereira Portuguez – UES – ES

Antônio Castelnou – UFPR – PR

Celso Rogério Klammer – UP – PR

Djanires Lageano de Jesus – UEMS – MS

Erivan Cassiano Karvat – UTP – PR

Francisco de Assis Mendonça – UFPR – PR

Giovanni de Farias Seabra – UFPB – PB

Hélio Silveira - UEM – PR

João Pedro Pezzato – UNESP – SP

Júlio Cesar Suzuki – USP – SP

Lucia Izabel Czerwonka Sermann – UNIFAE – PR

Lucileide Feitosa Sousa – UNIRON – RO

Luiz Gonzaga Godoi Trigo – UNICAMP – SP

Luzia Neide M. T. Coriolano – UEC – CE

Marcos Aurélio T. da Silveira – UFPR – PR

Maria Cleide Baldo – UTFPR – PR

Maria da Salete Sachweh – UNC – SC

Maria Elisa Zanella – UFC – CE

Mariane Alves Dal Santo – UDESC – SC

Marília Gomes dos Reis Ansarah – EAESP – SP
Mary Sandra Guerra Ashton – FEEVALE – RS
Mauro José Ferreira Cury – UNIOESTE – PR
Miguel Bahl – UFPR – PR
Milton Mariani – UFMS – MS
Rosane Beyer – FAP – PR
Rosselvelt José Santos – UFU – MG
Wendel Henrique – UFBA – BA

Editor

Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga

Coordenação Editorial

Prof. Marlus Vinicius Forigo

APRESENTAÇÃO

Apresentamos a sétima edição da revista **PerCurso: sociedade, natureza e cultura**, que se encontra qualificada pelo sistema de classificação de periódicos, anais, revistas e jornais, da **CAPES – Sistema Qualis, como “B” Nacional, área Multidisciplinar**. A partir desta edição, a revista abre uma nova fase, congregando artigos científicos de todas as áreas das ciências humanas e mantendo o processo contínuo de melhoramento em busca da qualidade do material científico publicado no Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA).

A revista **PerCurso** número 7 vem caracterizada por um conteúdo multidisciplinar, atendendo às especificidades dessa área do conhecimento, com os seguintes trabalhos científicos: “A possibilidade de uma filosofia da cultura em Ludwig Wittgenstein: um olhar sobre as *Investigações filosóficas*”, de Bortolo Valle; “Modernidade, cidade e indivíduo: uma leitura de a *Rosa do Povo*”, de Júlio César Suzuki; “As associações de moradores e amigos de bairro de Curitiba: um movimento social reivindicativo centrado na questão da posse da terra”, de Maria do Carmo Marcondes Brandão Rolim; “Turismo e pós-modernidade: a socialidade nos espaços turísticos”, de Mary Sandra Guerra Ashton; Parollin; “Turismo, lazer e qualidade de vida nas comunidades receptoras”, de Mauro José Ferreira Curry, Luis Lopes Diniz Filho e Nilson Cesar Fraga; “A transição política democrática e a manutenção das práticas autoritárias no Brasil: o caso das instituições policiais”, de Bruno Zavataro e Marcelo Bordin; “Uma visão geográfica e filosófica da congada de São Benedito: uma manifestação cultural que atrai turistas à cidade da Lapa PR”, de Éder Afonso Klemba.

A diversidade dos temas apresentados no volume, demonstra que a revista **PerCurso** pretende ampliar sua capacidade avaliativa da complexidade temática contemporânea nas ciências humanas. Para tanto, se fez necessário ampliar o Conselho Editorial da revista, o qual passa a contar com 37 membros, sendo eles de universidades públicas e privadas de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rondônia, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Ceará, Minas Gerais e Bahia, além de nove membros internacionais – Estados Unidos da América, de Portugal, de Cuba, da Argentina, da Espanha e do Chile.

Dessa forma, a edição número 7 da revista **PerCurso** é entregue à comunidade científica. Reafirmamos o convite para que colaboradores enviem seus trabalhos para as edições futuras, permitindo assim um ampliar do debate acadêmico nas ciências humanas.

Nilson Cesar Fraga
EDITOR

SUMÁRIO

A POSSIBILIDADE DE UMA FILOSOFIA DA CULTURA EM LUDWIG WITTGENSTEIN: UM OLHAR SOBRE AS INVESTIGAÇÕES FILOSOFICAS Bortolo Valle	9
MODERNIDADE, CIDADE E INDIVÍDUO: UMA LEITURA DE A ROSA DO POVO Júlio César Suzuki	23
ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E AMIGOS DE BAIRRO DE CURITIBA: UM MOVIMENTO SOCIAL REIVINDICATIVO CENTRADO NA QUESTÃO DA POSSE DA TERRA Maria do Carmo Marcondes Brandão Rolim	35
TRANSIÇÃO POLÍTICA DEMOCRÁTICA E MANUTENÇÃO DAS PRÁTICAS AUTORITÁRIAS NO BRASIL: O CASO DAS INSTITUIÇÕES POLICIAIS Bruno Zavataro e Marcelo Bordin	61
TURISMO E PÓS-MODERNIDADE: SOCIALIDADE NOS ESPAÇOS TURÍSTICOS Mary Sandra Guerra Ashton	79
UMA VISÃO GEOGRÁFICA E FILOSÓFICA DA CONGADA DE SÃO BENEDITO: MANIFESTAÇÃO CULTURAL QUE ATRAI TURISTAS À CIDADE DA LAPA, PR Éder Afonso Klemba	95
TURISMO, LAZER E QUALIDADE DE VIDA NAS COMUNIDADES RECEPTORAS Mauro José Ferreira Cury, Luis Lopes Diniz Filho e Nilson Cesar Fraga	123
NORMAS EDITORIAIS	137

**A POSSIBILIDADE DE UMA
FILOSOFIA DA CULTURA EM
LUDWIG WITTGENSTEIN:
UM OLHAR SOBRE AS
*INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS***

BORTOLO VALLE

Doutor em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP,
Mestre em Filosofia pela PUC-SP,
Professor de Pós-Graduação em Filosofia na PUCPR
btlav@uol.com.br

Uma cultura é como uma grande organização que atribui a cada um de seus membros um lugar em que ele pode trabalhar no espírito do conjunto; e é perfeitamente justo que o seu poder seja medido pela contribuição que consegue dar ao todo. Numa época sem cultura, por outro lado, as forças tornam-se fragmentárias e o poder do indivíduo consume-se na tentativa de vencer forças opostas e resistências ao atrito; tal poder não é visível na distância que percorre, mas unicamente no calor por ele produzido ao vencer o atrito.

(LUDWIG WITTGENSTEIN, **Cultura e valor**)

RESUMO

Os escritos tardios de Ludwig Wittgenstein, mais especificamente as *Investigações filosóficas* estão nucleados pela concepção de linguagem ordinária, pela noção de jogos de linguagem e seguimento de uma regra, bem como pelo conceito de formas de vida. O principal objetivo é redefinir a identidade da teoria do significado que o autor havia desenvolvido na obra de sua juventude, ou seja, no *Tractatus lógico-philosophicus*. Tais conceitos estruturados permitem situar o filósofo vienense como dispensador de uma atenção especial aos problemas da cultura. Nesta reflexão, procuramos mostrar de que modo é possível, a partir da apropriação dessas realidades, estabelecer uma perspectiva para olhar o fazer cultural do homem em nossos tempos.

Palavras-chave: Ludwig Wittgenstein, jogos de linguagem, formas de vida, linguagem ordinária, cultura, filosofia da cultura.

ABSTRACT

The late writings of Ludwig Wittgenstein, more specifically the Philosophical Investigations are centered on the ordinary language conception, on the language games notion and on following a rule, as well as on the life forms concept. The main objective is to redefine the identity of the Meaning Theory that the author had developed in his youth work, that is, on the Tractatus logico-philosophicus. These structured concepts allow situating the Viennese philosopher as a dispenser of a special attention on cultural problems. On this reflection we intended to show on what manner is possible, from the appropriation of these realities, to establish a perspective of glancing human beings cultural doing at our time.

Keywords: *Ludwig Wittgenstein, language games, life forms, ordinary language, culture, philosophy of culture.*

1 INTRODUÇÃO

Pensar a cultura nestes tempos de transição, nestas sociedades intervalares¹, requer considerar, necessariamente, o arcabouço de uma teoria do significado, produzida pelo conjunto das contribuições geradas por uma teoria do conhecimento, que se fez presente depois do que se convencionou denominar, desde o final do século XIX, “giro lingüístico.”

Sob os direcionamentos de tal perspectiva, pode-se contrapor a experiência de uma cultura com elementos oportunizados por uma tradição que teve início com Descartes, que foi tipificada por Kant, e que, de alguma forma, foi retrabalhada pela contribuição de filósofos, como E. Mach e Bertrand Russell, experiência que manteve proximidade com elementos surgidos do empirismo, do racionalismo, do positivismo e, igualmente, do que se pode identificar como a “sociedade” dos mercados econômicos e do liberalismo político inerente a um cosmopolitismo que ora dá sinais de extinção; com aquela formulada desde uma visão que pode ser referida como sendo sua “contra-imagem orgânica” que procura realçar o todo, o sistema, a conexão, a peculiaridade e as especificidades culturais, favorecendo o que se considera especificamente uma “comunidade”, ou seja, as raízes, os grupos distintos e acolhedores.

Ambas comportam a possibilidade de se derivar categorias culturais nascidas do intercâmbio entre uma Teoria da Significação e uma Teoria do Conhecimento o que equivaleria a perguntar sobre que coisas têm significado no mundo e quais destas podem ser verdadeiras ou falsas. Admitimos ser possível, assim, uma comparação entre os elementos de uma Teoria do Significado e aqueles de uma Teoria do Conhecimento para se realizar o que gostaríamos de considerar como um olhar em perspectiva sobre a Cultura.

No século XX, é forçoso reconhecer o papel desempenhado pelo trabalho filosófico de Ludwig Wittgenstein. Conseguimos reconhecer sua decisiva contribuição quando da elaboração de uma teoria do significado, conforme expressa em sua primeira e mais conhecida obra, o *Tractatus lógico-philosophicus*, bem como, a revisão elaborada dessa mesma teoria, por ocasião da reunião de seus escritos tardios que culminaram no livro *Investigações filosóficas*.

¹ A caracterização é do Professor Boaventura de Sousa Santos, em sua obra **A crítica da razão indolente** – contra o desperdício da experiência.

Embora não seja evidente a afirmação de que o modo de significação presente nas *Investigações* tenha procedido a uma superação qualitativa do modo apresentado no *Tractatus*, é inevitável reconhecer que as conseqüências acabam por determinar diferentes rumos quanto a sua possível aplicação na análise de categorias para pensar a cultura.

Nessa reflexão, pretendemos nos debruçar sobre as noções de linguagem ordinária, jogos de linguagem, seguimento de uma regra e sobre aquela de formas de vida, conforme foram dispostas pelo filósofo nas *Investigações filosóficas*, a fim de indicar uma maneira pela qual é possível refletir os aspectos da vida cultural em nossa sociedade. A sociedade carrega em seu seio as marcas do embate entre um modelo reconhecidamente em fase final e um que ainda não tem seus traços definidos ou, para ilustrar, sociedade que realça as antinomias entre o modelo de uma experiência marcadamente moderna, calcada sobre os ideais de um iluminismo definido pela autonomia da razão universalista a banir as particularidades, e aquele de uma espécie de iluminismo repensado sobre a égide da identidade do que é singular, do que é próximo e do que é elaborado pelo sinal de pertença e afinidade de cada grupo em sua singularidade.

2 WITTGENSTEIN COMO FILOSOFO DA CULTURA.

Wittgenstein não elaborou, *stricto sensu*, uma filosofia da cultura, não pelo menos no sentido de uma reflexão que busca, em um tempo, compreender a cultura enquanto uma realidade em oposição à natureza, ou em outro, como algo a caracterizar as disposições para o desenvolvimento das faculdades inatas do homem, mediante o estudo e a elaboração do mundo das letras, das artes, da ciência e da observação ou reflexão, ou ainda, no sentido de uma disposição sobre o conjunto dos aspectos intelectuais, morais e materiais dos sistemas de valor e dos modos de vida que caracterizam uma civilização.

Não obstante, é possível afirmar que o filósofo potencializou, em sua vida e por meio de sua obra, um conjunto de expectativas disseminadas pela ampla e complexa força das atividades culturais de seu tempo, na medida em que aquelas estão impregnadas de rupturas estimuladas pelos valores e pelo espírito que a civilização recente impôs à tradição. A crítica de Wittgenstein aos valores e ao espírito de seu tempo modulou insistentes interrogações que conduziram ao coração de sua filosofia,

centro identificado por um característico substrato ético com reflexos profundos no fazer cultural.

Vida e obra de Wittgenstein compõem um itinerário de clareza paradoxal, expressam uma *Klarheit* dramática², resultado de uma experiência que oscila entre o desejo de uma utopia a inaugurar um tempo de segurança – mais do que isso, de liberdade – e uma espécie de fascínio pela decadência, ambiente com traços apocalípticos, produtores dos acontecimentos que culminaram nas primeira e segunda guerras mundiais. Foi nessa ambigüidade da vida cultural vienense, época *sortie des ses gondes*³, como a identifica K. Kraus, que Wittgenstein recolheu o material pra compor sua primeira obra: o *Tractatus lógico-philosophicus*. Nela o autor se lança na única tarefa suportável e justificada, qual seja, a busca de clareza para o pensamento e conseqüentemente a clareza para o mundo. Clareza que nasce da paz conquistada, quando os problemas são dissolvidos pelo trabalho sobre a linguagem. O *Tractatus* é uma espécie de síntese que quer dar por resolvidas as questões pertinentes à vida e ao mundo, conforme convicção registrada pelo autor em seu *Diário filosófico*: “Poder-se-ia dizer também que aquele que atinge a finalidade da existência, não tem necessidade de outra finalidade para além da vida. Isto é, aquele que está em paz.”⁴

Não menos fascinante é o ambiente produtor das *Investigações filosóficas*, sua obra mais tardia. O desejo de clareza ainda se faz manifesto. O processo de julgamento, elemento constante, do modo pelo qual o mundo é reapresentado, permanece aberto. A idéia de se considerar a linguagem, os simbolismos e os meios de expressão como portadores de representações como (*Darstellungenn*), ou de figuras (*Bilder*), está longe de se afastar das vivências culturais nas décadas posteriores à publicação do *Tractatus*. A matriz que produziu os argumentos das *Investigações filosóficas* permanece ética (implicando-se nos determinantes culturais sobre os quais se fundam os limites do mundo), um convite para olhar o que simplesmente existe, motiva a eliminação daquilo que perturba ou impede um olhar imparcial sobre as coisas.

² A experiência cultural de Viena, no final do século, pode ser representada pelos termos *Wahrheit*, *Reinheit*, *Echtheit*, *Aufrichtigkeit*, *Anständigkeit*, *Treue*, assumidos por Trakl, Kraus, Schönberg, Klimt, Weininger e outros.

³ Conforme KRAUS, K. **Cette grande époque**. Paris: Petite Bibliothèque Rivages, 1990. p. 177.

⁴ Conforme L. Wittgenstein, em seu **Diário** (6 jul. 1916).

A afinidade entre os conteúdos das *Investigações* e a experiência cultural se ilustra pelas anotações compiladas por Von Wright, que organizou, depositando numa espécie de sementeira, certos aforismos dispersos, notas não pertencentes diretamente aos textos estruturados de Wittgenstein e trazendo à luz o livro conhecido como *Cultura e valor*⁵. Embora o compilador nos alerte que o sentido das notas só se abre diante do conjunto filosófico produzido pelo pensador vienense, entreter-se com o conteúdo de tais notas é, de certo modo, mergulhar nos recônditos da alma do filósofo, recônditos que geraram as *Investigações filosóficas*. Essas notas são, por si mesmas, esclarecedoras do vínculo entre o filósofo e as preocupações culturais que marcaram a trajetória final de sua filosofia.

O que nos guia em direção a um exercício de pensamento sobre Wittgenstein como “pensador da cultura” é a convicção de que a questão cultural se desenha como algo de fundamental no conjunto da obra. Desenha-se não num sentido explícito (uma de motivação interna), mas numa perspectiva implícita (motivação externa). Não se trata de considerar a opinião emitida pelo autor sobre, por exemplo, música, literatura, arquitetura, religião ou sobre outros autores, mas de tomar a cultura enquanto um componente que deve nascer do exercício próprio da filosofia que não pode mais atender aos anseios humanos de uma fundamentação ontológica e de trabalhar sobre o que é possível dizer da realidade enquanto fato existente, ou seja, passar dos fundamentos do mundo para a explicitação da linguagem.

Pode-se afirmar que existe uma prioridade ética a perpassar as convicções do autor expressa tanto no *Tractatus* quanto nas *Investigações*. Mesmo sem ser expressa, a pergunta pelo sentido da vida está presente. Para Wittgenstein, a perspectiva ética do mundo é o lugar para onde se dirige toda a formulação lógica. O que o autor pretende é, primeiramente, ter presente que a vida que merece ser vivida é a vida feliz. A felicidade é a única realidade que justifica o esforço do homem para viver honestamente. Nada poderia ser mais ilustrativo da preocupação cultural do autor do que esse sinal de implicação recíproca de uma obra e uma vida que se constroem sobre a égide do turbilhonamento cultural característico das primeiras décadas do século XX e que parece dissolver as grandes questões que sempre alimentaram o pensamento na dinâmica da linguagem.

⁵ De acordo com a tradução de *Vermischte Bemerkungen* para **Cultura e valor**, da tradução inglesa de **Culture and value**.

3 SOBRE A SINGULARIDADE DE UMA PERSPECTIVA CULTURAL: A CONTRIBUIÇÃO DAS *INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS*

No *Tractatus* parece estar presente a convicção de que toda a linguagem, ou cada sistema de descrição do universo é uma rede⁶ que se lança sobre o mundo. Compreende-se o mundo por meio das aberturas que constituem a rede, mas a forma das aberturas depende de nossa decisão. São nossas convenções semânticas, nosso método de projeção, que determinam a forma de sua abertura. Toda linguagem deve, assinala o autor, ter proposições elementares. Quais, porém, são elas é uma variável de cada linguagem. No entanto, isso não é suficiente para tirar do *Tractatus* a acusação de que seu modo de figurar a realidade ainda comporta o desejo de uma linguagem purificada, perfeita a comportar-se como estrutura ontológica do mundo com implicações que poderiam supor que o autor, por extensão, estaria pensando na possibilidade de uma cultura ainda com identidade universal, próxima do ideal transformado em projeto de progresso, tal como se apresenta nos imperativos impostos pelo desejo de desenvolvimento presente no “projeto iluminista”.

A singularidade da teoria da linguagem defendida no *Tractatus* nos remete, em última instância, a uma pergunta fundamental: como as proposições se relacionam com o mundo? A identidade dessa questão fundante nos leva a concluir que o que está por detrás do *Tractatus* é uma maneira muito particular de considerar o homem. Cada indivíduo pode ser tomado como um exemplar-padrão de uma humanidade invariante num constante enfrentamento com o mundo, não o mundo de todos, mas seu mundo. Essa individualidade parece estar presente também em autores da magnitude de Kant ou de Hume. Assim, embora consideremos avanços, no *Tractatus* ainda transparece o ideário de um mundo que imputa responsabilidade a um indivíduo que se vê diluído na “sociedade” pensada universalmente. É evidente que a força da “sociedade” não confere proximidade, não deixa transparecer os laços de pertença limita, assim, o fluxo da afetividade. Não existem os mundos, existe o mundo. Não existem os homens existe o homem. A especificidade da cultura em que se gestou o *Tractatus* parece fazer dele porta-voz, ainda, da nostalgia que determinou a visão cultural tão própria dos modelos que agora parecem

⁶ Wittgenstein faz referência à metáfora de uma malha, conforme *Tractatus lógico-philosophicus* T. L. P. 6.341.

não mais responder aos anseios do homem numa sociedade plural e complexa como a em que vivemos.

Essa posição parece ser revista pelo autor com a marcha dos acontecimentos de sua vida, os quais o levaram a afastar-se da filosofia tão logo concluiu o *Tractatus*. A experiência no trabalho como professor no interior da Áustria, a retomada da atividade docente, em 1929, e o encaminhamento de suas atividades posteriores imprimem uma consciência que culminará com uma mudança significativa no sinal de pertença entre o modo de significar e a dinâmica cultural. Essa mudança passa a ser visualizada no modo como o autor concebe a linguagem em sua obra tardia, ou seja, nas *Investigações filosóficas*.

Podem ser tomados como elementos centrais das *Investigações* alguns conceitos que se mostram elucidativos para nosso propósito. Destacam-se: a ênfase dispensada à linguagem ordinária, a noção de jogos de linguagem e o seguimento de regras, bem como a noção de formas de vida. Parece haver uma convicção partilhada de que esses conceitos se amalgamam sobre um pressuposto de natureza pragmática, em que o valor de verdade ou falsidade dos conceitos é conferido não mais pela busca de uma linguagem purificada, válida universalmente, mas pelo acordo partilhado por meio do uso que fazemos de nossas proposições discursivas.

Parece ser possível, então, tomar o conteúdo das *Investigações* como instigador de uma nova experiência do estar no mundo. O participar de uma linguagem sem pretensões de coerência lógica, ou seja, de uma linguagem que traduz a dinâmica do dia-a-dia, elaborada não com o intuito de universalizar, mas empenhada em fazer valer os sinais de afinidade, estabelece uma dinâmica de compartilhamento. A arquitetônica emergente faz lembrar a coesão que existe não numa sociedade, mas numa comunidade.

A distinção permite tomar a “sociedade” como comportando a potencialidade de diluir o indivíduo, enquanto a “comunidade” confere ao indivíduo uma identidade singular no exercício de compartilhamento da linguagem. É evidente que tal partilha não se efetiva sem algum tipo de razão; é partilha que se faz no mecanismo de um jogo que pressupõe a existência de regras. A regra não é dada *a priori*; é, antes, produzida no ato de jogar. Mas os jogos todos se aproximam naquilo que os torna parecidos, naquilo que o autor denominou muito apropriadamente “ares de família”, o que torna compreensível o conceito pouco explorado, mas imprescindível de forma de vida.

A força da comunidade supera nas *Investigações* a força da sociedade que parece ilustrar o *Tractatus*. Isso tem de ser tomado sob o signo daquilo que o autor quer fazer notar quando enuncia a idéia de *unserer alltäglichen Sprache*, traduzida para o inglês, por Ascombe, como *our everyday language*, que, quando tomada com atenção, deixa transparecer sua força na idéia de aconchego sentido no ambiente familiar. Não se trata, portanto, de vê-la – e a tentação é grande – somente como linguagem coloquial. Tomá-la nesta acepção enfraqueceria o significado cultural que lhe é inerente e que fornece consistência ao modo próprio como o autor pretende que seja empregada.

Há na tradição filosófica que remonta aos modernos e mais especificamente a Descartes um gesto de insistente desconfiança daquilo que é representado pela linguagem ordinária. Não é possível para a tradição confiar o ideal da civilização ao falar do dia-a-dia, sinal de barbárie. É antes necessário que a linguagem seja retirada de seu estado diário e conduzida a um estado de rigor que espelhe a civilização alcançada pela determinação de uma razão autônoma capaz de superar a ignorância do que é simplório. Civilização parece não combinar com o que é familiar. Seria preciso, então, conduzir a linguagem para fora de seu âmbito familiar, seria preciso introduzi-la no panteão das realidades purificadas. Essa é a utopia almejada pela razão instrumental.

Wittgenstein assume nas *Investigações filosóficas* a tarefa de reconduzir a linguagem ao seu *locus* familiar. É aí que ocorre e se processa uma espécie de inversão nos padrões que edificaram a forma da civilização moderna e aqueles que estão conjugados para forjar uma civilização do homem de nossos dias. Essa inversão, por assim dizer, nos conduz da atitude que nos impelia a olhar para cima para aquela que nos faz olhar para o solo que sustenta nossos pés. Enquanto o elevar-se propugna um sair fora para pertencer, o abaixar-se engendra um pertencer para sair fora. Não se trata, simplesmente, de um jogo de palavras. É antes o sinal de que é possível trazer o homem de volta de seu exílio. É isso que se ilustra, quando lemos que a tarefa do filósofo é conduzir as palavras de seu emprego metafísico de volta a seu emprego cotidiano.

Não é possível desconsiderar a força do cotidiano. Não podemos nos iludir atribuindo ao cotidiano um sentido de simplicidade vulgar. O cotidiano é a casa por oposição ao exílio. É claro que após experimentar o exílio tenhamos receio de estar em casa, de nos sentir de novo no lugar de onde nunca deveríamos ter saído. Mas como reconhecer a casa? Sempre estivemos exilados, sempre tivemos sede de um mundo que está para além de nosso território, não por vontade própria, mas por pertencer

a uma tradição que nos ensinou que éramos estrangeiros em nossa própria casa. O sentimento de que palavras parecem estar longe – “fora de um determinado jogo”⁷ – e de que elas devem ser reconduzidas marca indelevelmente o texto das *Investigações*. É ainda o filósofo quem faz a ilustração do exílio ao afirmar: “Um problema filosófico tem a forma: não consigo achar o meu caminho.”⁸

O reconhecimento do valor do ordinário, do cotidiano como lar, nos devolve a circunstancialidade de nossos ambientes. O jogo reparte o mundo, mas não se trata das partes do mundo; trata-se, antes, do mundo das partes. Quando nos encontramos em casa, descobrimos que adiante estão as outras casas, outros mundos distintos onde a regra não segue algum tipo de imperativo universal, contudo se potencializa na particularidade de espaços acolhedores.

Talvez se possa afirmar que a maneira como Wittgenstein se refere a essa cotidianidade, devolvendo a linguagem a seu lugar de proximidade e aconchego familiar, expresse, em última instância, a idéia de um engajamento. Wittgenstein, nas *Investigações*, parece querer apresentar um indivíduo engajado, um indivíduo pertencente, diferente do indivíduo que se apresenta desprendido, como que pairando sobre, conforme forjado pelo ego cartesiano. Sabedores de que é o contexto de nossa forma de vida que confere o significado a nossas palavras, pomonos a combater a neutralidade pretensiosa, tão característica de uma concepção que poderia ser classificada como individual por buscar o conhecimento tão-somente no interior da mente do indivíduo. A idéia de pano de fundo oportunizada pelas formas de vida nos liberta dessa espécie de cárcere privado.

4 DESAFIOS: PARA UM HUMANISMO DA CUMPLICIDADE

Partilhamos uma forma de vida. Esse é o significado das linhas de um novo signo do pertencimento cultural a estabelecer nossas práticas e modos de relação. A forma de vida é o sinal da existência de uma prática e de um significado que não são meus, porém nossos e nossos de várias maneiras, o que sugere uma intensidade do partilhar a viabilizar a coesão

⁷ Conforme *Investigações filosóficas*, p. 47.

⁸ Conforme *Investigações filosóficas*, p. 123.

da comunidade. Assim, por exemplo, o filósofo nos alerta que a palavra “dor” adquire seu sentido nos entendimentos entre as pessoas mais do que num aprendizado contemplativo da experiência interior, porque a linguagem, com suas regras a determinar os diferentes modos de ser e estar no mundo, é o elemento primeiro e primordial de uma comunidade.

Não estamos no mundo de maneira neutra. A *lebensform* nos conduz na perspectiva de um relato do modo humano de vida, capaz de superar certas distorções em nossas práticas que são garantidas e impostas por nossas instituições hegemônicas, marcadamente individualistas e adeptas da dissolução do homem no universo da sociedade. A força da comunidade, nuclear em *Investigações Filosóficas*, parece assumir para si a tarefa de um novo Humanismo. Um Humanismo a partir do Wittgenstein das *Investigações* constitui-se num desafio à ação hegemônica da razão instrumental (burocrática e técnica), que marcou nosso passado recente. Esse não pode mais ser o tempo do um indivíduo, do ego solipsista e transcendental, mas o tempo de um indivíduo que se articula, que se torna cúmplice.

Nestes tempos de banimento das diferenças, nestes tempos de combate aos discursos articulados do estranho e nestes tempos de liquidação do que não é igual, a idéia de cumplicidade nascida no seio do pertencimento a uma forma de vida nos devolve a nosso chão, resgata nossa diferença e nos conduz de volta àquilo que é específico de nossa identidade. Retomemos à expressividade do texto usado como epígrafe: trabalhar no espírito de conjunto, para que as forças não se tornem fragmentárias e o poder do indivíduo não seja consumido no anonimato de uma racionalidade auto-suficiente.

REFERÊNCIAS

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus lógico-philosophicus**. São Paulo: Ed. da USP, 1994.

_____. **Investigações filosóficas**. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **Diário filosófico (1914-1916)**. Barcelona: Ariel, 1982.

_____. **Cultura e valor**. Lisboa: Edições 70, 1980. (Biblioteca de Filosofia Contemporânea).

BARRET, Cyril. **Ética y creencia religiosa en Wittgenstein**. Madrid: Alianza Universidad, 1994.

BOUVERESSE, Jacques. **Le mythe de l'intériorité: expérience, signification et langage prive chez Wittgenstein**. Paris: Lês Editions de Minuit, 1987.

DIAMOND, Cora. **The realistic spirit: Wittgenstein, philosophy, and the mind**. Oxford: The Mit Press, 1991.

HARDWICK, Charles. **Language learning in Wittgenstein's later philosophy**. Paris: Mouton the Hague, 1971.

KRAUS, K. **Cette grande époque**. Paris: Petite Bibliothèque Rivages, 1990.

PEARS, D. **As idéias de Wittgenstein**. São Paulo: Cultrix-Edusp, 1973.

ZILHÃO, Antonio. **Linguagem da filosofia e filosofia da linguagem**. Lisboa: Colibri, 1993.

Artigo recebido em 10/5/2008. Aprovado para publicação em 14/6/2008.

**MODERNIDADE, CIDADE E
INDIVÍDUO:**
UMA LEITURA DE *A ROSA DO POVO*

JÚLIO CÉSAR SUZUKI

Doutorado e mestre em Geografia Humana pela USP,
Professor no Departamento de Geografia da USP

[...] Essa viagem é mortal, e começá-la.
Saber que há tudo. E mover-se em meio
a milhões e milhões de formas raras,
secretas, duras. Eis aí meu canto.
(Carlos Drummond de Andrade, 2002, p. 22)

A modernidade imprimiu uma aceleração do tempo. A velocidade com que se dão os processos de deslocamento das informações, das pessoas, das mercadorias, bem como aqueles relacionados à dinâmica social, teve um aumento considerável, se levarmos em conta as necessidades temporais necessárias durante a Antiguidade e o feudalismo para situações similares, porém não idênticas.

Procura-se, então, neste texto, analisar o significado da modernidade na constituição do indivíduo e de sua fragmentação, particularmente na cidade, tomando como referência *A rosa do povo*, de Carlos Drummond de Andrade.

É no contexto de transformações temporais, marcadamente sociais, econômicas e políticas, que se constituem o indivíduo e a cidade moderna.

Paradoxal é o quanto a definição do indivíduo revela de seu próprio esfacelamento. No momento em que o homem é definido como ser em separado dos demais, passa a ser necessário constituir um campo do saber para tratar dos problemas que dificultam a manutenção da individualidade, do qual participam a Psiquiatria e a Psicologia.

É exatamente na cidade moderna que esse indivíduo é mais marcado pelo esfacelamento. É onde o poder de transmissão de uma mensagem que seja útil aos outros se torna cada vez menos comum.

Segundo Walter Benjamin (1985:202), em *O narrador*, a arte de narrar está em vias de extinção. A narração, como uma das formas de manutenção do discurso fundado na experiência, deu lugar ao romance que está sendo substituído pela informação (a nova forma de comunicação).

Na transição do predomínio da forma narrativa para a romanesca, dá-se a desvalorização da experiência, sobretudo a daqueles que vêm de longe e a daqueles que passam uma vida toda sem sair de seu país, principalmente o marinheiro comerciante e o camponês sedentário (BENJAMIN, 1985:198-9), para o caso europeu. No romance, passa-se a valorizar “[...] o indivíduo isolado, que não pode mais falar exemplarmente sobre suas preocupações mais importantes e que não recebe conselhos nem sabe dá-los [...]” (BENJAMIN, 1985:201).

Essa compreensão do que é valorizado no romance está presente, também, na discussão de Ian Watt, particularmente quando afirma que, no romance, o “[...] principal critério era a verdade em relação à experiência individual – experiência individual sempre única, e por isso nova [...]” (WATT, 1984:19), rejeitando os universais (WATT, 1984:17), ou seja, experiências que retratam as práticas sociais de uma coletividade que permitiriam a conformação de um conceito abstrato de referência sobre os sujeitos históricos e seus enfrentamentos cotidianos.

A narração, ainda, possui um sentido *stricto* na teoria literária, colocando-se lado a lado com a descrição, o diálogo e a dissertação. “Nesse caso, a narração consiste no relato de acontecimentos ou fatos, e envolve, pois, a ação, o movimento e o transcorrer do tempo.” (MOISÉS, 1992:355)

De qualquer modo, o que nos interessa é o movimento paradoxal de constituição do indivíduo e de seu esfacelamento na modernidade, sobremaneira na cidade. Nesses termos, pretende-se, com base na obra *A rosa do povo*, de Carlos Drummond de Andrade, analisar a mediação construída entre o poeta e a cidade, na leitura do esfacelamento do indivíduo, especialmente levando em consideração o momento de final da Segunda Guerra Mundial, o qual marca a escritura da obra, portanto de descrença muito forte e de reconstrução da utopia.

Cabe, nesse momento, ressaltar que, quando se fala da relação entre o poeta e a cidade, não se pode ter em mente que o poeta seja Carlos Drummond de Andrade, o indivíduo histórico. Tem-se como referência a noção de poeta como sujeito ficcional, em que se mesclam elementos próprios da história pessoal do intelectual (o indivíduo histórico) e os inerentes à construção da obra poética. Assim, a relação entre o poeta e a cidade não é uma relação simples de elucidação sociológica do texto poético com fundamento na vida do artista, mas a leitura da obra poética em si e suas mediações com a história pessoal do escritor e a história da cidade em que viveu, cujos vínculos foram sendo construídos na história de cada um. Assim, procura-se não estabelecer uma relação mecânica entre o texto poético e a história do escritor. É, então, nesses termos que a referência ao poeta é para além do próprio Carlos Drummond de Andrade, mas, com ele, mantendo intrínseca relação.

O sentido que se dá à noção de poeta encontra guarida na discussão de Theodor Wiesengrund Adorno (2003:79) acerca da relação entre lírica e sociedade, ao recuperar o significado universal de seu discurso, em que o sujeito poético representa um sujeito coletivo, diferenciando-se da pessoa privada do poeta, cujos poemas são um parâmetro importante para a leitura da História e da Filosofia: “[...] não se trata da

pessoa privada do poeta, nem de sua psicologia, nem de sua chamada 'posição social', mas do próprio poema, tomado como relógio solar histórico-filosófico.”

A leitura de um sujeito ficcional que supera os limites do sujeito histórico está presente, ainda, no fechamento da discussão de Theodor Wiesengrund Adorno (2003:164) sobre o artista como representante de seu tempo:

O artista, portador da obra de arte, não é apenas aquele indivíduo que a produz, mas sim torna-se o representante, por meio de seu trabalho e de sua passiva atividade, do sujeito social coletivo. Ao se submeter à necessidade da obra de arte, ele elimina tudo o que nela poderia se dever à mera contingência de sua individuação. Mas, junto a essa posição de suplente do sujeito social como um todo, suplente daquele mesmo homem completo e indiviso ao qual apela a idéia de belo de Valéry, pode também ser pensada uma situação na qual a sina da cega individuação fosse cancelada, uma situação na qual se efetivaria socialmente o sujeito completo. A arte que alcançasse a si mesma, seguindo a concepção de Valéry, transcenderia a própria arte e se consumaria na vida justa dos homens.

A voz lírica que aparece nos poemas de *A rosa do povo* incorpora densamente as experiências de um intelectual que vive um momento complicado da modernidade, sobretudo o que revela o quanto as promessas de ordem e progresso, tão apregoadas pelo positivismo e pelos regimes totalitários, não dariam conta de produzir uma sociedade fraterna, libertária e igualitária, para lembrar os termos universais da Revolução Francesa.

É um tempo em que as promessas de progresso, advindo da modernização técnica utilizada na indústria, não chegaram à população em geral nas grandes cidades, *locus* prioritário de instalação das plantas produtivas fabris.

Mas é uma voz lírica que supera, em grande medida, os limites da individualização. É uma voz do “sujeito social coletivo”. É uma voz que traduz muito do que se passa por dentro dos sujeitos históricos de uma sociedade moderna marcada por tanta desigualdade, em que os tempos de transformação socioespacial e de adequação cultural não se coadunam. É uma voz que marca, contundentemente, a experiência de vítima em que se inserem esses sujeitos perdidos no movimento de uma modernidade que não garantiu sentido para suas vidas.

Nesses termos, o de circunscrição dos limites referenciais da voz lírica, que se pode reiterar a importância do debate de Walter Benjamin (1993) acerca da perda do poder de narrar a partir da formação da bur-

guesia e da constituição do romance como sua forma prioritária de construção literária, tendo em vista que

[...] a narratividade, que durante tanto tempo floresceu num meio de artesão % no campo, no mar e na cidade %, é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação [...]

E o artesanato foi substituído pela produção fabril, marcado pela intensa divisão do trabalho, em um tempo social, *de plus en plus*, determinado pela volatilidade e pela fugacidade, tanto que Marshall Berman (1986), recuperando um trecho do *Manifesto Comunista*, lembrará que “tudo que é sólido desmancha no ar.”

Theodor W. Adorno, em diálogo com Walter Benjamin, indica-nos que não é possível, no entanto, entender a perda da narratividade como algo absoluto. Em última instância, o que se vive é um paradoxo, pois “[...] não se pode mais narrar, embora a forma do romance exija a narração [...]” (ADORNO, 2003:55).

Assim, não é narrativa que teve fim. Ela foi metamorfoseada, por meio de liames finos tecidos em relação à própria mudança do mundo, em narrações que recuperam a fragmentação das experiências possíveis que uma voz narrativa pode transformar em universais. Mas não em uma universalidade plena que permita a incorporação de todos os elementos da trama social e de todas as suas normas e sentidos, mas aquelas que puderam ser reunidas, vivenciadas, traduzidas.

A tendência à universalidade da voz narrativa, na literatura, é como o sentido que a alma, conforme identificou Theodor W. Adorno (2003:56): “O que se desintegrou foi a identidade da experiência, a vida articulada e em si mesma contínua, que só a postura do narrador permite [...]”

Uma interpretação extremamente distinta da que realizou Georg Lukács (2003), ao estabelecer a possibilidade de relação do real com o romance, pela representação, fundada na unidade entre a essência e a aparência que poderia ser traduzida em linguagem. Assim, a totalidade do real poderia ser representada na arte, particularmente no romance.

No entanto, esse mundo constituído em uma unidade compacta não pode mais ser apreendido. Os homens sociais não vivem experiências similares que lhes permitam a construção da mesma interpretação do todo. São fragmentos que vão delineando aproximações possíveis de construção e de reconstrução do todo social. São aproximações que denunciam a impossibilidade de se alcançar uma unidade que permita entender seus liames mais finos e construir um sentido para a vida, bem

como entender o significado das ações para o alcance da construção que se almeja. O sentimento que se estabelece, então, é o de impotência, em um mundo estranho, incompreensível. Essa estranheza é identificada por Theodor W. Adorno (2003:59):

O narrador parece fundar um espaço interior que lhe poupa o passo em falso no mundo estranho, um passo que se manifestaria na falsidade do tom de quem age como se a estranheza do mundo lhe fosse familiar.

Em *A rosa do povo*, a dificuldade de narrar já está presente até mesmo no que concerne ao ponto básico da própria narratividade: a linguagem. São formas múltiplas que guardam segredos, sutilezas, sentidos, pelos quais o poeta terá que construir a poesia:

Essa viagem é mortal, e começá-la.
Saber que há tudo. E mover-se em meio
a milhões e milhões de formas raras,
secretas, dura. Eis aí meu canto.

(ANDRADE, C. D. de, de A., 2002:22)

Chega mais perto e contempla as palavras.
Cada uma
tem mil faces secretas sob a face neutra
e te pergunta, sem interesse pela resposta,
pobre ou terrível, que lhe deres:
Trouxeste a chave?

(ANDRADE, C. D. de, 2002:25-26)

Esse discurso metalingüístico, presente nos primeiros poemas de *A rosa do povo*, revela a dificuldade de expressar, em linguagem, as múltiplas formas em que se expressa a vida multifacetada e fragmentada no tempo da modernidade, sobretudo na cidade, pois o canto, a poesia, já não é o movimento do real em si; é algo que dele se desprende, mas sem o poder de estabelecer todos os liames, sem reconstruir todas as suas múltiplas faces:

Não cantes tua cidade, deixa-a em paz.
O canto não é o movimento das máquinas nem o
segredo das casas.
Não é a música ouvida de passagem; rumor do mar
nas ruas junto à linha de espuma.

(ANDRADE, C. D. de, 2002:24)

Os poemas de *A rosa do povo*, ainda, guardam, em diversas passagens, o quanto o sujeito de onde parte essa voz lírica está perdido. Os sentidos da vida não são mais decifráveis.

Em vão me tento explicar, os muros são surdos.
(ANDRADE, C. D. de, 2002:27)

Uma flor nasceu na rua!
[...] forma insegura.
(ANDRADE, C. D. de, 2002:28)

Carrego comigo
há dezenas de anos
há centenas de anos
o pequeno embrulho. [...]

Não ousou entreabri-lo.
Que coisa contém,
ou se algo contém,
nunca saberei. [...]

Quero responder.
A rua infinita
vai além do mar.
Quero caminhar. [...]

Por que não me dizes
a palavra dura
oculta em teu seio,
carga intolerável? [...]

Não estou vazio,
não estou sozinho,
pois anda comigo
algo indescritível.

(ANDRADE, C. D. de, 2002:29-32)

Nesses trechos, há sempre a mensagem de algo que não se conhece dentro de nós. É um destino que nos carrega. Um sentido que nos orienta, um segredo que não é possível decifrar, mas que, mesmo nos angustiando, acalenta-nos, pois nos acompanha.

Essa é, em grande medida, a mensagem presente no poema “O medo”, a de que somos seres desconhecedores do sentido de nossas vidas, para os quais há o medo como perspectiva: o medo do desconhecido.

Em verdade temos medo. [...]
Nosso destino, incompleto.

E fomos educados para o medo.
Cheiramos flores de medo.
Vestimos panos de medo.
De medo, vermelhos rios
vadeamos.

Somos apenas uns homens
e a natureza traiu-nos. [...]

Nossos filhos tão felizes...
Fiéis herdeiros do medo,

eles povoam a cidade.
Depois da cidade, o mundo.
Depois do mundo, as estrelas,
dançando o baile do medo.

(ANDRADE, C. D. de, 2002:35-37)

É o medo perpassando a vida mais imediata, a na cidade em que vivemos, também a mais longínqua, a no mundo, também a vida presente em nossos sonhos, a nas estrelas.

Mas, não há, em *A rosa do povo*, poema mais expressivo para revelar o quanto esse indivíduo com sentidos enigmáticos vive esfacelado do que o poema “Nosso tempo”:

Este é tempo de partido,
tempo de homens partidos. [...]

Miúdas certezas de empréstimo, nenhum beijo
sobe ao ombro para contar-me
a cidade dos homens completos. [...]

Este é tempo de divisas,
tempo de gente cortada.

(ANDRADE, C. D. de, 2002:38-9)

Mas a idéia de um segredo presente em nossas vidas, aparece, também, em “Áporo”, sobretudo nos termos “labirinto”, “mistério” e “antieuclidiana”:

Eis que o labirinto
(oh razão, mistério)
presto se desata:

em verde, sozinha,
antieuclidiana,
uma orquídea forma-se.

(ANDRADE, C. D. de, 2002:63)

Em “Assalto”, a noção de que não é mais possível viver um tempo como totalidade, mas apenas como fragmento, é a idéia-força que inicia o poema:

No quarto de hotel
a mala se abre: o tempo
dá-se em fragmentos.

(ANDRADE, C. D. de, 2002:76)

Mas, somente, em “Edifício São Borja”, aparece a nossa completa fragilidade: seres nus, esqueléticos e fragmentados.

Esqueléticos desajustados
brigando com a vida nus
surgindo à noite em fragmentos

(ANDRADE, C. D. de, 2002:80)

São indivíduos que vivem em cidades, as quais eles pouco conhecem. Por isso, esse espaço social é para eles enigmático, indecifrável.

Vejo-te no escuro, cidade enigmática

(ANDRADE, C. D. de, 2002:149)

Essa cidade oculta em mil cidades

(ANDRADE, C. D. de, 2002:172)

É o espaço em que a modernidade atingiu de maneira mais contundente o indivíduo, deu-lhe unidade e o esfacelou. A modernidade transformou o sentido da família, de extensa para nuclear; dirimiu o poder das tradições, sobretudo pela velocidade com que metamorfoseou algumas, destruiu outras e constituiu novas, agora, tão ou mais voláteis que as anteriores; redimensionou o significado da narração, como parte da recomposição de vidas fragmentadas. É um pouco desse mundo em metamorfose que aparece na voz lírica de Carlos Drummond de Andrade, em *A rosa do povo*, sem tornar-se seu único tema, ou ainda, seu tema principal.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor Wiesengrund. **Notas de literatura I**. Tradução e apresentação de Jorge de Almeida. São Paulo: Duas Cidades/34, 2003.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **A rosa do povo**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

BENJAMIN, Walter. O narrador. In: **Magia e técnica, arte e política**. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. (Obras Escolhidas I).

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

LUKÁCS, Georg. **A teoria do romance**: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica. Tradução, posfácio e notas de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades/34, 2003.

MOISÉS, Massaud. **Dicionário de termos literários**. 6. ed. São Paulo: Cultrix, 1992.

WATT, Ian. Realismo e forma romanesca. In: BARTHES, Roland et al. **Literatura e realidade**. Lisboa: Dom Quixote, 1984.

Artigo recebido em 6/6/2008. Aprovado para publicação em 5/7/2008.

ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E AMIGOS DE BAIRRO DE CURITIBA: UM MOVIMENTO SOCIAL REIVINDICATIVO CENTRADO NA QUESTÃO DA POSSE DA TERRA^{1*}

MARIA DO CARMO MARCONDES BRANDÃO ROLIM

Doutora em Ciências Sociais pela UFPR,
Professora no UNICURITIBA

(^{1*}) O presente texto é resultado de reflexões extraídas da Dissertação de Mestrado apresentada pela autora: ROLIM, Maria do Carmo Marcondes Brandão. **Favelas, movimento associativo e planejamento urbano em Curitiba**. 1985. 156 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro, 1985.

RESUMO

O presente artigo objetiva demonstrar a importância das Associações de Moradores e Amigos de Bairro de Curitiba, quando, no fim da década de 70 e início da de 80 (século XX), passaram a congregar os interesses dos moradores de várias áreas faveladas de Curitiba e região metropolitana e formar um movimento social urbano voltado às reivindicações desses moradores pela posse e uso da terra para morar, direitos de cidadania e infra-estrutura básica: água, luz, saneamento, transporte, entre outros. Pretende-se destacar os alcances e os limites do movimento das associações, considerando-se as diversas fases de seu “ciclo de vida” e, inclusive, seu desdobramento em outros processos associativos.

Palavras-chave: movimento social urbano, movimento social reivindicativo, Associação de Moradores, posse e uso da terra.

ABSTRACT

The present article aims at demonstrating the importance of the Residents and Friends of the Neighborhood of Curitiba Association, when, in the late seventies and early eighties, have congregated the interests of the residents from various slums areas of Curitiba and Metropolitan region, in order to form a social urban movement which revindicate the possession and use of the ground to live in, rights of citizenship and basic infrastructure, such as: water, light, sanitation, transport among others. It is intended to stand out the reach and limits of the Associations movement, considering the several phases of its “life cycle”, and also, its evolution in other associated processes.

Keywords: *social urban movement, social revindicate movement, Association of Residents, appropriation and use of land.*

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho mostra a atuação das Associações de Moradores e Amigos de Bairro de Curitiba, a partir de sua organização interna e de seu posicionamento, em face dos órgãos públicos, no tocante à mobilização da população na reivindicação da infra-estrutura básica, na defesa de seus direitos ameaçados e na consolidação da ocupação das áreas faveladas.

Analisando os alcances e os limites dessas mobilizações, pretende-se destacar a luta da população favelada em Curitiba pela questão da posse e uso das áreas periféricas ocupadas, no fim dos anos 70 e início dos anos 80.

2 FAVELAS E MOVIMENTO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E AMIGOS DE BAIRRO DE CURITIBA

Para se entender as origens da formação das Associações de Moradores é fundamental refletir sobre a posse das terras ocupadas pelos favelados.

Deve-se destacar, por um lado, as intervenções do poder municipal visando ao desfavelamento e à urbanização das áreas faveladas. Foram políticas diferentes, mas encampadas pelos mesmos órgãos da Prefeitura Municipal: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) e Departamento de Desenvolvimento Social (DDS). O desfavelamento consistia na remoção dos favelados para os conjuntos habitacionais construídos pela Companhia de Habitação (COHAB). Quando o desfavelamento começou a gerar manifestações de protesto por parte favelados que não queriam deixar seu local de moradia, o DDS investiu muito mais na urbanização das áreas, objetivando a fixação do favelado em seu local de moradia.

Por outro lado, é importante ressaltar um movimento próprio dos favelados, de cunho organizativo, ora de invasão de terras², ora de resis-

² Tem-se o registro de que uma das invasões coletivas de maior vulto foi a da Vila Nova Barigüi, em 1982, onde, em poucos dias, 800 famílias construíram seus barracos e ocuparam uma área de cerca de 180 mil m², ao longo do Rio Barigüi. A área invadida era de domínio da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), que permitiu a ocupação e procurou melhorar as condições ambientais, dividindo a área em lotes idênticos, demarcando e ensaibrando as ruas, instalando rede de água e luz e propondo um plano flexível de venda da posse dos terrenos.

tência às pressões para sua relocação, ora ainda de iniciativas para a melhoria das condições de vida e defesa de seus direitos de posse.

Nesse contexto é que surgiram as Associações de Moradores e Amigos de Bairro de Curitiba, pois, ao se recuperar a formação das primeiras associações, constata-se que a causa imediata para a deflagração do movimento associativo em Curitiba foi um conflito pela posse de uma área que, embora cadastrada em nome da Prefeitura, se encontrava em litígio. Conforme referência de Bosch e Valladares (1983, p. 114):

Foi justamente a partir de um conflito entre moradores de uma favela e o suposto proprietário da mesma, que mandara cercar a área com arame farpado, que surgiu a idéia da união formal dos moradores no encaminhamento da defesa de seus interesses. Vencida a luta contra o proprietário, que instaurou inquérito sobre os moradores que derrubavam a cerca, seguiu-se um confronto com a Prefeitura, quando os moradores da mesma favela decidiram fazer um mutirão para construir um barracão de material. Ressalta-se que àquela época (1978) a Prefeitura se fazia presente nas favelas através de fiscais e que estes tentaram intervir impedindo a construção do barracão. Com o apoio da imprensa, alguns políticos e advogados, que argumentaram com um representante da prefeitura, a polícia se retirou e o barracão foi construído. Os moradores definiram a seguir a importância da criação legal de um órgão de representação, originando-se, assim, em fins de 1978, a primeira Associação de Moradores e Amigos de Bairro de Curitiba.

Segundo depoimento de antigo morador da favela e pertencente, desde o início, ao movimento das associações:

[...] estas surgiram a partir do incentivo dado por um grupo de advogados às pessoas que moravam nas favelas, oprimidas pelos fiscais da prefeitura que, dispondo de cobertura da polícia, derrubavam barracos, tiravam as pessoas desses barracos e “jogavam” nos lugares mais distantes e íngremes.

Esse grupo de advogados, levava ao conhecimento dos moradores das favelas que estes tinham de lutar pelos direitos de se organizar, de ter moradia melhor, água, luz, entre outros, pois só assim, unidos e lutando para transformar as favelas, é que os fiscais os deixariam em paz.

Mediante várias reuniões, os favelados recebiam instruções dos advogados no sentido de como defender seus direitos. De um lado, eram

instruídos quanto ao modo de formar uma associação, com base em diretoria, conselho e em normas vigentes nos Estados. Eram também assessorados quanto às formas de reivindicar ao poder público o que era necessário para que as pessoas não fossem despejadas dos lugares onde residiam havia vários anos.

Posteriormente, procurar-se-á analisar com mais pormenores as propostas de atuação das associações. Por ora, pretende-se, apenas, descrever como se originaram as associações em Curitiba.

3 SURGIMENTO DAS ASSOCIAÇÕES, SUA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E FUNCIONAL E SUAS PROPOSTAS DE ATUAÇÃO

O incidente havido entre favelados e uma pessoa que se declarava proprietária de área em litígio foi o estopim para desencadear entre os moradores de várias favelas a iniciativa da criação legal de um órgão de representação, ou seja, uma associação.

Em 1978, foram criadas, oficialmente, as primeiras Associações de Moradores e Amigos de Bairro de Curitiba: Vila³ Maria, em outubro, Vila Formosa, em novembro, e Parque Industrial, em dezembro.

Em entrevistas realizadas com moradores dessas vilas, perguntando-se a eles o que sabiam sobre a época em que as associações foram fundadas, foram unânimes em dizer que, ao mesmo tempo em que iam tomando conhecimento, por meio de um grupo de advogados, do “direito de posse do morador sobre o terreno ocupado”, eles queriam partir para a organização coletiva, a fim de poder enfrentar os fiscais da Prefeitura.

Segundo entrevista realizada durante o trabalho de campo, um destes moradores declarou:

Os fiscais da prefeitura eram violentos demais, não deixavam um coitado melhorar a casa. Eles não tinham nada por escrito; a escritura deles era o porrete, o revólver [...] e chegavam e não queriam conversa: era pra não melhorar, e se rateasse já entrava na porrada e dali já pnhava [sic] a mudancinha no caminhão da prefeitura e jogava lá pras bandas de Campo

³ VILA é a denominação que os moradores dão para aqueles aglomerados que são oficialmente denominados de favelas.

Largo e São José dos Pinhais. Era uma violência total! As famílias pobres se apossavam de um terreno da Prefeitura que era um banhado, na beira de um valetão, construíam um casebre e ficavam morando ali, porque não tinham condições de comprar um lote ou pagar um aluguel. Essas famílias eram visitadas pelos fiscais da Prefeitura que diziam ter ordem superior para acabar com tudo, não deixar se criar ali, não era pra melhorar a casa, ter luz, água encanada, o negócio era ficar ali oprimido, não podia aumentar, nem melhorar a situação de moradia.

Aí foi que surgiram os advogados trazendo esperança p'ra nós e só assim o povo sentiu que poderia sair da violência dos fiscais da prefeitura. O povo então partiu para a luta, pois afinal de contas, não era nenhum favelado que estava falando, era um homem que conhece as leis e por isso acreditamos que teríamos de lutar para adquirir nossos direitos.

Percebe-se do exposto o quanto foi importante para os moradores das favelas a convocação dos advogados para a formação das associações. Em vários lugares, as associações estavam sendo formadas. Era de praxe se convocar uma assembléia-geral no local onde seria fundada a associação. Nessa assembléia, indicavam-se as pessoas que fariam parte da diretoria (presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro), do Conselho Fiscal (composto de um presidente, dois membros efetivos e três suplentes) e do Conselho de Moradores (composto de catorze pessoas, entre as quais os quatro membros da diretoria), todos com mandato de dois anos.

Concomitantemente ao surgimento e à proliferação das associações em vários locais da periferia da cidade, assistiu-se, em 1979, a uma nova fase da administração municipal, sendo criado, inclusive, o Departamento de Desenvolvimento Social da Prefeitura (DDS), com o objetivo de se ocupar diretamente das questões ligadas aos problemas das favelas. Nessa ocasião, teve início uma nova política da Prefeitura, centrada muito mais na urbanização das favelas, facilitando, até certo ponto, uma possível negociação direta dos moradores com a Prefeitura, via DDS.

Segundo determinação do DDS, cada barraco nas favelas era numerado, a fim de ser cadastrado na Prefeitura e ficar sob o controle das assistentes sociais que trabalhavam na área. Elas poderiam, então, garantir a observância das normas impostas, entre as quais a não-ampliação dos barracos. Tal medida vigorou durante algum tempo, principalmente na ocasião em que as Associações de Moradores – que estavam sendo criadas – orientavam os favelados a alinhar os barracos, via de regra amontoados uns próximos aos outros, e a abrir ruas para facilitar tal

alinhamento. Chegava-se, assim, a uma reorganização completa do espaço, com lotes mínimos de 10 x 20 m, onde eram reconstruídos os barracos. A determinação de tantos lotes em cada rua ficava atrelada à quantidade de barracos existentes na área.

A repercussão das modificações ocorridas nas favelas por orientação de algumas associações já criadas veio tanto legitimar essas primeiras entidades que se haviam formado oficialmente – a ponto de promoverem uma concentração, em 1º/5/1979, ocasião em que compareceram aproximadamente quatro mil pessoas entre favelados e outros interessados na discussão da posse da terra onde se mora – quanto aumentar a importância das associações na condução dessa questão.

A partir desse dia, o movimento das associações cresceu rapidamente, sendo criadas novas outras associações, no prazo de dois meses. Sempre orientadas pelos advogados e por outros técnicos (arquitetos, engenheiros, sociólogos), as associações encaminhavam ofício ao DDS reivindicando água, luz, abertura de ruas, etc. e as respectivas instalações, deixando aos moradores a iniciativa de entrar com seu trabalho, em regime de mutirão, para abrir valetas, limpar os terrenos, entre outras atividades.

À medida que várias áreas faveladas começaram a sofrer modificações, seus moradores passaram a considerá-las vilas e não mais favelas. Essa terminologia se fez presente, inclusive no Estatuto das Associações, como estabelece o artigo 3º, no tocante às finalidades: “Congregar os moradores e amigos da referida vila e outras que venham a integrar a associação, apoiando suas legítimas aspirações, pugnando por seus interesses e direitos.”

O posicionamento das associações, em face da política de atendimento da Prefeitura, foi paulatinamente ganhando forma. Em 8/7/1979, elas solicitaram uma reunião com o Prefeito Jaime Lerner, à qual compareceram umas 3.500 pessoas. Nessa reunião houve unanimidade em dizer: “Queremos o afastamento dos fiscais da Prefeitura. O senhor nos ajude que nós o ajudaremos a urbanizar as áreas.” (Entrevista com um morador da Vila Ipiranga durante os trabalhos de campo.)

O prefeito prometeu quarenta e cinco dias para a definição de um programa de urbanização das favelas, a saída dos fiscais que seriam substituídos por “controladores físicos das áreas” (encarregados da fiscalização contra novas construções, mas sem autonomia de ação, nem cobertura policial), além da remoção apenas das favelas consideradas insalubres. Passado o prazo, depois de muitos avanços e recuos, da falta de respostas da Prefeitura aos moradores de várias favelas, que solicita-

vam a aquisição de área a baixo custo, e da não-concretização dos planos de urbanização das favelas, esses moradores decidiram realizar mutirão aos domingos em várias favelas, para poder relocar barracos e casas, alinhar e alargar ruas, demarcar lotes, abrir valetas e recuperar áreas alagadas.

Todo esse trabalho estava intimamente ligado à idéia motivadora de que uma área urbanizada dificilmente será desocupada pela Prefeitura – daí o interesse de “transformar as favelas em vilas”, para garantir a fixação dos moradores na área.

Outra manifestação das associações, que caracterizou seu posicionamento em relação à Prefeitura, foi quando os presidentes de três delas – Vila Formosa, Nossa Senhora das Graças e Parque Industrial – decidiram (e foram seguidos por outras associações) não mais obedecer à numeração dos barracos, feita pela Prefeitura. Eles concluíram que essa era uma forma de controlar as associações, o que não era aceitável. Chegaram a esta conclusão, principalmente depois de um episódio na Vila Santa Helena: “Neste bairro duas famílias foram intimadas a se retirar em 72 horas pelos fiscais, por falta de autorização para construção de casas.” (CORREIO DE NOTÍCIAS, 16 mar. 1980).

Esse fato e a declaração do presidente da Associação Nossa Senhora das Graças mostram a nova posição dessas entidades: “Não vamos mais aceitar embargos de construção e só acataremos aqueles que vierem por via judicial. A polícia e os fiscais não têm autoridade para isto.” (CORREIO DE NOTÍCIAS, 15 mar. 1980).

O presidente da Associação da Vila Santa Helena também comentou:

[...] os moradores que não foram cadastrados têm direito à posse da terra. Eles foram expulsos pelos próprios fiscais da prefeitura e agora voltam para onde sempre moraram, porque não podem mais pagar aluguel. (CORREIO DE NOTÍCIAS, 15 mar. 1980).

Tais posições revelam que o movimento das Associações de Moradores e Amigos de Bairro de Curitiba foi ocupando espaços na periferia da cidade, ganhando força.

Quando, na pesquisa de campo, perguntou-se a vários líderes de associações, qual a importância dessa forma de organização para suas respectivas vilas, obtiveram-se respostas muito semelhantes: as associações têm sido muito importantes para os moradores das vilas se organizarem e levarem em frente as lutas pela posse das terras, pela água, luz,

esgoto, escola, transporte, etc. Nesse processo, as associações são uma forma de os moradores enfrentarem, de forma unida, sem divisões, a Prefeitura, com seus fiscais e assistentes sociais, que, segundo eles, procuram “dividir e enganar, sem resolver de uma vez por todas os problemas das vilas”.

Este é o depoimento do presidente da Associação dos Moradores e Amigos da Vila São Carlos:

[...] foi através da associação que os moradores conseguiram fixar-se na área, realizando urbanizações e vendo reconhecidos os seus direitos [...] Depois que formamos a associação, limpamos a área, abrimos valetas e reformamos barracos, com a participação de todo mundo. Os barracos de lâminas foram desmontados e reformamos com madeira serrada. Hoje, não existe mais nenhum barraco de lâminas. (JORNAL DAS ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS DE CURITIBA, mar. 1980).

No início de 1980, foi criado o Conselho de Representantes das Associações de Moradores e Amigos de Bairro de Curitiba, com o objetivo de coordenar e aglutinar as lutas e reivindicações encaminhadas pelas diversas associações.

O conselho, embora não tivesse existência jurídica, atuava como um órgão representativo das associações no poder público e nos demais segmentos da sociedade. Foi estruturado em maio de 1980, quando se elegeu uma Comissão Executiva para coordenar os trabalhos compostos de sete membros, que se reuniam quinzenalmente aos sábados, e dois representantes de cada associação, que se reuniam também quinzenalmente aos domingos, com a Executiva. Nessas reuniões, a frequência era aberta a todos os associados, permitindo apenas aos delegados de cada associação o direito a voto.

Esse conselho, entre outras atividades, decidiu organizar e realizar o 1º Encontro de Moradores de Bairros e Favelas de Curitiba, em 13/7/1980. O objetivo do encontro era mobilizar a população das vilas e fazê-las pensar sobre e discutir as seguintes questões:

- a) como fortalecer e fazer crescer as associações para que juntas possam lutar mais e melhor pelo que é de direito;
- b) como tornar as associações mais fortes e unidas para poderem enfrentar melhor seus problemas;
- c) como os moradores deveriam enfrentar as questões da posse da terra e da legalização dos terrenos, de modo a garantir para eles sua propriedade;

- d) como as associações deveriam responder à “Carta da Favela”, proposta pela Prefeitura.

O êxito desse encontro, em termos das propostas discutidas e encaminhadas, foi mais uma manifestação concreta da tomada de posições das associações perante os órgãos públicos, em sua luta pela conquista de melhores condições de vida e liberdade de organização e participação.

Quanto à estrutura organizacional das associações, observando-se o funcionamento de várias delas, percebe-se que se formaram seguindo o mesmo modelo de estatuto elaborado para a Associação de Moradores e Amigos de Vila Formosa. Sua composição interna, conforme os estatutos, é a seguinte:

- a) Assembléia-Geral – órgão máximo da Associação, integrada por todos os seus sócios em gozo de seus direitos estatutários;
- b) Conselho de Moradores – órgão de consulta e assessoria da Diretoria, composto de 14 associados, entre os quais os quatro membros da Diretoria, com mandato de dois anos;
- c) Diretoria – órgão de execução das decisões da Assembléia-Geral, composta de presidente, vice-presidente, secretário-geral, 1º secretário e tesoureiro, com mandato de dois anos;
- d) Conselho Fiscal – órgão de fiscalização dos atos da Diretoria no setor financeiro, composto de um presidente e dois membros efetivos e três suplentes, com mandato de dois anos, emitindo parecer sobre as prestações de contas;
- e) departamentos – órgãos auxiliares da Diretoria da Associação, por ela criados, na medida das necessidades, cujos membros serão de sua livre escolha.

Todo indivíduo que se tornava sócio de uma Associação, fosse morador de uma vila ou “amigo” – aquele que, oriundo de qualquer bairro, desejava dar apoio à iniciativa da entidade –, pagava uma mensalidade para poder usufruir os benefícios concedidos pela Associação e recebia uma carteirinha de associado.

Muito cedo os moradores descobriram que a Diretoria da Associação, por si só, que havia sido eleita pelos moradores, não conseguiria resolver muitas questões. Portanto, era importante que todos participassem, dando idéias, discutindo e fazendo mutirões para reforma ou construção de casas de companheiros, limpeza e abertura de valetas, abertu-

ra de ruas e recolocação de barracos.

Os mutirões eram realizados com a colaboração de todos. Moradores de outras vilas, onde também foram fundadas associações, passaram a participar dos mutirões, aumentando a solidariedade entre todos e revelando a capacidade de aglutinação das entidades.

4 LUTAS E REIVINDICAÇÕES DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E AMIGOS DE BAIRRO DE CURITIBA

Vários tipos de luta constituíram a trajetória das vilas e suas associações, desde 1978, ano de seu surgimento, até 1983, quando foi realizado o trabalho de campo desta pesquisa.

As seguintes formas de expressão de luta pela terra foram detectadas:

- a) ocupação gradual de áreas, baseada na iniciativa individual e sem apresentar confronto com a polícia;
- b) invasão coletiva organizada por associações de moradores, objetivando a ampliação da área já ocupada ou a apropriação de áreas ainda vazias, para daí se criar novas associações;
- c) luta pela permanência na área ocupada, envolvendo conflitos diretos com a polícia;
- d) luta para se conseguir urbanizar a área, com o intuito de se evitar futuras ou imediatas expulsões;
- e) legalização da posse dos terrenos ocupados, visando, em última instância, ter acesso à sua propriedade.

A primeira forma de luta expressa por meio da ocupação gradual da área, sem confronto, diz respeito à ocupação intensa e desorganizada de vastos terrenos situados na região periférica da cidade – terrenos públicos, particulares ou em situação de litígio – e realizada por inúmeras pessoas migrantes do interior do Estado e(ou) pessoas que, mesmo morando na própria cidade de Curitiba, sofreram processo de dilapidação de sua força de trabalho e de espoliação urbana.

Até 1978, esse processo constante e crescente de ocupação de áreas faveladas tinha na política adotada pelo poder municipal de intervenção, por intermédio dos fiscais na área, uma forma de intercepção. Por parte da população havia somente a necessidade de um lugar para morar. Por isso, assegurar a moradia, continuamente ameaçada pelas

visitas dos fiscais com suas ações de despejo, tornou-se o estopim desencadeador de um processo de luta. Quando situações concretas, como foi o caso de um conflito entre moradores de uma favela e o suposto proprietário dela (BOSCH; VALLADARES, 1983, p. 114), se fizeram presentes, e as pessoas reagiram mediante organização e união, é que se iniciaram as primeiras associações de moradores em Curitiba. Em 1978, surgiram as associações de Vila Maria, Formosa e Parque Industrial, com propostas de luta pelo direito de posse da área ocupada.

O segundo tipo de luta – invasão coletiva organizada – significou a ocupação de terrenos abandonados e(ou) em litígio, por parte de várias famílias que se organizavam nas associações de favelas já existentes. Quando as pessoas chegavam a uma área para ocupá-la, traziam móveis, roupas, pertences e rapidamente construíam, em forma de mutirão, suas casas, para poderem manter a posse.

Em 1981, mais de 100 famílias invadiram uma área de quase 350 mil metros quadrados no bairro da Vila Formosa. *A Folha de S.Paulo* (17 nov. 1981) registrou: “No domingo à tarde, cerca de duas mil pessoas – convocadas pelas associações de bairros – auxiliaram na mudança das famílias para três terrenos da Vila Formosa.”

Nas vilas onde ocorreram as invasões organizadas, nos anos de 1981 e 1982, o movimento das associações já havia assumido certas proporções. Portanto, é no bojo das associações que a idéia de tomar posse de áreas abandonadas se configurou, pois ela surgiu de discussões entre os moradores, alguns de favelas e outros porque não podiam pagar aluguéis e, por isso, tinham de sair de suas casas localizadas em bairros pobres da periferia da cidade. Ao mesmo tempo em que as associações propiciavam o local para as discussões, possibilitavam o apoio logístico para o encaminhamento dos trabalhos durante a invasão e, depois, na fase de negociações da área invadida, com as autoridades competentes.

O jornal *O Estado do Paraná* (17 nov. 1981) referenda o exposto:

Ontem, mais gente foi chegando, a ponto de pessoas da Associação de Vila Formosa serem obrigadas a fazer um levantamento, pois é possível que no meio, tenha gente que não tem nada a ver com o movimento e está se infiltrando. Como explica Leônidas de Oliveira, do Conselho da Associação de Amigos de Vila Formosa, “a posse do terreno a gente quer garantir a quem realmente precisa [...] Quando chegamos aqui, a primeira providência foi pegar um mapa dos terrenos e dividi-los em áreas de 200 metros quadrados distribuídos entre as famílias.

Depois que a invasão ocorria, as associações ainda se faziam presentes, como registra *O Estado do Paraná* (21 nov. 1981):

A solução prevista para o caso de Vila Formosa – num prazo de 30 dias a prefeitura, através da COHAB, providenciará um programa para que sejam cedidos terrenos com infra-estrutura, a preços acessíveis – foi, segundo o prefeito Jaime Lerner, um compromisso ético de todas as entidades envolvidas, ou seja, dos participantes da reunião realizada anteontem com as presenças de deputados do PDS e da oposição, de representantes da Comissão de Justiça e Paz e da Federação das Associações de Bairros.

A luta pela permanência na área ocupada expressa as mobilizações empreendidas pelos moradores das favelas, no sentido de garantir suas moradias, em face das ações de despejos autorizados por proprietários particulares e por aqueles que se intitulam “proprietários” (no caso de áreas litigiosas). Expressa também a luta por causa das intimações dos fiscais da Prefeitura, para que as pessoas se retirassem da área e interrompessem as construções de suas casas. Matérias veiculadas em jornais da época registram tais fatos.

A luta pela urbanização da área refere-se a todas aquelas reivindicações por melhorias que foram realizadas nas vilas: ligação de rede de água, luz, esgoto, manilhamento, canalização de valetas e valetões, ensaibramento de ruas, abertura de ruas, conservação e melhoria no trajeto, coleta de lixo, pontes e pontilhões, ônibus nas vilas e melhorias nas linhas de ônibus, instalação de postos de saúde.

Em entrevistas realizadas durante o trabalho de campo com as lideranças das vilas, obteve-se a informação da própria evolução do encaminhamento dos pedidos de atendimento dos problemas de infra-estrutura dirigidos à Prefeitura pelas associações: quando em 1978, surgiram as associações, não havia um mínimo de urbanização nas áreas faveladas. A partir de 1979, começaram a proliferar as reivindicações nesse sentido, e o poder municipal voltou-se para o atendimento das demandas dos moradores, ao adotar a política de urbanização das favelas situadas em terrenos públicos.

O jornal *O Estado do Paraná* (21 jul. 1982) publicou matéria na qual se destaca o fato de que, principalmente em ano de eleição, como foi em 1982, o atendimento das reivindicações por parte dos órgãos públicos estava atrelado a questões partidárias.

Cerca de cem moradores representantes de 23 Vilas da periferia de Curitiba foram, ontem à tarde, à Prefeitura na tentativa de conseguir uma audiência com o prefeito Jaime Lerner para reiterar as reivindicações sobre melhorias nas áreas onde moram [...] Água, luz, esgoto, instalações de creche, posto de saúde e legalização dos terrenos são as reivindicações comuns das Vilas [...] A reclamação da maioria dos representantes das Associações de Moradores que compareceram à Prefeitura é quanto à mudança de atuação do Departamento de Desenvolvimento Social – DDS. Anteriormente, o próprio órgão encaminhava as reivindicações e agora encaminha para os vereadores do PDS, segundo Arlete Rosa, secretária da União Geral dos Moradores e Amigos dos Bairros de Curitiba e Região Metropolitana. Os moradores apontam ainda as discriminações existentes para o atendimento de ligações de água e luz, em que é dada prioridade às famílias que garantem votos ao PDS.

Essa denúncia por parte de lideranças das associações demonstra que a questão da independência do movimento de bairro estava ligada à não-aceitação de qualquer tipo de atrelamento ao assumir uma posição crítica diante dos projetos políticos oficiais apresentados.

É interesse das entidades participar do processo de administração dos seus bairros, onde a população possa ter controle e participe de toda a melhoria de infra-estrutura urbana que for mister. (GAZETA DO POVO, 18 mar. 1983).

O último tipo de luta – legalização da posse dos terrenos – expressa um dos maiores anseios dos associados das entidades de bairros. Muitos desses terrenos estão situados em áreas litigiosas ou públicas que necessitam ser legalizadas, para facilitar aos moradores a aquisição de sua propriedade.

Em sua caminhada, o movimento das associações conseguiu, em 1982, a legalização da terra em três vilas: São Carlos, Nova Barigüi e São Braz, onde a COHAB negociou diretamente com os moradores a venda das terras e do embrião da casa, além do financiamento, quando necessário, do material de construção.

No ano de 1983, a Associação de Moradores do Parque Industrial conseguiu a negociação direta das terras, com o proprietário da área, e a Associação de Vila Maria (área litigiosa) estava na etapa final de sua luta, quando a Prefeitura já havia aprovado o loteamento, faltando apenas a escrituração das terras.

Pode-se afirmar que a garantia do local para se morar, uma das reivindicações que mais empolgou a luta das associações, teve, na questão da terra, a bandeira de luta do movimento associativo em Curitiba.

5 TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E AMIGOS DE BAIRRO DE CURITIBA

O 1º Encontro de Moradores de Bairros e Favelas de Curitiba, convocado pelo Conselho de Representantes das Associações, em julho de 1980, foi um marco importante na caminhada de luta e organização das vilas, pois nessa ocasião foram discutidas questões referentes ao fortalecimento e à expansão das associações, além da Carta da Favela (documento oficial da Prefeitura).

A partir desse encontro, começaram a surgir divergências, tanto no interior das associações quanto entre os técnicos que as assessoravam, fundamentalmente derivadas das formas de encaminhamento das atividades. À medida que se acentuaram as dissensões, houve uma cisão influenciada de forma direta, por conotações político-partidárias, levando à extinção do Conselho de Representantes e à criação, em 1981, de duas entidades aglutinadoras das associações: a Federação das Associações de Bairros do Paraná, com uma definição de compromissos mais dirigida para o programa partidário do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e a União Geral dos Moradores de Bairros, Vilas e Jardins de Curitiba e Região Metropolitana, que se compôs mais ao lado do PT (Partido dos Trabalhadores). Algumas associações que, por razões próprias, não aceitaram a vinculação partidária, formaram um grupo à parte, com ligações muito mais diretas com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), da Igreja Católica.

Tal divisão foi um outro momento importante a ser observado no bojo das associações, pois configurou a perda de autonomia, em face dos partidos políticos, ou mesmo perante a Igreja Católica. Se esse atrelamento estava latente, desde de então veio à tona, de forma visivelmente perceptível, trazendo, para as associações, propostas de ação calcadas nas diretrizes partidárias, no caso da Federação e da União Geral. As demais associações se mantiveram à margem de uma vinculação mais explícita dessa natureza. Em fins de 1981 e começo de 1982, elas participaram de Cursos de Formação para Lideranças, ministrados pelo Centro de Formação Irmã Tereza Araújo, por meio dos quais se motivaram por idéias e práticas comuns.

As associações foram unindo-se cada vez mais e, em dezembro de 1982, foi realizada uma grande reunião, com a presença de vinte e oito vilas, ocasião em que se entregou, a alguns candidatos eleitos em 15 de novembro de 1982, um relatório com reivindicações de melhorias nos bairros e propostas de participação das associações no novo governo. A

necessidade de levar em frente essas reivindicações fez com que nascesse o Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana (MAB).⁴

O MAB tinha como característica o fato de congregar associações de conjuntos habitacionais, nas quais passam a ser prioritárias as reivindicações voltadas para infra-estrutura básica: água, luz, esgoto, lixo, manilha, ruas, antipó, valetas; áreas de lazer; creche; transporte coletivo; posto de saúde; prestação da casa própria. A questão da posse da terra era um apêndice para as associações do MAB, por seus associados já terem resolvido o problema da moradia: entraram no esquema da compra da casa própria, via BNH, ou já eram proprietários de um pequeno terreno.

Em comparação com as duas outras entidades, a Federação e a União, ao congregarem associados de áreas em litígio ou públicas e áreas de invasão, tinham como meta lutar pela posse da terra. As propostas reivindicatórias do MAB avançaram o processo de qualificação do movimento de associações como um todo, trazendo à tona, prioritariamente, questões ligadas ao consumo coletivo.

Apesar das diferenças, as três entidades, na proposta de levar adiante o processo de lutas comuns, realizaram, em 20/3/1983, o 2º Encontro de Bairros de Curitiba, participando setenta e nove associações, com 160 delegados e igual número de observadores. Como resultado desse encontro, elaborou-se um documento contendo as reivindicações das associações e entregue ao Prefeito Maurício Fruet, em 15/4/1983, em solenidade realizada no Salão Nobre da Prefeitura, a qual contou com mais de 200 representantes de vinte associações. O jornal *O Estado do Paraná* (16 abr. 1983) registrou:

No documento, os moradores pedem a criação de conselhos comunitários, para representá-los junto ao poder público, além da garantia de representatividade das associações na Câmara de Vereadores e audiências freqüentes com o prefeito. Segundo o documento, as entidades de moradores de bairros deverão participar diretamente nos organismos da Prefeitura res-

⁴ A região metropolitana de Curitiba, em 1983, era formada pelos municípios de Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Mandirituba, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais.

pensáveis pelo transporte coletivo. O documento destaca ainda que a melhoria de vida dos moradores depende da garantia da moradia, com posse e legalização dos terrenos ocupados, com desapropriação das terras particulares, “hoje servindo para especulação imobiliária”. Além da garantia da terra, os moradores pedem que as questões de urbanização, segurança, educação e saneamento básico sejam resolvidas com prioridade pelo poder público.

As respostas a essas reivindicações foram dadas pelo Prefeito Maurício Fruet, em 22/5/1983, no Ginásio do Tarumã, perante aproximadamente 15 mil representantes de todas as Associações de Bairros de Curitiba.

O Encontro do Tarumã, considerado uma baliza na trajetória das associações, marcou o comprometimento dos poderes públicos com o movimento, ao mesmo tempo em que assinalou a importância da organização das camadas populares nas reivindicações, no controle e na participação em todas as melhorias de infra-estrutura urbana que são necessárias.

Essa opinião é ratificada pelas próprias palavras do prefeito, na ocasião do encontro:

Hoje, viemos aqui para cumprir a palavra. A reivindicação principal do movimento de bairros de Curitiba é a obtenção de um espaço físico e de canais institucionais que os coloque em contato permanente com o poder público e viabilize o avanço da organização do movimento e da satisfação de suas reivindicações. Não queremos que o encontro de hoje seja uma mera distribuição paternalista de pequenos favores públicos às associações de bairro. Queremos que este encontro seja o marco histórico de um novo tipo de relacionamento entre a população organizada e o poder público estadual e municipal. (Discurso do Prefeito Maurício Fruet, 22 maio 1983).

O prefeito concedeu o prazo máximo de 120 dias para o atendimento de todos os pedidos encaminhados: creche, posto de saúde, posto policial, telefone, rede de água, manilhamento, transporte, coleta de lixo, escolas, regularização da terra, nomes de ruas, eletrificação, prevenção contra as enchentes, antipó nas ruas, abertura de ruas, pontes, lombadas, pontilhões e áreas de lazer.

Comparando as primeiras associações surgidas em 1978 e as existentes em 1983, pode-se afirmar que houve expansão e avanço do movimento associativo nesses cinco anos.

A seguir, relacionam-se as associações, segundo as três entidades que as agregam.

ENTIDADES		
FEDERAÇÃO	UNIÃO-GERAL	MAB
Americana	Ângelo Creta	Acordes
Araçá	Bairro Alto	Cachoeira de São
Autódromo	Bom Menino	Jorge
Camargo	Barigüi	Campo Alegre – cima
Campo Alegre – baixo	Califórnia	Conjunto Saturnino de
Campo Alto	Clarice	Brito
Capanema	Duque de Caxias	Conjunto Visconde de
Centenário	Formosa	Mauá
Coqueiros	Futurama	Gusso/PR/Pindorama
Estrela	Independência	Parque Nacional
Guaira	Ipiranga	Jardim Itamarati
Jardim das Flores	Jardim Dom Bosco	Jardim Maringá
Jardim Independência	Jardim Esmeralda	Jardim Monza
Jardim Vila Formosa	Mariana	Jardim Paranaense
Marambaia	Maria Angélica	Moradias Belém
Moradias Porto Belo	Oficinas	Nova Barigui
Nova Aurora	Piratini	Oficinas – baixo
Nossa Senhora das	Pompéia	Parolin – cima
Graças	Sandra	Santo Inácio
Nossa Senhora da Paz	São Carlos – Jardim	São João da Cruz
Santa Quitéria	Gabineto	Uberaba de cima
Parolin	São José	Vila Americana
Parque Industrial	Tapajós	Vila Amélia
Pimpão	Tatuquara	Vila Feliz
Pluma	Vila Real	Vila Guarani
Rigoni		Vila Lindóia
Santa Helena		Vila Macedo
Santa Terezinha		Vila Maria Antonieta
São Domingos		Vila Pernetá
Sibisa		Vila Pinto
Uberlândia		Vila Tebas
Vila Esmeralda		Vila Rex
Vila Fanny		Vitória
Vila Maria		

FONTE: Pesquisa de Campo, 1983.

6 ALCANCES E LIMITES DAS AÇÕES REIVINDICATÓRIAS EMPREENDIDAS PELAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES

Retomando o início do Movimento das Associações de Moradores, nota-se que, no primeiro semestre de 1979, a luta das associações estava centrada na necessidade de se conseguir a segurança da moradia, por causa da forte repressão existente por parte dos fiscais da Prefeitura e de policiais. A partir de julho de 1979, após o Dia da Unidade, como foi denominada a reunião dos moradores das vilas com o Prefeito Jaime Lerner, a repressão ficou enfraquecida, trazendo, como consequência, a criação de um grande número de associações. O movimento entrou em segunda etapa, quando, então, a luta das associações foi pelo direito de posse do morador sobre o terreno invadido. Nessa ocasião, os grandes mutirões destacavam-se em várias vilas, já que a tônica das ações estava voltada para a urbanização das áreas. Um terceiro momento configurou-se, quando as associações passaram a lutar pela legalização da posse da terra e por melhorias. Em linhas gerais, o desdobramento das lutas empreendidas pelas associações nessas três fases resultou em uma série de ganhos para o conjunto do movimento.

Em 1983, as associações já tinham legitimidade, eram reconhecidas pelos órgãos públicos que atendiam a suas reivindicações, mediante o encaminhamento de ofícios e abaixo-assinados. Suas ações repercutiam pelos meios de comunicação e por toda a sociedade civil que, ao tomar conhecimento dos fatos, se posicionou, como é o caso da Comissão de Justiça e Paz (PR), de alguns sindicatos e de outras instituições.

A estrutura interna das associações – calcada em um estatuto que dá as diretrizes básicas de seu funcionamento, em registro de cartório de ofícios, numa diretoria que coordena as atividades e os enfrentamentos com os órgãos públicos, em carteirinhas para todos os associados e em mensalidades pagas por estes – fazia com que elas fossem referências fundamentais para associados e não associados (no caso, os “amigos de bairro”).

As associações foram uma referência política para as pessoas, porque as entidades centralizavam os problemas e as reivindicações dos moradores da vila e buscavam encaminhar a solução dessas solicitações para quem de direito; eram os canais de acesso de diferentes setores da sociedade civil nas vilas. Foram, também, uma referência assistencial, pois as pessoas procuravam as associações para conseguir o dinheiro de uma passagem de ônibus, dos funerais de algum falecido e de despesas inesperadas de alguma família. As associações foram,

ainda, referência dos direitos de melhorias e de posse da terra ocupada..

Pode-se apontar que um grande êxito das associações foi o fato de elas conseguirem resgatar para o morador da periferia o sentido do direito de cidadania ou, ao menos, o direito de lutar para ser um cidadão.

Outro alcance a ser registrado: um possível desdobramento do movimento das associações, que surgiu em meio aos moradores desempregados de várias vilas, com a fundação, em 31/7/1983, do Movimento dos Sem-Terra da Região Leste de Curitiba e Região Metropolitana (MASTRO):

- a) “sem terra” que quer voltar para o campo; liderado pela Vila Santa Helena;
- b) “sem terra” que mora em casa alugada em bairros; liderado pelas Vilas Tatuquara e Formosa.

A questão do cálculo da tarifa de ônibus foi outro desdobramento do movimento das associações. O Movimento das Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana (MAB) elaborou um pedido ao diretor do Departamento de Utilidade Pública, órgão coordenador dessa esfera de acontecimentos, para se formar uma comissão popular que examinasse as planilhas das concessionárias de ônibus, visando coibir fraudes, desmantelasse irregularidades e desse sugestões de melhorias, objetivando uma possível redução do preço das passagens de ônibus.

Ao lado de suas conquistas, o Movimento das Associações de Moradores de Curitiba mostrou alguns limites que entravaram, até certo ponto, o avanço das mobilizações. Entre esses limites, pode-se mencionar a organização interna: os membros das associações tinham dificuldades para estruturar a Diretoria, para redigir um ofício, para elaborar trabalhos de Secretaria e de Tesouraria, não só porque a maioria dos associados era originária do campo, sem experiência de organização e de uma prática de ação coletiva, mas também pela falta de leitura e escrita por parte dessas pessoas, o que prejudicava a agilização das atividades e a própria comunicação entre eles.

Questões relativas à falta de dinheiro, fruto do grande contingente de desempregados que moravam nas vilas, provocavam dificuldades para o pagamento das mensalidades e dificuldades de locomoção das pessoas às reuniões, quando realizadas em lugares distantes. Muitas vezes eram justamente essas reuniões, ao exigirem a mobilização de muitas pessoas, que se tornavam importantes no encaminhamento do movimento como um todo.

O “caciquismo” de muitos presidentes de associações afastou grande número de associados das reuniões e das atividades programadas, pois as opiniões e formas de ação propostas muitas vezes eram rejeitadas por esses presidentes.

Outro limite a ser destacado: a característica do trabalho efetuado nas associações, pois as grandes decisões sofriam influência de técnicos que assessoram as três entidades (Federação, União e MAB), configurando uma metodologia de ação, de “cima para baixo”, muitas vezes autoritária e paternalista. Percebe-se, portanto, que o movimento ainda não tinha autonomia, estando atrelado à manutenção de posições político-partidárias. Um número restrito de associações conseguiu certa independência em suas atuações.

As dificuldades pelas quais passou o movimento das associações devem ser pensadas dentro da conjuntura sociopolítica e econômica local e nacional da época. Enquanto se vivenciava uma profunda situação de desemprego e de alta do custo de vida, a tendência era a proliferação de favelas (pois quem não podia pagar aluguel recorria às associações em busca de um pedaço de terra para morar), ao mesmo tempo em que os laços de solidariedade entre os moradores se fortaleciam, objetivando o enfrentamento dos problemas daí decorrentes. Tal solidariedade foi um ganho do movimento, mas ela, em si, não avançou a caminhada das associações como um todo, já que enfrentou problemas mais complexos em termos de encaminhamento das propostas e de metodologia de trabalho. Um dos problemas que merece destaque diz respeito às especulações de barracos realizadas por muitos presidentes de associações. O depoimento de um morador da Vila Ipiranga reflete bem o significado do que se está considerando especulação:

O que existe na minha vila é uma “exploração” danada por parte do presidente da Associação. É compra e venda de casa que não acaba mais. Muitas famílias não têm mais vez na Associação, porque deixou de ser uma associação de favelados. Agora é só para inquilino que tem dinheiro.

Teve-se conhecimento de que em muitas associações havia esse tipo de irregularidade, ou seja, o presidente, em comum acordo com o dono de uma determinada casa da vila (muitas vezes, construída com a ajuda-mutirão de vizinhos), vendia o direito de posse para outra pessoa, que passava a pertencer à associação, mediante, inclusive, o pagamento de uma taxa mais ou menos elevada (em torno de Cr\$ 20.000,00 a Cr\$ 50.000,00, conforme a área do terreno).

Há outros casos em que membros da Diretoria da associação construíam duas ou três casas na vila para alugar. Aqueles que pretendiam ser inquilinos dessas casas deveriam pagar determinada quantia para a associação.

As expressões de um outro entrevistado ratificam o que se está comentando:

Esta luta realizada desde 1979 até 1980, vinha tudo bem, mas depois de 1981 para cá, veio as compricações [sic] nas associações, com as irregularidades e exploração dos presidentes das associações, explorando os moradores associado...

Pensar os alcances e os limites das ações reivindicatórias empreendidas pelas associações é, pois, identificar contradições e situações embaraçosas a serem superadas.

Em linhas gerais, pode-se sustentar que as associações em Curitiba contribuíram sobremaneira para a formação de uma “identidade coletiva” entre os moradores das vilas. Desde o instante em que se generalizou entre eles a idéia de que o “favelado” deve lutar por seus direitos e transformar a favela em vila, veio à tona a condição de “morador” carente de bens e serviços de consumo coletivo, carente de terra para morar e que deveria se organizar para poder reivindicar do Estado o provimento de suas necessidades.

Finalizando, pode-se afirmar que o movimento das Associações de Moradores e Amigos de Bairro de Curitiba foi expressão de luta dos moradores de várias vilas da periferia por direitos de cidadania. Enquanto tal, constituiu-se em “resposta à própria violência institucional do Estado que afeta essas populações na esfera do seu cotidiano.” (BOSCHI; VALLADARES, 1983, p. 140).

REFERÊNCIAS

BOSCHI, Renato Raul; VALLADARES, Lícia do Prado. Movimentos associativos de camadas populares urbanas: análise comparativa de seis casos. In: BOSCHI, Renato Raul (Org.). **Movimentos coletivos no Brasil urbano**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1983.

ROLIM, Maria do Carmo Marcondes Brandão. **Favelas, movimento associativo e planejamento urbano em Curitiba**. 1985. 156 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro, 1985.

JORNAIS

CORREIO DE NOTÍCIAS, Curitiba, 15 mar. 1980.

FOLHA DE S.PAULO, São Paulo, 17 nov. 1981.

GAZETA DO POVO, Curitiba, 18 mar. 1983.

JORNAL DAS ASSOCIAÇÕES DE BAIROS DE CURITIBA, n.1, mar. 1980.

O ESTADO DO PARANÁ, Curitiba, 17 nov. 1981.

Artigo recebido em 16/5/2008.
Aprovado para publicação em 9/6/2008.

**TRANSIÇÃO POLÍTICA
DEMOCRÁTICA E MANUTENÇÃO
DAS PRÁTICAS
AUTORITÁRIAS NO BRASIL:
O CASO DAS INSTITUIÇÕES
POLICIAIS**

BRUNO ZAVATARO

Bacharel em Direito e Ciências Sociais pela UFPR,
Especialista em Sociologia Política pela UFPR,
Mestrando em Criminologia
(Université Libre de Bruxelles – ULB, Bélgica),
Integrante do Laboratório de Estudos sobre Polícia,
do Centro de Estudos em Segurança Pública e
Direitos Humanos (UFPR)

MARCELO BORDIN

Licenciado em Geografia pela UFPR,
Bacharel em Ciências Políticas pela Facinter,
Mestrando em Geografia (UFPR),
Coordenador do Laboratório de Estudos sobre Polícia,
do Centro de Estudos em Segurança Pública e
Direitos Humanos (UFPR)

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar a manutenção das práticas autoritárias pelas instituições policiais brasileiras no período pós-ditatorial. Para esse fim, torna-se importante analisar, com base em bibliografia especializada sobre o assunto e o resultado de pesquisas anteriores, a forma como se deu o processo de transição política, tendo em vista que a maneira “lenta, gradual e segura” levada a efeito pelo regime militar não gerou reformas significativas nos aparelhos policiais, mantendo-se, por conseguinte, as estruturas e os agentes policiais do período ditatorial, principalmente daqueles policiais que foram alvo do treinamento policial norte-americano e daqueles que pertenciam aos esquadrões da morte. Com efeito, a nascente democracia brasileira, não obstante a inserção formal dos direitos humanos, não foi capaz de gerar instituições policiais coadunadas ao novo espírito democrático, e práticas antigas permanecem inalteradas no âmbito das instituições policiais. Por meio de estatísticas de homicídios praticados por policiais no Brasil, de um modo geral, e no Paraná, em particular, este trabalho visa a demonstrar que o advento democrático não foi capaz de encerrar o longo ciclo autoritário no Brasil, mas demonstra que o aumento de homicídios praticados por policiais em serviço, contrariando o discurso oficial de respeito às práticas democráticas e à legislação de proteção aos direitos humanos, coloca em xeque o próprio projeto democrático brasileiro. Para esse fim, foram analisadas as estatísticas de violência letal praticada por policiais militares no Estado do Paraná, de 1990 a 2004, contrabalançando-as com as estatísticas de homicídios praticados por policiais militares no Brasil como um todo. Pela análise dos casos de homicídios praticados por policiais militares em serviço, levantadas no Setor de Justiça e Disciplina, da Diretoria de Pessoal da Polícia Militar e da Vara de Auditoria Militar Estadual do Paraná, verificou-se que, mesmo com a introdução de inúmeros programas de direitos humanos na formação policial, os números de violência letal crescem ano a ano.

Palavras-chave: transição política, democracia, violência policial letal, continuidade autoritária.

ABSTRACT

The present work intends to analyze the maintenance of authoritarian practices by the Brazilian police institutions in the post-dictatorial period. For that purpose, it is important to analyze, using specialised literature on the subject and the results of previous researches, the way in which the political transition process happened, considering that the “slow, gradual and secure” way led by the military regime did not provide significant reforms in the police institutions. Therefore, the same structures and the same police agents from the dictatorial period were maintained, especially those who have gone through the American police training and those who belonged to the death squads. As a matter of fact, the newborn Brazilian democracy, in spite of the formal insertion of human rights, was not capable of generating police institutions coherent to the new democratic spirit, and old practices remain unaltered inside the police institutions. Through the statistics of homicides committed by police officers in Brazil, in general, and in Paraná, in particular, this work intends to demonstrate that the democratic advent was not capable of putting an end to the long authoritarian cycle in Brazil, but quite the opposite, it demonstrates that the raise in the homicides committed by policemen on duty, unlike the official discourse of respect to democratic practices and to the human rights legislation, defies the very Brazilian democratic project. For that purpose, the statistics of lethal violence practised by military policemen in the State of Paraná from 1990 and 2004, as well as the statistics of homicides practised by military policemen in Brazil as a whole were analyzed. By that analysis of the homicide cases perpetrated by military policemen on duty, obtained through the Justice and Discipline Sector of the Personal Directory of the Military Police and the Military Court of Oversight of the State of Paraná, we verified that even with the implementation of a number of human rights programs in the police education, the numbers of lethal violence rise by the year.

Keywords: *political transition, Brazilian democracy, lethal police violence, authoritarian continuity*

1 INTRODUÇÃO

A década de 80 (século XX) marcou o início do período democrático no Brasil. O regime militar precedente se prolongou por aproximadamente duas décadas, deixando um grande número de desaparecidos, mortos e torturados. Com o início do processo de democratização brasileira, se objetivava, acima de tudo, recolher os militares aos quartéis, fazendo com que não mais exercessem diretamente o poder político, entregando-o, por conseguinte, aos civis.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Brasil passava a ser regido juridicamente por um novo instrumento legal, erigido por princípios democráticos, tendo por valor máximo a dignidade da pessoa humana. Ao mesmo tempo, uma série de instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos foi ratificada, embora isso se tenha dado mais como uma forma de mudança da imagem do Brasil no plano internacional do que como preocupação efetiva¹ (PINHEIRO, 1999). Assim, esses instrumentos legais limitaram formalmente a atuação do Estado no que tange à segurança pública, prescrevendo os princípios pelos quais ele deve pautar-se para o exercício da força física, visando, com isso, a tutelar o cidadão e protegendo-o das arbitrariedades daqueles que detêm o poder político e o direito de punir.

Entretanto, quando se verifica a atuação efetiva dos aparelhos repressivos de Estado, sobretudo dos órgãos encarregados da segurança pública, constata-se que práticas antigas permanecem inalteradas e que esses aparelhos ainda vivem sob a forma e a ideologia do período ditatorial, tal o desrespeito constante aos direitos consagrados na atual Magna Carta. Quando se olham as estatísticas de violência perpetrada por policiais, sem mensurar a cifra obscura da criminalidade², verifica-se que o ordenamento jurídico por si só não foi capaz de balizar a conduta policial,

¹ Passo importante a defesa efetiva dos direitos humanos foi dado com a aprovação da Emenda Constitucional nº 45, que inseriu o § 3º no artigo 5º da Constituição Federal: "Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais."

² Cifra obscura da criminalidade no sentido das ocorrências que não chegam ao conhecimento dos órgãos de segurança pública, não sendo computadas nas estatísticas oficiais, mas que geram uma sensação de insegurança muito grande, pois reforçam a falta de confiança nos organismos policiais.

a qual, a despeito do advento do regime democrático, ainda age orientada pelo desrespeito aos valores humanitários, por um lado, e em conformidade com as práticas do regime autoritário, por outro.

Com efeito, o presente artigo procura analisar a maneira como se deu o processo de transição política democrática no Brasil, tendo em vista ser essa uma dimensão importante para a compreensão da manutenção das práticas autoritárias pelas instituições policiais. Não se trata, entretanto, de uma variável independente. A realidade social é multifacetada e multicausal, de modo que outros fatores devem ser levados em conta, quando se analisa o fenômeno da violência policial³. Ao mesmo tempo, trata-se de uma dimensão que não pode ser negligenciada, razão por que é necessário o recorte epistemológico na análise científica.

Nesse sentido, a compreensão do processo transitório se torna uma variável importante, já que a ausência de grandes rupturas com o regime anterior, sobretudo em razão do controle que o governo militar exerceu nesse processo transitório, não engendrou reformas nos aparelhos policiais. Ao contrário, manteve as estruturas e os agentes ligados ao *ancien régime*.

Numa segunda parte, este trabalho apresentará os resultados de pesquisas realizadas no âmbito do Estado do Paraná, tendo como período analisado os governos de Jaime Lerner e o início do atual governo de Roberto Requião⁴. O número de homicídios praticados por policiais militares tem aumentado gradativamente no período pós-ditatorial, não obstante, a existência de um conjunto de normas e preceitos que, direta ou indiretamente, regulam e limitam o exercício da atividade policial.

2 CONTROLE DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NO BRASIL

O entendimento do processo de transição democrática se revela uma via importante para a compreensão dos constrangimentos pelos quais pas-

³ A compreensão do fenômeno da violência policial brasileira está circunscrita a uma série de fatores, tendo como os mais importantes a existência de uma força militarizada, o *ethos* militar, a formação policial, entre outros. Tendo em vista a limitação espacial deste trabalho, limitar-nos-emos ao aspecto do processo de transição política brasileira como uma variável importante para o entendimento da persistência das práticas autoritárias pelas instituições policiais.

⁴ Os dados foram coletados no Setor de Justiça e Disciplina, da Diretoria de Pessoal da Polícia Militar e da Vara de Auditoria Militar Estadual do Paraná.

sa um país no que tange à consolidação da democracia. No Brasil, em que pese o advento de um governo civil, o qual somente foi eleito diretamente no âmbito do Executivo federal em 1989, e a inserção de cláusulas internacionais de proteção aos direitos humanos na Constituição Federal de 1988⁵, pode-se afirmar que ainda impera um profundo legado do regime anterior na democracia vigente. Na análise de Luciano Martins (1988, p. 113):

A caracterização da forma de transição é essencial para a definição do conceito de “liberalização”. Nesse sentido, os problemas práticos que é necessário enfrentar têm relação, em primeiro lugar, com a natureza e a dimensão das mudanças introduzidas no regime (o grau de liberalização) e, em segundo, com a dinâmica do processo político durante a transição (uma dinâmica que tem como base a relação entre a intensidade da crise e a capacidade do regime de enfrentá-la).

Assim, depois do processo transitório é possível se determinar o grau de democratização alcançado por um determinado Estado, tendo em conta que dele se pode extrair o significado de alguns acordos políticos, os quais permearão as instituições políticas futuras. Nesse sentido, a maneira pela qual se deu a transferência de poder do regime anterior, conferindo aos militares as mesmas prerrogativas existentes, além da garantia da não punição pelos crimes cometidos anteriormente – Lei da Anistia – se apresenta como um elemento importante de explicação científica.

No âmbito das instituições incumbidas da ordem pública, a abertura política não resultou em reformas drásticas das polícias. Ao contrário, as polícias militares continuaram sob a tutela do Exército, submetidas também aos mesmos instrumentos legais⁶ e a uma Justiça Militar corporativa.

O processo de abertura política teve início no ano de 1974, no governo do General Ernesto Geisel (1974-1979), o qual empreendeu a liberalização controlada, tendo como promessa uma “distensão política lenta, gradual e segura”, continuando posteriormente no governo do Ge-

⁵ A inserção dos direitos humanos na agenda nacional teve como atores relevantes órgãos multilaterais e a sociedade civil, mas se deveu mais a um jogo de elites do que a um movimento popular e organizado, visando sobretudo à mudança da imagem do Brasil no plano internacional/formal (PINHEIRO, 1999).

⁶ São os casos, por exemplo, do Regimento Disciplinar do Exército (Decreto 4.346, de 26/8/2002) e do Decreto 88.777/83, que, entre outras determinações, regula a submissão das polícias militares ao Ministério do Exército, no que tange à instrução e ao ensino.

neral João Baptista Figueiredo (1979-1985). A despeito do surgimento, nesse período, de uma forte corrente oposicionista, o controle sobre a forma democrática se efetuou com grande êxito, principalmente nos momentos em que a oposição ameaçava colocar em risco o controle transitório⁷. Na avaliação de Carlos S. Arturi (2001, p. 176),

[...] o processo de liberalização política no Brasil foi, entre todos os casos recentes de transição, o mais controlado pelos dirigentes autoritários e aquele em que os membros de sua elite civil garantiram não só sua sobrevivência política como ampla participação no poder após a democratização.

O período ditatorial foi visto, inclusive pelos detentores do poder político, como um regime transitório, razão pela qual se admitiram a existência de uma vida partidária (ARENA e MDB) e o funcionamento do Congresso na maior parte do tempo, se bem que de forma controlada pelo regime e segundo as regras estipuladas por este (ARTURI, op. cit., p. 16).

Acerca da legitimidade do regime, se de um lado o desenvolvimento econômico exerceu forte influência na sua aceitação popular, sobretudo com o período conhecido como “milagre econômico”; de outro, o aspecto repressivo é essencial. Para que a oposição ao regime fosse submetida ao controle militar, foram necessários cinco atos institucionais, entre os quais o AI-5, sob a presidência de Costa e Silva, fora o mais repressivo. Mas o ponto culminante da repressão pelas “forças de segurança” se deu na presidência de Emílio G. Médici (1969-1974) com a liquidação das guerrilhas (SKIDMORE, 1988).

Passo importante para a liberalização do regime foi o afastamento da linha-dura militar a partir do fracasso do atentado do Riocentro em 1981 por militares do DOI-CODI, a qual até aquele momento tentava dificultar o processo de redemocratização, resultando, com efeito, na possibilidade de que o processo de transição seguisse seu “curso normal”.

Mesmo com o “Pacote de Novembro” que objetiva impor novas regras políticas e manter, assim, o partido ligado ao regime no poder, o que de uma certa maneira obteve resultados favoráveis, já que o PDS obteve

⁷ São os casos das imposições de leis objetivando a mudança das regras do jogo político, tais como a Lei Falcão, o “Pacote de Novembro”, a extinção do modelo bipartidário, articulada pelo General Golbery do Couto e Silva, visando com isso a fragmentar a oposição política, quando surgiram os principais partidos da atualidade, tais como PDS, PMDB, PTB, PDT, PP e o PT.

a maioria no Senado e na Câmara, pode-se garantir que a oposição também se sagrou vencedora, conquistando os Estados membros mais importantes do Brasil, tais como São Paulo, com Franco Montoro; Rio de Janeiro, com Leonel Brizola; Minas Gerais, com Tancredo Neves; Paraná, com José Richa, entre outros. Desde então foi possível a vitória da “Aliança Democrática”⁸ no Colégio Eleitoral, a quem caberia escolher o próximo presidente da República.

Analisando a abertura política, ressalta Bolívar Lamounier (1990, p. 42):

Es necesario volver a recordar que la apertura brasileña no tuvo ningún marco nítido, ninguna ruptura dramática. [...] Antes bien, evoluciono hacia un relajamiento progresivo de los controles, mediante una gradual redistribución del poder, impulsada y determinada por el calendario electoral. Los espacios que se iban abriendo a medida que avanzaba la lucha electoral, los iba ocupando la oposición, comprendida la oposición propiamente política, como la que se convino en llamar 'sociedad civil'. Fue, por lo tanto, un proceso implícitamente negociado, que seguramente redujo los costos de la descompresión brasileña en lo tocante a la violencia política, pero que al mismo legó ambigüedades graves al primer gobierno civil y dificultó la sedimentación de la nueva legitimidad.

Assim, o governo militar soube, durante o período ditatorial, manipular o Congresso e, de uma maneira geral, aquele obteve êxito em sua empreitada de controlar a transição democrática no Brasil, fazendo com que muito pouco fosse objeto de reformas e reestruturações, inclusive e principalmente, os aparelhos policiais brasileiros. Nesse domínio, não houve efetiva desmobilização das forças repressivas comprometidas com o regime autoritário anterior (ADORNO, 1995).

⁸ Como a proposta de Emenda Constitucional em favor do voto direto foi rejeitada, a oposição lançou Tancredo Neves para disputar a Presidência da República, no Colégio Eleitoral. Por outro lado, o PDS havia indicado Paulo Maluf para a disputa. Como este candidato não obtinha plena adesão dos membros desse partido, houve um “racha”, gerando, por conseguinte, o que ficou conhecido como a “Aliança Democrática”, isto é, a candidatura de Tancredo Neves, que faleceu antes de assumir, e de José Sarney, antigo líder do partido governista, visto como um político ligado ao antigo governo militar, que assumi a Presidência como o primeiro civil a ocupar esse posto após o regime militar.

3 A FORMAÇÃO POLICIAL AUTORITÁRIA EM QUESTÃO

A abertura política brasileira se fez sob o controle do regime militar, o qual pôde determinar as regras do jogo e os limites das mudanças introduzidos no novo regime. Por meio desse arranjo imposto pelos militares, as instituições puderam adentrar no novo regime, sem que reformas tivessem sido realizadas, pois o legado anterior ainda prepondera demasiadamente na precária democracia brasileira. Importa aqui, com efeito, analisar, mediante as mudanças introduzidas pelo regime militar, o enraizamento do autoritarismo nas estruturas policiais brasileiras, principalmente com a profissionalização da polícia brasileira, alicerçada com base na ideologia do inimigo interno, impulsionada pelos Estados Unidos e sua política de internacionalização da segurança pública norte-americana⁹ para fazer face à ameaça comunista.

Dois objetivos estavam explícitos na profissionalização das polícias latino-americanas: de um lado visava-se a “moldar as atitudes e as preferências tecnológicas dos oficiais-chave da polícia”; de outro, empreender a centralização das polícias, estimulando “a subordinação da polícia às forças armadas nacionais, de modo que esse sistema de segurança interna esteja mais estreitamente vinculado ao Poder Executivo nacional que, por sua vez, está ligado indiretamente à potência estrangeira que oferece treinamento”. Trata-se aqui do início do processo de militarização dos aparelhos policiais e do recrudescimento do autoritarismo legitimado pela ideologia da segurança nacional (HUGGINS, 1998, p. 22-23)¹⁰. Ao mesmo tempo em que as polícias militares se tornam atores relevantes

⁹ Trata-se da expansão da política de segurança pública norte-americana para os países da América Latina, transformando-os ao mesmo tempo em colaboradores na luta contra o comunismo, dotando-os de recursos financeiros e materiais e fornecendo a esses países um programa de treinamento e formação policial, principalmente a partir da criação do Organismo de Informação dos Estados Unidos (*United States Information Agency – USIA*), cuja atribuição era a de estimular os países vulneráveis a aceitar a ajuda para a segurança interna. (HUGGINS, 1998, p. 97). Ao mesmo tempo, a CIA foi um ator relevante na internacionalização, embora muitas vezes se escondesse por detrás de instituições como a INPOLSE (*International Police Services, Inc.*), responsável pelo treinamento de policiais nos Estados Unidos (HUGGINS, 1998).

¹⁰ Papel importante no que tange à violência policial foi exercido pelos “facilitadores da violência”, já que permitiram e, muitas vezes, fizeram “vistas grossas” aos abusos cometidos por seus subordinados. Como se vê, tratava-se de um ambiente propício às práticas de tortura e homicídios (HUGGINS; HARITOS-FATOUROS; ZIMBARDO, 2006).

no policiamento ostensivo urbano e na tarefa de resguardar a ordem pública, mecanismos de controle policial são efetivados pela ênfase das forças armadas nessa tarefa. Como pondera Regina Célia Pedroso (2005, p. 148):

Assim, atrelada a uma ideologia de Estado autoritário, a Polícia Militar nasceu sob a égide da repressão política, além de exercer o poder de vigilância sob o cidadão comum, constituindo assim uma formação ideológica própria.

E isso existe até hoje. É necessário dizer, entretanto, que a Polícia Militar já era antes desse período uma força pública. O que ocorreu foi o aumento das atribuições no policiamento ostensivo urbano. No mais, verifica-se uma relação estreita entre o governo norte-americano e os esquadrões da morte¹¹ surgidos nesse período. Assinala HUGGINS (1998, p. 199):

Além de um relacionamento de longa data entre Washington e o DOPS do Brasil, tanto antes quanto depois da instituição da OPS¹², a própria OPS-Brasil mantinha estreitas relações de trabalho com o Grupo de Operações Especiais (GOE) do Rio de Janeiro e com a RUDI, a RONE, o DEIC e a OBAN de São Paulo – cada um dos quais, por sua vez, dando origem a seus próprios esquadrões da morte informais. E já vimos que o OPS de fato estimulou a instituição DOI/CODI, cujas instalações para interrogatório eram locais de indizível brutalidade.

A transição democrática no Brasil não foi capaz de pôr fim à violência letal exacerbada por parte das instituições policiais. Muito pelo contrário, o regime militar logrou empreender uma liberalização lenta, gradual e segura, tendo a Lei da Anistia como a garantia de que a impunidade seria a gênese do autoritarismo democrático vigente. Do mesmo modo que o programa de treinamento das polícias latino-americanas, o alvo do novo

¹¹ Um interessante relato da atuação dos esquadrões da morte no Estado de São Paulo pode ser encontrado em BICUDO (1978).

¹² O surgimento dos esquadrões da morte, oriundos desse processo de crescente militarização, especialização e profissionalização das polícias, resultou na degenerescência do próprio processo de internacionalização das polícias, tanto no âmbito externo quanto no interno. Razão disso foi o fechamento da OPS (*Office of Public Safety*) e de uma profunda investigação no Congresso norte-americano desse programa, acarretando, por conseguinte, seu cancelamento (HUGGINS, 1998).

programa de internacionalização da polícia norte-americana seriam novamente os países da região sul-americana. A década de 90 se caracterizou por uma “guerra declarada contra as drogas”.

Assim, para legitimar a continuidade do recrudescimento da violência estatal, agora não mais contra os comunistas e subversivos, mas contra traficantes, terroristas e pequenos delinquentes, foi premente o revigoramento das ideologias da defesa social e da segurança nacional, além do recente movimento de “lei e ordem”, reforçado pelos meios de comunicação na caracterização de estereótipos criminosos. Desse modo, ficariam caracterizados os inimigos que os aparelhos repressivos de Estado deveriam aniquilar, não importando por quais meios e desconsiderando-se a existência formal dos direitos humanos (CARVALHO, 1997).

Pode-se verificar que o número de homicídios praticados por policiais militares em serviço no Estado do Paraná¹³ está aumentando e, ao que nos indicam os diversos estudos sobre o tema, a manutenção do modelo militarizado¹⁴ de polícia ostensiva com a falsa idéia de que apenas bastam leis, sejam elas constitucionais ou não, barraria a violência estatal em nosso país.

O período atual se depara com o desafio da consolidação democrática brasileira e, para tanto, urge uma reforma nos aparelhos policiais de modo a adequá-los a uma sociedade plural e heterogênea (CHAN, 1997).

Para tal objetivo, novos instrumentos de controle da atividade policial devem ser fortalecidos, dentre os quais menciona-se o efetivo controle externo e interno da polícia, destacando-se a participação da sociedade civil na formulação de propostas com as instituições policiais, bem como no papel de se instituírem como instâncias de controle policial, já que é o alvo da violência policial. Quando se pensa na questão relativa ao objeto do presente estudo, verifica-se que até o momento as associações de bairro, os conselhos comunitários de segurança¹⁵ e a sociedade civil or-

¹³ Ver anexo 2.

¹⁴ Para um melhor entendimento sobre militarização das instituições policiais no Brasil, ver Bruno Zavataro (2007).

¹⁵ No Estado do Paraná existem atualmente mais de 100 conselhos comunitários de segurança. Reguladas atualmente pelo Decreto 2.332, de 10/12/2003, essas instâncias de participação política, tendo as polícias militares e civis como membros natos, podem erigir-se como espaços de discussão e organização de políticas públicas. Para tanto, necessário se faz que mecanismos de acesso sejam fortalecidos e colocados em prática.

ganizada de um modo geral não obtiveram condições de impor uma política efetiva na área da segurança pública.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se afirmar que a forma como se deu no Brasil a transição democrática influiu, em grande medida, na configuração democrática posterior, uma vez que transferiu para o regime nascente o legado anteriormente adquirido e que não foi suficientemente extirpado quando de seu declínio. A transição democrática brasileira se caracterizou por ser uma transição controlada pelos próprios dirigentes do regime militar. Eles, desde meados da década de 70 até meados da de 80, souberam manipular as regras do jogo político, apoiados, além disso, pela forte repressão policial.

Durante o regime militar, sobretudo por meio das relações entre o governo norte-americano e o processo de internacionalização de sua política de segurança externa e o governo brasileiro, um amplo programa de treinamento de policiais, tanto no Brasil como alhures, foi levado a efeito. A profissionalização e especialização das instituições policiais facilitaram o surgimento dos esquadrões da morte formados por policiais, os quais amparados pela Lei da Anistia puderam adentrar ao novo regime impunes. Não se pode olvidar que, além dos próprios perpetradores da violência policial, um complexo mais amplo de impunidade se fez presente com o papel desempenhado pelos “facilitadores da violência”.

Inobstante o advento do governo civil, da promulgação da Constituição Federal de 1988, da inserção no plano formal dos principais instrumentos de proteção aos direitos humanos, o País ainda carrega a sina de autoritário, tendo em conta o altíssimo índice de violência policial, principalmente de homicídios praticados por policiais em serviço.

Para se pensar no desafio da consolidação democrática com fundamento nas instituições policiais, instrumentos de controle policial devem ser fortalecidos, não tanto pelo aspecto repressivo e reativo, mas, sobretudo pela propositura de políticas proativas, resultando na mudança dos atuais padrões de policiamento. Nesse papel, a sociedade civil pode se apresentar como ator relevante nas políticas de segurança pública no Brasil.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. A violência na sociedade brasileira: um painel incloncluso em uma democracia não consolidada. In: **Sociedade e Estado**, volume X, n. 2, jul./dez., 1995.

ARTURI, Carlos S. O debate teórico sobre a mudança de regime político: o caso brasileiro. In: **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, 17, nov. 2001.

BICUDO, Helio Pereira. **Meu depoimento sobre o esquadrão da morte**. 7. ed. São Paulo: Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1978.

BORDIN, Marcelo. **A política de segurança pública no governo Jaime Lerner: 1995-2002**. Curitiba: Monografia de Conclusão do Curso de Ciência Política da Faculdade Internacional de Curitiba – Facinter, 2005.

CARVALHO, Salo de. **A política criminal de drogas no Brasil: do discurso oficial às razões da descriminalização**. 2. ed. Rio de Janeiro: Luan, 1997.

CHAN, Janet B. L. **Changing police culture: policing in a multicultural society**. Cambridge: Cambridge University, 1997.

HUGGINS, Martha K. **Polícia e política: relações Estados Unidos-América Latina**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____; HARITOS-FATOUROS, Mika; ZIMBARDO, Philip G. **Operários da violência: policiais torturadores e assassinos reconstroem as atrocidades brasileiras**. Brasília: Ed. da UnB, 2006.

LAMOUNIER, Bolívar. El Brasil de la postransición: antecedentes, riesgos y posibilidades del gobierno Collor. In: **Revista Mexicana de Sociología**, Instituto de Investigaciones Sociales – Universidad Nacional Autónoma de México, n. 4, 1990.

MARTINS, Luciano. A “liberalização” do regime autoritário no Brasil. In: O’DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C.; WHITEHEAD, Laurence (Org.). **Transições do regime autoritário: América Latina**. São Paulo: Vértice, 1988.

PEDROSO, Regina Célia. **Estado autoritário e ideologia policial**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas-Fapesp, 2005.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Brazil and the international human rights system. In: **Working Paper Series**, University of Oxford Centre for Brazilian Studies, 1999.

SKIDMORE, Thomas E. A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1985. In: STEPAN, Alfred (Org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ZAVATARO, Bruno. A militarização dos aparelhos policiais brasileiros. In: **Criminologia**. Núcleo de Estudos em Segurança Pública e Pesquisa, ACADEPOL, Belo Horizonte, ano 2, n. 2, (agosto) 2007.

ANEXO I

OS CAMPEÕES DA VIOLÊNCIA DA PM¹

Esta tabela está baseada em números oficiais, portanto incompletos. Mas, como a taxa de erro é mais ou menos a mesma para todos os Estados, é possível fazer comparações. Em número de mortos por policiais militares, os campeões: São Paulo, com 524, e Rio, com 248. Na proporção de mortos por 100.000 habitantes, os campeões: Distrito Federal, com 2,38, e o Rio, com 1,78. Na proporção de mortos por 1.000 PMs, os campeões: Rio, com 7,45, e São Paulo, com 6,36.

¹ FONTE: **Caros Amigos**, *op. cit.*, p. 22.

VITIMIZAÇÃO FATAL POR AGENTES DA POLÍCIA MILITAR EM SERVIÇO			
UF	NÚMERO DE PESSOAS MORTAS POR POLICIAIS MILITARES EM SERVIÇO – 2000 ⁽¹⁾	TAXA DE PESSOAS MORTAS POR PMS EM SERVIÇO (100.000 habitantes) ⁽²⁾	TAXA DE PESSOAS MORTAS POR PMS EM SERVIÇO (1.000 policiais)
AC	0	0,00	0,00
AL	-	-	-
AM	1	0,04	0,16
AP	-	-	-
BA	88	0,67	3,10
CE	-	-	-
DF	48	2,38	3,21
ES	!	1,14	4,33
GO	-	-	-
MA	6	0,11	0,95
MG	48	0,27	1,18
MS	4 ⁽³⁾	0,78	-
MT	-	-	+++++
PA	24	0,40	1,90
PB	1	0,03	0,14
PE	36	0,47	2,08
PI	2 ⁽²⁾	0,44 ^(*)	-
PR	52	0,55	2,78
RJ	248	1,78	7,45
RN	2	0,07	0,28
RO	3	0,91 ^(*)	3,77 ^(*)
RR	0	0,00	0,00
RS	4	0,04	0,19
SC	-	-	-
SE	-	-	-
SP	524	1,44	6,36
TO	2	0,17	0,64
BRASIL	1.127	0,82	3,60

(1) Número total quando falta algum mês.
(2) As cifras marcadas com asterisco (*) foram estimadas por extrapolação para completar as informações dos meses que faltam. **Observação:** nem todas as Secretarias Estaduais de Segurança enviaram seus números à Secretaria Nacional de Segurança, e, no caso do Acre e do Roraima, não há vítimas.

FONTE: Secretaria Nacional de Segurança Pública e IBGE.

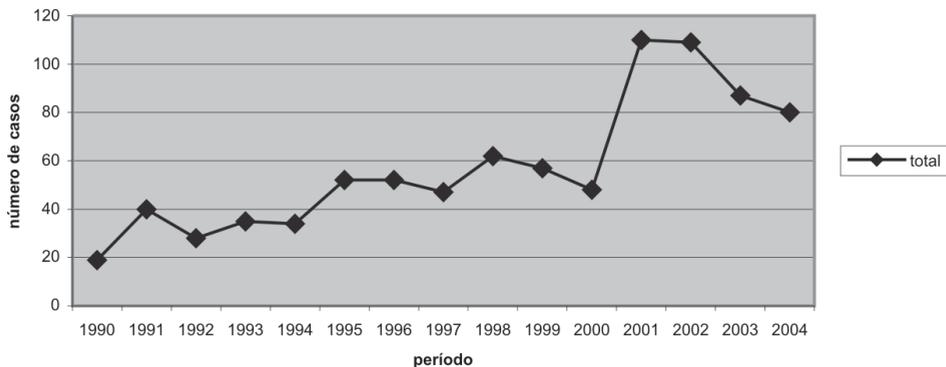
ANEXO II

HOMICÍDIOS COMETIDOS POR POLICIAIS MILITARES NO PARANÁ DE 1990 ATÉ 2004

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Curitiba	8	4	5	4	5	15	13	16	20	25	10	40	40	30	31
RM	0	3	1	3	1	4	9	1	9	8	12	9	13	11	8
interior	11	33	22	28	28	33	30	30	33	24	26	61	56	46	41
TOTAL	19	40	28	35	34	52	52	47	62	57	48	110	109	87	80

FONTE: BORDIN (2005).

Homicídios cometidos por policiais militares em serviço no Estado do Paraná (1990/2004)



TURISMO E PÓS-MODERNIDADE: SOCIALIDADE NOS ESPAÇOS TURÍSTICOS

MARY SANDRA GUERRAASHTON

Doutora e mestre em Comunicação Social pela PUCRS,
Especialista em Produção e Gestão do Turismo pela PUCRS,
Professora titular e pesquisadora da Feevale, RS

RESUMO

Este artigo busca a reflexão em torno dos movimentos e comportamentos descritos pelo Turismo na pós-modernidade, com o objetivo de revelar a socialidade que se estabelece na vivência observada no Turismo, priorizando o que é, aparentemente, banal, conforme propõe o método da Sociologia Compreensiva. Para tanto, a sustentação teórica será fundamentada nas noções de Turismo, desenvolvida por Óscar de la Torre, de pós-modernidade e de comunicação, conforme Maffesoli, por meio da relativização e do estilo proposto para o método da Sociologia Compreensiva, valorizando o que é comum e subjetivo, com base na vivência turística. As investigações apontam o Turismo como promotor da socialidade na pós-modernidade.

Palavras-chave: Turismo, comunicação, pós-modernidade, Sociologia Compreensiva, socialidade.

ABSTRACT

This article is aimed to discuss the movements and behaviors described by Tourism in post-modernity with the objective of showing the sociality that is established in the experience observed in Tourism, giving priority to what is apparently ordinary, according to what proposes the Comprehensive Sociology method. The theoretical sustenance will be based on the notions of Tourism developed by Óscar de la Torre, of post-modernity and communication according to Maffesoli, through the relativization and the style proposed for the Comprehensive Sociology method, giving value to what is common, subjective since the tourist experience. The investigations point Tourism as a promoter of sociality in post modernity.

Keywords: *Tourism, communication, post-modernity, Comprehensive Sociology, sociality.*

1 INTRODUÇÃO

Desde as épocas mais remotas, a curiosidade em conhecer outros locais e viver experiências diferentes do cotidiano move milhares de pessoas que se trasladam de seu local de residência para as mais diversas partes do mundo, com as mais variadas motivações. Esses movimentos vêm descrevendo um crescimento acelerado, principalmente, nos últimos anos, pois 842 milhões de turistas viajaram no mundo durante o ano de 2006, registrando um aumento de 4,5% em relação a 2005. (OMT – O GLOBO, 20 jan. 2007), gerando a criação de incontáveis atrativos e promovendo intensas relações entre os indivíduos e os elementos que compõem a oferta turística.

Essa busca incessante por ver e fazer, enfim, por interatividade, uma das características do Turismo, vem agindo como o motor dos deslocamentos e influenciando na formatação dos atrativos na atualidade. A oferta se direciona a atender ao olhar dos viajantes, no sentido de satisfazer a necessidade individual e coletiva. Assim, para a compreensão do fenômeno representado pelo Turismo, torna-se ponto de fundamental importância explicar a noção de Turismo, com fundamento em Óscar de la Torre (1997), bem como as bases que lhe são características.

O estudo do Turismo, por sua vez, envolve a problemática da comunicação e ambos se acham inseridos no contexto da pós-modernidade. Portanto, para dar conta da análise dos movimentos e dos comportamentos no Turismo, se faz necessário investigar a noção de comunicação desenvolvida por Michel Maffesoli (1996), na qual é destacada a importância do compartilhar como elemento intrínseco no processo de socialidade na pós-modernidade.

Logo, compreender as noções de Turismo, de comunicação e de pós-modernidade, por meio da reflexão e do diálogo, conforme os pressupostos desenvolvidos por Michel Maffesoli (1993) para a Sociologia Compreensiva, bem como revelar suas complementaridades e convergências, torna-se relevante para o estudo em questão. Desse modo, será possível explicar os movimentos sociais, descritos no Turismo, como formadores de socialidade por meio das emoções, observados na vivência da atividade turística.

A Sociologia Compreensiva, formulada por Michel Maffesoli (1993), possui, entre suas principais características, a universalidade e a subjetividade nas questões do cotidiano, do mundo das idéias, elementos essenciais na descrição conceitual que envolve as pesquisas que buscam

compreender e explicar os processos de evolução da sociedade, os momentos e movimentos dos indivíduos. Para tanto, parte de uma análise abrangente e aberta, se destina a uma observação e a uma compreensão aprofundada das interações e dinâmicas sociais naquilo que é, priorizando a forma, o relativismo e o estilo, conforme descrito nos pressupostos da Sociologia Compreensiva, de Michel Maffesoli (1993).

Assim, a reflexão em torno das noções apresentadas, desenvolvidas e fundamentadas por Michel Maffesoli e Óscar de la Torre, cumpriu seu papel de explicar e contribuir para a compreensão das principais características formadoras da socialidade. Os modos de ser, de pensar e de agir podem estar condicionados às leis presenteístas e, por isso, à urgência do aqui e agora, conforme o contexto da Pós-Modernidade.

2 TURISMO: EXPRESSÃO DA SOCIALIDADE

Para Óscar de la Torre (1997, p. 16): “O Turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento de indivíduos [...] gerando múltiplas relações de importância social, econômica e cultural.” Está inserido num contexto multiculturalista, que se dá num ambiente de interação, por meio das inúmeras atividades que o alimenta.

O Turismo pressupõe o deslocamento, a viagem que, para Jean Chevalier e Alan Gheerbrant (1997), simboliza um desejo profundo de mudança interior, uma necessidade de experiências novas, mais do que o deslocamento físico. Pode resumir-se na busca da verdade, da paz, da imortalidade, da procura e da descoberta de um local de resguardo, na qual se é remetido a um imaginário de aventura, descobrimento e vivência, que se pode associar a ele.

Assim, encontra sua representação, contida entre as atrações. O ambiente turístico compreende o espaço destinado ao lazer, prazer, conhecimento e diversão, portanto torna-se necessário o deslocamento, que deve ocorrer de forma voluntária e temporal. O Turismo é um fenômeno que dá conta de inúmeras atividades e que mantém relevantes interações com o meio. Por conta disso, sua prática, ou seja, a vivência turística se apresenta como um brinde ao estar junto, ao mesmo tempo em que pode explicar as transformações observadas nos novos valores comportamentais descritos na pós-modernidade, reveladas na atividade turística.

Observa-se que a manifestação do comportamento humano descrita pelo Turismo é a movimentação de pessoas, isto é, indivíduos que

se trasladam de um local para outro e que promovem intensas relações sociais. Para Óscar de la Torre (1997, p. 101),

[...] posto que o Turismo é um fenômeno eminentemente social, por derivar de deslocamentos humanos, teve, desde o seu início, uma estreita interdependência nas relações de interação com outros fenômenos sociais.

As transformações socioculturais e econômicas, provocadas pelo fenômeno turístico, merecem atenção e se revelam como objeto de estudos que se estendem por inúmeras áreas da atividade, as quais mantêm relações diretas ou indiretas com o Turismo. Dessa maneira, torna-se relevante compreender os vetores que lhe são característicos, bem como as interações que ocorrem em seus campos de abrangência.

O Turismo pode ser, pois, identificado pelas repercussões sociais que se estabelecem por meio da diversidade de ações, proporcionadas pela vivência turística. Segundo Óscar de la Torre (1997, p. 101), o turismo, “[...] na atualidade, transforma os moldes tradicionais de conduta tanto dos homens como das coletividades.”

A mobilidade social, que até meados do século XX era motivada, principalmente, por causas políticas e econômicas, passa a encontrar razões de outras ordens, como a emotiva, cultural e intelectual. Cria-se, assim, uma nova demanda por lazer na atualidade, reforçada pelas oportunidades que se abrem com os avanços tecnológicos mais recentes. Esse incremento vigoroso dos deslocamentos, por razões não econômicas, associadas ao Turismo, leva a novos padrões e formatos nas regras estabelecidas para o convívio social.

A vivência turística, pode inscrever-se numa perspectiva de movimentos, ondulações, de efervescências, pulsações, ora boas, ora más, alegrias, medos, excitações de toda ordem e espaço no qual o tédio não se faz presente. E, talvez, o afastamento (a ruptura com o dia-a-dia), uma das características do Turismo, se configure na busca por espaços de lazer com essa oferta. Nos ambientes coletivos dos espaços turísticos, o comércio em sua amplitude, acrescido da presença dos signos, reforça a idéia de reencantamento do mundo, que, por sua vez, não se pode medir em números, pois parece tratar-se de paixões compartilhadas (BARTHES, 1999).

O compartilhar das experiências observado no Turismo é formador da socialidade e, por conseguinte, motor dos deslocamentos humanos em busca do outro lugar. A ação é voltada para o presente, para o

instante em que é vivido, exaltando unicamente o que é vivido em comum, compartilhado. O comungar da vivência se transforma no fator da atratividade turística.

Logo, os atrativos turísticos, por conterem elementos característicos da pós-modernidade, se encontram inscritos num contexto imaginário – lido como coleção de imagens que se partilha com os outros (MAFFESOLI, 1995) – de novas relações sociais, sublinhando o presenteísmo (ações realizadas na urgência do aqui e agora), porém, com signos associados ao passado, numa peregrinação cíclica, norteando a repetição num processo de renovação atemporal. Nesse sentido, deve-se dar atenção às formas de representação simbólica, que os atrativos turísticos terão no inconsciente das pessoas (BARTHES, 1987).

O exercício de convívio, proporcionado pelo Turismo, pode ser descrito como a retomada de elementos anteriores, que se utiliza e se vivencia de maneira diferente, ao serem revisitados, permitindo que se debruce sobre o retorno da temática do ideal comunitário. Assim, o indivíduo pode entrar em sintonia, passa a existir no aqui, agora, quando assume algum papel em um ambiente compartilhado, de comunhão (MAFFESOLI, 2000).

O Turismo contemporâneo pode possibilitar às pessoas viverem o presente de forma diferente; realiza-se, por estarem, concomitantemente, afastadas do cotidiano, mas, mesmo assim, promove a experiência de viver em comunicação. Realiza o imaginário, “[...] é assim que, diante de um mundo aparentemente uniformizado, sente-se renascer o desejo do outro lugar.” (MAFFESOLI, 2001, p. 107). Nesse contexto particular, o Turismo, pode contribuir com as relações sociais. Ele passa a funcionar como retroalimentação, por meio dos mecanismos que regem a dinâmica da socialidade, instituindo um referencial importante e singular na busca por parâmetros que orientem a revalorização das culturas e de suas manifestações, em um mundo de sociedades cada vez mais próximas e miscigenadas.

3 PÓS-MODERNIDADE: LAÇOS DE SOCIALIDADE NO AQUI E AGORA

A pós-modernidade pode ser lida como a heterogenização, a pluralização do mundo, gerando identificações múltiplas. De acordo com Michel Maffesoli (2004), não se trata de fazer distinção entre o bem e o mal, mas de vivê-lo na pulsação do hoje, numa ondulação que aceita e celebra ora Dionísio, ora Apolo. Para Michel Maffesoli (1995, p. 17): “Vive-se uma forma de estar junto, que não está voltada para o longínquo ou

para uma sociedade perfeita, mas que se dedica a organizar o presente.” A sociedade assume uma postura, essencialmente, presenteísta e, com ela, a velocidade, do aqui e agora.

Michel Maffesoli (2001, p. 21) traz a noção de pós-modernidade, como “[...] a sinergia de fenômenos arcaicos e do desenvolvimento tecnológico.” Aspectos como o retorno ao local, a importância da tribo, a bricolagem mitológica, o estilo barroco, a hegemonia do presente e a supremacia da imagem fazem parte desse espectro.

Nesse sentido, conforme (MAFFESOLI, 2001, p. 22), a pós-modernidade enfatiza “[...] tudo aquilo que remete a um sentimento de pertencimento reforçado”, o reaproveitamento de elementos, enraizados da cultura, fazendo uso de extremos, de contrastes, como o passado e o presente e, assim, produzindo um imaginário. Constrói-se, com isso, um novo cenário de realidades contemporâneas que se aglutinam em torno do cotidiano, revestindo-o de uma nova vida, de um novo significado.

Na pós-modernidade, criam-se formas de partilha emocional que refletem o sentimento coletivo de porção da sociedade com relação aos valores enraizados de posse comum: o material e o espiritual. Enfatiza a idéia do lugar como vínculo que se funda nas coisas cotidianas, concretas, como costumes, idiomas, gastronomia, ao contrário de um vínculo abstrato e racional. Assim, segundo Michel Maffesoli (1996, p.15), se assiste a uma “[...] solidariedade social elaborada a partir de atrações, de repulsões, de emoções e de paixões.” Essa tensão transforma as diversas instituições sociais, já fragmentadas, em mais abstratas e desconectadas, nascendo a necessidade de solidariedade e de proteção, elementos fundadores do tribalismo, que caracterizam todo o conjunto social.

O tribalismo, para Michel Maffesoli (2000, p. 108), pode ser entendido como “[...] um processo de desindividualização, da saturação da função que lhe é inerente e da valorização do papel que cada pessoa é chamada a representar dentro dela.” As pessoas podem passar a representar diferentes papéis, de acordo com o grupo em que estão inseridos naquele momento e de acordo com sua preferência; não se trata de percorrer uma lógica da identidade. São sujeitos de uma história em andamento que se debruçam em assumir a cada dia seu lugar nas diversas peças do teatro.

A pós-modernidade, para Michel Maffesoli (1996, p. 15), é como uma colcha de retalhos, que é feita de elementos totalmente diversos, mas que estabelecem entre si interações constantes e contínuas. A fusão temporal é a forma de expressão que promove a comunhão, sob o domínio daquilo que se faz presente na realidade cotidiana.

Pelo uso dos extremos, dos contrastes, antigo e atual, características do Barroco – lido como um tipo de sensibilidade –, dando novos significados a aparência, ocorre a barroquização das sociedades contemporâneas. No conceito de Michel Maffesoli, 1996, p. 187):

É a explosão dos valores sociais, o relativismo ideológico, a diversificação dos modos de vida, que engendram essa barroquização da existência, com a qual estamos confrontados.

Em verdade, nenhum domínio da vida social escapa dessa barroquização da existência. Conforme Michel Maffesoli (2001, p. 24-25), a pós-modernidade, “[...] é feita de afetos, de sentimentos, de excessos que nos dirigem mais do que os dominamos.” Trata-se do contágio, da contaminação, na estranha pulsão que leva a imitar o outro e que se exprime “[...] nas efervescências festivas, nas atmosferas emocionais, em todos os agrupamentos excessivos nos quais o indivíduo se perde na tribo”, a fim de tornar o mundo suportável.

O presenteísmo, outro elemento que caracteriza a pós-modernidade para Michel Maffesoli (2000, p. 61-67), por intermédio da junção do passado, do presente e do futuro, é traduzido, pelo autor, como a eternidade. Essa tríade temporal coloca as pessoas em harmonia com o mundo, por meio da repetição ritual e ritmada, como uma espécie de eternidade ou a “duração concreta” das imagens, as imagens suspensas no tempo.

Na opinião de Michel Maffesoli (2000, p. 51), na vida cotidiana pós-moderna, “[...] só importa o instante em que se pode resumir a eternidade em sua plenitude.” Não importa se são bons ou maus momentos, o que predomina é um presente que se vive com outros em um dado lugar, e é isso que vai contaminar as representações. Assim, por intermédio da saturação do projeto, delinea-se a busca do sentido no próprio ato. A decadência do ideal, do longínquo, encerra a maneira de dizer o presente e o instante, vividos em toda sua intensidade. O prazer é vivido no presente; não é mais adiado.

A imagem, por sua vez, possui valor relevante na formação do sujeito e da sociedade. Na pós-modernidade, segundo Michel Maffesoli, se assiste ao retorno da imagem. Trata-se, aqui, de um mundo imaginal, entendido como uma maneira de ser e de pensar, perpassado pela imagem, pelo simbólico e pelo imaterial, no qual se tem na imagem o vetor primordial do vínculo social.

Segundo Michel Maffesoli (2000), a pós-modernidade dá conta de um apanhado de elementos que tratam de contribuir para explicar a

socialidade no cotidiano contemporâneo. Para tanto, sublinha os valores da cultura, que enraizados retornam e estabelecem o lugar como vínculo. Por sua vez, as tribos e seu processo de representações nos mais variados papéis, é que os indivíduos passam a assumir como expressões de socialidade, que se manifestam no cotidiano, na medida em que predomina um devir presenteísta, delineando uma nova realidade contemporânea.

Michel Maffesoli nomeia de pós-modernidade essa simbiose de elementos opostos e formantes da socialidade, que se ajusta à preocupação com o território, com a natureza, com a religiosidade, com o tribalismo, com o prazer dos sentidos e dos sentimentos, com o desenvolvimento tecnológico e sua utilização, com o multiculturalismo das megalópoles e com as formas comunicacionais cotidianas, e a seu convívio em sinergia com o que é comum. Trata-se de acréscimos de vitalidade em todo o corpo social.

4 COMUNICAÇÃO: RELAÇÕES TRIBAIS E AÇÃO PRESENTE

A comunicação é uma interação e, como tal, é recarregada, constantemente, pelos sujeitos, de acordo com a necessidade de estar junto. Para Michel Maffesoli (1995, p. 82), apenas o que se vive junto pode ser compartilhado: “Comunicar é servir-se daquilo que se tem em comum.” A comunicação favorece a percepção do coletivo, delineando, dessa maneira, uma nova ordem social e valorizando a interação, ao plural.

A noção de comunicação celebra o compartilhar. “A sociedade é formada por um conjunto de relações interativas, feito de afetos, emoções, sensações que constituem o corpo social.” (MAFFESOLI, 1996, p. 73). A comunicação, enquanto interação, ocorre quando se pode comungar um afeto. Assim, a correspondência do sentimento, do sensível, não trata do número de vezes ou do número de pessoas, mas da essência, da paixão.

Dessa forma, a comunicação é realimentada pela necessidade de socialização inerente à natureza humana e pode ser revelada nos encontros promovidos pela atividade turística. “As refeições, as festas, as procissões, são, sabidamente, um modo de dizer o prazer de estar junto.” (MAFFESOLI, 1996, p. 85). São formas de por em comum os afetos e celebrar essa comunalização. Tende a uma uniformização na maneira de vestir, de divertir, de falar, de escolher lugares como numa espécie de eco, com grau zero de conteúdo, acentuando unicamente, a importância do coletivo.

Michel Maffesoli (2001, p. 113) considera que “[...] a comunicação, ao mesmo tempo, verbal e não-verbal, constitui uma vasta rede, que liga os indivíduos entre si.” Nesse sentido, deve-se acrescentar que não apenas a verbalização tem estatuto de laço social, mas também as situações silenciosas devem ser incluídas como ativos da comunicação, atendendo-se a uma perspectiva orgânica de grupo, seja na linguagem corporal ou nos ruídos das músicas.

A profusão de imagens pode provocar a cultura dos sentimentos por meio dos elementos que fazem parte dos atrativos turísticos. Podem ser elementos das cidades, as linhas arquitetônicas, as ruas, o entorno natural, dotado de elementos, como os cheiros, as texturas, os sons. Para Modesto Farina (2000, p. 112), as cores se “[...] constituem de estímulos para a sensibilidade humana, influenciando no indivíduo, para gostar ou não de algo, para negar ou afirmar, para se abster ou agir.” A reação das pessoas em relação à cor é particular e subjetiva, estando ligada a vários fatores que fazem parte da vida de cada um.

“As cores são uma realidade sensorial [...] que atuam sobre a emotividade humana, produzem uma sensação de movimento, uma dinâmica envolvente.” (FARINA, 2000, p. 101). Assumem um papel relevante na condução das imagens, associadas à experiência vivida pelo agente do processo comunicacional. Elas são elementos complementares à forma, dão consistência à mensagem compartilhada e facilitam a continuidade da correspondência, por se constituírem em elemento comum aos que interagem em seu processo, tanto no plano físico quanto no imaginário (CHEVALIER e GHEERBRANT, 1997).

Logo, a comunicação se encontra inserida na perspectiva do Turismo, como elemento formador da socialidade. As noções se mostram convergentes e complementares, numa retroalimentação constante, em que se pode estabelecer um estado de simbiose tal qual observada na pós-modernidade.

5 DIÁLOGO: CONVERGÊNCIA ENTRE NOÇÕES

O Turismo que pode ser realizado na atualidade, inscrito no contexto da pós-modernidade, revela a complexidade da sociedade contemporânea, por intermédio da imagem, do ritual, da tribo, do presente, do Barroco e das antíteses – todos os aspectos observados na vivência turística, os quais promovem a inserção do visitante na perspectiva comunicacional responsável pela socialidade.

O Turismo contemporâneo, caracterizado e compreendido com base nas noções inerentes à socialidade, possibilita às pessoas viverem o estar junto, a comunhão, que por meio da interação se dá em tempo presente, se realiza no ato.

O consumo do produto turístico só pode ser realizado no presente e se encerra na ação; daí a importância de viver o presente, o hoje, o aqui, da maneira como se quer, de forma diferente do cotidiano. O Turismo apresenta como oferta satisfazer as necessidades emocionais, viver o imaginário e, com isso, oferecer ao visitante a interação com o meio e com o outro, contribuindo para o vínculo social. Realiza-se no processo de comunicação, vivendo juntas a alternância, a diversão e a transgressão, características da Pós-Modernidade.

O efeito regenerador decorre de uma nova realidade, em parte revestida de fantasia e ligada, essencialmente, à satisfação de uma necessidade, a de entrar em correspondência com a massa e de fazer parte do coletivo – é o que passa a conferir sentido à experiência turística. A vivência conjunta ofertada pelos atrativos turísticos multiplica a produção de sentido, convertendo-a em uma infinidade de elementos, que vão muito além da diversão, do consumo de alimentos, *souvenirs* e de interação com pessoas de outras culturas – é formadora da socialidade.

A comunicação, ainda, pode contribuir para (re)definir os novos valores comportamentais observados na atividade turística. Os traços presenteístas, característicos da pós-modernidade e que permeiam a noção de Turismo, são reforçados, porque o estar junto exige a ação presente: no aqui e agora. No Turismo, a ação se dá em momento presente; o consumo se realiza no presente.

O compartilhar das experiências, enquanto vividas, constitui-se em elemento que merece atenção em relação ao Turismo. Na medida em que o Turismo promove a socialidade, as pessoas sentem-se motivadas a estar juntas. A relação social se estabelece e forma-se a cadeia motora dos deslocamentos humanos (buscar algo em outro lugar e no outro). O comungar do vivido, no instante em que é vivido, é que desperta a curiosidade e o desejo de experimentar junto e, ao mesmo tempo, que/com os outros, resultando na atratividade turística.

A comunhão constitui-se no elemento principal da atratividade turística, uma vez que as pessoas, simplesmente, vivem, e surge a necessidade da interação. O Turismo permite essa comunhão, já que os sujeitos compartilham suas vivências e estão juntos, comungando em torno de um mesmo objeto, fazendo parte e experimentando uma tal emoção em comum. Desse modo, possibilita-se a formação da cadeia motora de ação de público nos locais turísticos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da reflexão e do diálogo propostos para este estudo, foi possível observar que o Turismo desempenha um papel relevante na sociedade, uma vez que contribui para realimentar o processo de socialidade, que se manifesta pela necessidade do estar junto, da comunhão e dos afetos, características inerentes ao Turismo e à comunicação, além de estar inseridos no contexto da pós-modernidade, desenvolvido por Michel Maffesoli.

O estudo das noções revelou o Turismo como agente da socialidade, tornando possível traçar um perfil das representações e comportamentos da sociedade em suas relações sociais observadas na vivência turística, configurando-se, ainda, como uma contribuição para explicar os movimentos cotidianos da sociedade.

Na perspectiva de um mundo globalizado, em que conceitos, costumes, tradições, valores, enfim, elementos formadores da cultura, estão, com frequência, em debates e discussões, tornou-se relevante a contextualização do Turismo como um dos agentes na formação das relações sociais.

Desse modo, a atenção dispensada ao Turismo, nas pesquisas acadêmicas, atende a novos olhares de investigação. A contemplação do todo, em seu leque de abrangência, inclui a urgência das relações sociais que podem ser estabelecidas com a vivência turística. Tratar o Turismo como um agente formador de socialidade pode ser uma contribuição para a mudança social, numa perspectiva de um mundo mais solidário que pode dar-se por meio da compreensão dos determinantes dos deslocamentos e momentos sociais observados na atualidade.

Essas substâncias que permitem que se compreenda melhor a sociedade contemporânea partem de sentimentos, de imagens, de símbolos, que se tornam causa e efeito de uma consciência coletiva. Assim, a sociedade é constituída da idéia que faz de si mesma e da aderência e importância dessa idéia que, uma vez nascida, obedece às leis que lhe são próprias.

Desse modo, foi possível promover o diálogo entre a noção de Turismo, de pós-modernidade e de comunicação, respeitando-lhes as características, as particularidades dos teóricos, Óscar de la Torre e Michel Maffesoli, bem como estabelecer os níveis de convergência entre ambos. Logo, descartou a perspectiva positivista, já que teve como objetivo a observação e o acompanhamento do processo que relaciona a vida e a representação como uma possibilidade de conhecimento.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. **Elementos de Semiologia**. São Paulo: Cultrix, 1999.
_____. **A aventura semiológica**. Lisboa: Edições 70, 1987.

CHEVALIER, Jean ; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1997.

FARINA, Modesto. **Psicodinâmica das cores em comunicação**. São Paulo: E. Blücher, 2000.

MAFFESOLI, Michel. **El conocimiento ordinário**: compendio de sociologia. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

_____. **A contemplação do mundo**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.

_____. **No fundo das aparências**. Petrópolis, Vozes, 1996.

_____. **O eterno instante**: o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

_____. **Sobre o nomadismo, vagabundagens pós-modernas**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **A parte do diabo**: resumo da subversão pós-moderna. Rio de Janeiro: Record, 2004.

OMT – Organização Mundial do Turismo. Entrevista com Francesco Frangilli. **O Globo**, 20 jan. 2007.

TORRE, Óscar de la. **El turismo**: fenómeno social. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

Artigo recebido em 12/12/2007. Aprovado para publicação em 23/2/2008.
--

**UMA VISÃO GEOGRÁFICA E
FILOSÓFICA DA CONGADA DE
SÃO BENEDITO:
MANIFESTAÇÃO CULTURAL
QUE ATRAI TURISTAS À CIDADE
DA LAPA, PR**

ÉDER AFONSO KLEMBA

Especialista em História e
Geografia do Paraná pela Faculdade Bagozzi

RESUMO

A Congada de São Benedito da Lapa, no Estado do Paraná, é uma festa popular de cunho religioso em louvor a São Benedito, patrono espiritual da comunidade negra lapaense. É uma manifestação típica do Paraná, na qual o sagrado e o profano se emanam. Ela congrega dança, festa, fé, devoção e metáforas sobre a realidade social em que viviam os escravos. Sua trama se desenvolve numa espécie de guerra. O rei cristão do Congo com sua corte reúnem-se para os festejos em louvor a São Benedito. No desenrolar da festa, eles são interrompidos pelo embaixador da Rainha Ginga. Ocorrem duas guerras, e o embaixador e seus conguitos são presos. O rei perdona aos prisioneiros, e é desfeito o mal-entendido. Todos cantam e dançam homenageando São Benedito.

Palavras-chave: congada, festa, religiosidade, identidade e cultura.

ABSTRACT

The "Congada" in São Benedito da Lapa in the state of Parana, is a popular religious festival in praise to São Benedito, spiritual patron of the black community in Lapa. It is a typical manifestation of Parana, where the sacred and the profane is derived. It brings together dance, party, faith, devotion and metaphors about the social reality in which the slaves lived. His plot is developing a kind of war. The Christian king of the Congo with his court meet to gather to celebrate in praise to São Benedito. In the party, they are interrupted by Ambassador of Ginga Queen. Two wars occur, and the ambassador and his little Congos are arrested. The king pardons to prisoners, and it shattered the misunderstanding. All sing and dance honoring São Benedito.

Keywords: Congo, party, religion, identity and culture

1 INTRODUÇÃO

De uma forma bem sintética, pode-se considerar a congada como uma festa religiosa de cunho popular em louvor a São Benedito, patrono espiritual da comunidade negra lapeana, o “santo preto”, como é carinhosamente denominado. A congada é uma manifestação típica do Paraná, principalmente da cidade da Lapa. Nela, o sagrado e o profano se emanam, congregando fé, devoção, festa, dança e metáforas sobre a realidade social em que viviam os escravos.

O motivo que me levou à escolha do tema foi justamente a proximidade que tenho com ele. Nasci em um hospital da Lapa e morei uns de treze anos em Palmital de Baixo uma comunidade do município. Atualmente, minha família mora em Contenda, cidade vizinha. Desde pequeno ouvia falar da famosa festa da congada. Sabia pouco sobre o assunto. Sabia apenas que era uma festa de cunho religioso e que a apresentação era sob a forma de um teatro. Tive a curiosidade de um dia estudar com mais afinco a congada. Foi cursando o último ano de Filosofia, em São Paulo, que surgiram a oportunidade e a liberdade de escolher um tema para meu trabalho de conclusão de curso (TCC). Optei pela congada da Lapa como objeto de meus estudos e reflexões.

Além da leitura de livros, teses e apostilas, o trabalho necessitou da realização de uma pesquisa de campo. Tive a oportunidade de conhecer os atores da congada e até assistir à apresentação dela, em 28/12/2002, na festa em louvor a São Benedito, na Lapa. A congada apresenta-se como uma manifestação folclórica e mítica, rica em poesia, música, dança e religiosidade popular.

Meu trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo, comenta-se mais a questão geográfica da Lapa e quais foram as origens da congada da Lapa. O segundo capítulo retrata a questão do mito e do símbolo – é um olhar mítico e cheio de símbolos na trama teatral, indo em busca de elementos para melhor compreendermos essa manifestação cultural. Há reflexões sobre a congada como uma questão de resistência dos descendentes de escravos.

No terceiro e último capítulo, apresenta-se a congada como um ato de devoção, de música, de dança e de religiosidade: todos os aspectos que transmitem vida, beleza e riqueza ao folclore lapeano. Finda-se o artigo com um viés mais filosófico em que pela lembrança se forma a identidade do grupo, possibilitando a este coesão e resistência.

2 ASPECTOS GEOGRÁFICOS DA CONGADA DA LAPA

2.1 PRÓLOGO

Lapa é uma cidade situada no Segundo Planalto do do Estado. A palavra “Paraná” vem do guarani (*para* = mar, e *na* = semelhante, parecido). Paraná é, portanto, (rio) semelhante ao mar, parecido com o mar. A região tornou-se província autônoma em 1853 e Estado em 1889.¹

Apesar de verificarmos que a história do Paraná banuiu a figura do negro, tangenciou, isto é, relacionou-se com a figura do índio e enfatizou a do luso-brasileiro, encontra-se nela a congada, centro de meu trabalho. A congada é dançada por escravos negros em louvor a São Benedito. Essa era uma forma de rememorar sua africanidade.

No Paraná, tem-se indício de vários festejos e em diversos lugares em louvor a São Benedito, ou seja, a congada. Em Curitiba, Paranaguá, Castro, na região norte, Tunas do Paraná e na Lapa, os negros misturavam as reminiscências de um passado africano às orações louvatórias ao santo padroeiro, São Benedito.



¹ DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p.130.

Lapa, que quer dizer “grande pedra ou laje, que, ressaltada de um rochedo, forma abrigo”², é uma cidade com área de 2.145 km² e a 907 metros de altitude e situa-se no Segundo Planalto do Paraná.³

Campos Gerais do Estado do Paraná

O atual território lapeano limita-se ao norte com os municípios de Porto Amazonas e Balsa Nova; a nordeste com o município de Contenda; a sudoeste com os municípios de Quitandinha e Campo do Tenente; ao sul com os municípios de Rio Negro e Três Barras; a oeste com o município de Antonio Olinto; a noroeste com o município de Palmeira.⁴

A cidade da Lapa está localizada nos Campos Gerais do Paraná. Sua história, da maneira que se conhece oficialmente, começa com os tropeiros oriundos da Serra do Mar, em direção ao interior do Estado e a Sorocaba, em São Paulo. Originou-se às margens da Estrada da Mata, conhecida como o caminho Viamão-Sorocaba, uma das três rotas utilizadas pelos tropeiros.

Esses tropeiros, ao fim da tarde, após longo dia de viagem, buscavam um local com boas pastagens e água para os muares e o gado que levavam para São Paulo. “Nos locais onde paravam, freqüentemente festavam. Alguém ajeitava a viola, outro a sanfona, a gente chegava e o baile começava.”⁵ Com isso, vários pousos e lugares se foram formando às margens da Estrada da Mata. Foi assim que se deu início ao que hoje se denomina Lapa.

Esses pousos foram aumentando e logo surgiu o povoado que em “13 de junho de 1797 é elevado à categoria de Freguesia de Santo Antônio”.⁶ Após algum tempo, sob a liderança do Capitão Francisco Teixeira Coelho e de Gabriel da Silva San Payo e Souza, com os moradores, realizou-se uma petição solicitando a promoção à categoria de vila. “O re-

² Ibid., p. 1.729.

³ SILVA, Valdemar Félix da. **Congada de São Benedito**: um auto de conversão na Lapa – música, dança e religiosidade. Programa de Estudos de Pós-Graduados em Ciências da Religião. PUC-SP, 2002. p. 19.

⁴ SILVA, Valdemar Félix da, op. cit., p. 20.

⁵ Ibid., p. 20.

⁶ Ibid., p. 21.

querimento obteve pronto aceite, e a vila foi oficialmente instalada em 6 de junho de 1806⁷. Passou, então, a ser Vila Nova do Príncipe, da Província de São Paulo.

Em 1872, a cidade passou a ter o nome de Lapa. Nos séculos XVIII e XIX, a Lapa teve sua economia voltada para a pecuária e a produção de erva-mate. Nessa época, a população negra era em número razoável.

Na fase do tropeirismo a arquitetura, de origem paulista e mineira, utilizou intensamente as técnicas de “pau-a-pique”,⁸ “taipa de pilão”⁹ e a pedra na construção de igrejas, capelas, casas e fazendas.

A arquitetura colonial da Lapa foi enfatizada e cultuada por meio da prática de restauração, preservação e, sobretudo, visitação e turismo nacional. A cidade acena para valores políticos e culturais brasileiros. Maior e mais importante conjunto arquitetônico, o Setor Histórico, tombado em 1989, enfatiza características coloniais luso-brasileiras. Nos bens preservados e nos museus da cidade, não se encontra nenhuma referência à comunidade negra ou à congada.

A igreja de Santo Antônio foi construída entre 1769 e 1784, sendo escolhida como o orago padroeiro da cidade. O templo foi construído em estilo colonial português, muito simples, com arcos abatidos e portada em cantaria. Entre os demais do planalto paranaense, é o que melhor reflete o traço arquitetônico religioso do século XVIII. A técnica usada para sua ereção foi a “taipa de pilão”.

A despeito da construção da Igreja de Santo Antônio e da instituição do santo como padroeiro, o culto a ordens paralelas sempre foi fértil na cidade. As crenças em mitos, como o “Monge da Gruta”¹⁰, que, pelo que

⁷ Ibid., p. 22.

⁸ Pau-a-pique é uma espécie de parede feita com uma trama de ripas ou varas coberta com barro. (DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA, p. 2.152).

⁹ Taipa de pilão é uma argamassa de terra socada com pilão em formas de madeira. (Ibid., p. 2.659).

¹⁰ Considerados santos, enviados de Deus para indicar caminhos á gente simples, irradiavam amor, devoção, simplicidade, caridade. Eram idolatrados pelos caboclos, que os viram desaparecer tão misteriosamente como surgiram. Por volta de 1911, surgiu no cenário (da guerra) um outro “monge”, de nome José Maria, que, a exemplo dos anteriores, logo se destacou pelas pregações, curas, milagres e promessas de expectativa messiânica. (THOMÉ, Nilson. **A insurreição xucra**).

se sabe, não foi um apenas, e o culto a São Benedito transgridem a determinação oficial e criam movimentos culturais de grande intensidade.

O santo mais popular é São Benedito, pelas graças, milagres e a fervorosa devoção. Deu-se, então, a construção do santuário a São Benedito, maior templo religioso da cidade. O lugar escolhido “[...] foi o alto da cidade, pela razão de ser o local onde, outrora, levantaram, no tempo da escravidão, o pelourinho para castigo dos escravos”.¹¹ Surgiram as organizações em louvor a São Benedito, entre elas a criação da Irmandade de São Benedito e o grupo da congada.

A Irmandade de São Benedito teve grande importância na construção da pequena capela dedicada ao santo. Por iniciativa de Luis Correa, os irmãos percorriam a paróquia levando consigo a imagem do santo e imploravam esmolas para a capelinha. A parede da capela teve suas colunas erigidas por escravos e teve sua construção interrompida por causa da guerra. O término se deu entre os anos de 1908 e 1913, com o apoio de Antônio Cavalin, em agradecimento a uma graça recebida.

“O atual santuário, construído no ano de 1947, no mesmo terreno da antiga capela tem um estilo moderno”.¹² O santuário conserva a imagem barroca de São Benedito, esculpida, com martelo e cinzel, por Joaquim Antonio de Souza Maya.

A cidade da Lapa foi palco de uma das batalhas internas mais importantes da história brasileira. A batalha encampada na cidade ficou conhecida como Revolução Federalista ou Cerco da Lapa.

“O Cerco da Lapa, foi um fato militar ocorrido entre 13 de janeiro de 1894 a 11 de fevereiro do mesmo ano”¹³. Esse movimento teve início no Rio Grande do Sul e tratava-se da resistência das forças legalistas contra os revolucionários federalistas, lideradas por Gumercindo Saraiva. Foi um grande conflito bélico em que os federalistas, conhecidos como maragatos¹⁴, avançaram pelos três Estados sulinos em marcha ao Rio

¹¹ SILVA, Valdemar Félix da, *op. cit.*, p. 26.

¹² *Ibidem*.

¹³ SILVA, Valdemar Félix da, *op. cit.*, p. 24.

¹⁴ “Eram maragatos, no Uruguai, os descendentes de imigrantes espanhóis, oriundos da Maragateria, área de 350 quilômetros quadrados, situada na província de León e localizada entre Astorga e El Teleno, Cambarros e Santiago Millas. A origem dos maragatos, aliás, remotíssima, é bastante controvertida, mas, segundo pesquisadores convincentes, remonta aos berberes, povos que dominaram regiões montanhosas ao norte da Espanha durante a multissecular ocupação moura da Península Ibérica.” (REVERBEL, Carlos. **Maragatos e pica-paus**: guerra civil e degolada no Rio Grande. Porto Alegre: L&PM, 1985. p. ?. Coleção Universidade Livre).

de Janeiro para confronto com Marechal Floriano Peixoto. Depois da rendição de Tijuca e a queda de Paranaguá e Curitiba, restava o último obstáculo: a Lapa. Até então, a força republicana era comandada por Joaquim de Rezende Correa Lacerda.

Assumindo o comando da resistência lapaense, o General Gomes Carneiro, chefiando os soldados republicanos, as forças legalistas resistiram ao ataque federalista de Gumercindo Saraiva durante quase um mês de guerra.¹⁵

Não há dúvida de que o Cerco da Lapa trouxe muitos méritos para a pequena cidade, mas surgiram muitas dívidas, e o comércio entrou em declínio. Deu-se, assim, o fim da economia tropeira.

“A exploração da erva-mate e da madeira torna-se a única fonte de recursos do município no início do século XX.”¹⁶

2.2 ORIGENS DA CONGADA DA LAPA

A congada é tida como uma das mais antigas e conhecidas manifestações de cultura popular do Brasil.

Se tentarmos situar historicamente quando foram realizadas as primeiras apresentações da congada na Lapa, certamente encontraremos elementos que nos levam a refletir sobre a inserção de homens e mulheres negros na sociedade local. Antes mesmo da abolição, os senhores de escravos vestiam os congos com roupas de seda, jóias das senhas e outros enfeites. Muitas vezes, os senhores o faziam por promessa feita ou até mesmo por ostentação.

Foi por intermédio de vários fatores que se originou a formação da congada. Mas quero ater-me apenas a um deles, pois entendo que ele exige profunda reflexão: a dominação. Abusando de seus poderes e até mesmo da fragilidade psicológica em que se encontravam os escravos, em função do peso do trabalho diário, os senhores deixavam que os escravos festejassem. Fornecendo roupas, possibilitavam que os escravos vivessem um dia de glória sendo rei, mesmo que por um dia, para dançar e para homenagear São Benedito. Tudo isso era

¹⁵ SILVA, Valdemar Félix da, op. cit., p. 24.

¹⁶ Ibid., p. 25.

uma forma de dominação. Fazia com que os escravos, dominados pela ilusão que a festa causava, esquecessem um pouco a realidade cruel em que viviam.

Chegado o dia da apresentação, o senhor transformava o escravo em um rei. Era o monarca de um reino simbólico, encravando no coração a imagem de um lugar que ele já não identifica mais, por causa das desumanas condições impostas pela própria escravidão. Em seu *Dicionário do folclore brasileiro*, Luís da Câmara Cascudo retrata bem a questão da dominação dos escravos pelas autoridades: “As autoridades prestigiavam a solenidade para quietação e disciplina da escravaria, que se rejubilava vendo seu rei coroado.”¹⁷

Essa festa de coroação de um rei negro no Brasil serviu como um elemento simbólico para apaziguar o conflito existente entre os senhores, as estruturas portuguesas e os escravos africanos que almejavam sua liberdade.

Com a coroação do rei congo era realizado o culto a São Benedito, tido pelos escravos como seu padroeiro. Em homenagem ao santo ocorreu a criação da Irmandade de São Benedito e do grupo da congada.

A Irmandade possuía e possui um papel muito importante na manutenção da congada, pois cabe a ela a organização das festas em louvor a seu orago. Oferecia aos negros escravos condições de socialização, inseria-os no contexto social por meio da prática do cristianismo.

A continuidade desse conhecimento se deu por uma tradição que traz consigo a marca do grupo, que os diferencia e ao mesmo tempo os insere na sociedade local. É enquanto congos, negros devotos, que lhes é atribuído o ser lapeano. A passagem dessa manifestação cultural se estendeu pelo tempo. Muitas vezes, como pagamento de promessas, os pais levavam os filhos para dançarem a congada e estes iam dando continuidade, uma vez inseridos no meio. Mas não era só por promessas que as crianças entravam no ritual. Muitos são filhos de congos, que, por sua vez, como conguintos, foram trazidos pelas mãos de seus pais e assim sucessivamente. E é por meio das gerações, passando de pai para filho, que hoje pode ser conhecida e mantida essa manifestação cultural.

¹⁷ CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. 9. ed. rev., atual. e ilustr. São Paulo: Global, 2000. p. 150.

3 A QUESTÃO MÍTICA, SIMBÓLICA E O FATOR RESISTÊNCIA

3.1 O MITO

A seguir serão abordados os aspectos míticos que incitaram o povo afro-brasileiro à formação da congada, como forma de resistência e proporcionadora de uma identidade.

Os congadeiros buscavam e ainda buscam no texto mítico as causas, os princípios, a base de formação e a estruturação da festa, da natureza da fé, do sentimento e atitude diante dos objetos sacralizados, da música, do canto e da dança.

À medida que o homem experimenta o mito através dos ritos ele deixa o tempo cronológico, profano e penetra no tempo sagrado. A reencenação dos mitos através dos ritos permite que o tempo individual seja unido ao tempo cósmico.¹⁸

O mito é reatualizado com a realização da festa pela inclusão do homem no tempo unitário e pela religação do passado, presente e futuro. A festa reinstaura o espaço mítico em que a fé se apresenta em sua acepção mais profunda, integrando o homem a seu semelhante e com sua divindade.

Pode-se notar que a congada de São Benedito da Lapa contém uma estrutura que lhe dá um caráter que possibilita uma rememoração ritual. E essa rememoração dentro da congada se dá mediante o relato oral dos mitos fundantes, contado pelos escravizados e seus descendentes, e isso lhes conferia uma identidade. Segundo Marina de Mello e Souza, “[...] o mito, comemorado pela festa, seria o modelo exemplar que dá sentido à realidade.”¹⁹

Marina de Mello e Souza analisa a congada à luz das idéias de Mircea Eliade. Sugere que a festa “[...] seja vista como rito que relembra o tempo mítico do princípio, o ato primordial da transformação do caos em cosmos pela criação divina.”²⁰ O que relembra o tempo mítico são os relatos orais, e a transformação do caos em cosmos na dança se apresenta

¹⁸ LUCAS, Glaura. **Sons do Rosário**: o congado mineiro dos Arturos e Jatobá. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2002, p. 70.

¹⁹ SOUZA, Marina de Mello e. **Reis negros no Brasil escravista**: história da festa de coroação de rei congô. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2002. p. 307.

²⁰ Ibid., p. ?

desta maneira: no enredo da congada ocorrem duas guerras. Na primeira, o rei ordena a guerra contra o embaixador da rainha, que tinha ofendido o príncipe. O embaixador, mesmo em vão, tenta explicar ao príncipe seus propósitos pacíficos. Ocorre então uma discussão entre o rei, o embaixador e a fidalguia. Há a segunda guerra. O príncipe e os fidalgos avançam contra a embaixada. O embaixador é preso, e o mal-entendido é desfeito.

Afirma Mircea Eliade, “[...] os mitos são verdadeiros porque são sagrados, porque falam de seres e acontecimentos sagrados”.²¹ Cabe agora, portanto, buscar no passado histórico os personagens que foram mitificados e que são principais na congada lapeana. O primeiro personagem é o rei, que é possuidor de uma forte liderança e de um papel fundamental, central na hierarquia da congada.

As raízes do mito fundador, presente na congada, remetem à história do Congo e de D. Afonso I, pela importância da conversão deste ao cristianismo. D. Afonso I era tido como o mais importante rei congolês cristão e foi ele que estabeleceu as bases do cristianismo no Congo.

Para a figura do rei se voltavam todas as coisas, pois ele possuía o papel central. Era o mediador entre o homem e a divindade; era um representante do divino. Era tido como chefe mítico, em que se concentravam os interesses comuns: fertilidade, saúde, prosperidade, paz e boas colheitas, entre outros fatores que envolviam a sociedade que governava. Marina de Mello e Souza destaca que “o rei revive em si a divindade suprema”²², estabelecendo a ligação entre o Criador e a criatura. “O rei é o símbolo mais visível, pelo qual o povo construiria uma identidade coletiva e se reconheceria como comunidade solidária e concreta.”²³ Assim, o rei garantia a “vida” de seus súditos, os socializava e dava a eles uma identidade, assegurando-lhes uma “vivência digna”.

Na congada da Lapa, assim como no período colonial, tem-se a função de possibilitar uma ressocialização ao escravizado. É por meio da festa que o escravo buscava ressocializar sua vida “destruída” pela estrutura social que o oprimia. Assim, por uma resistência multifacetada, tentava construir uma identidade. E, era por meio da figura mitificada do rei que o povo afro-brasileiro, em seu imaginário, ia aos poucos construindo essa identidade.

²¹ ELIADE, Mircea. **Imagens e símbolos**: ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p. 55.

²² SOUZA, Marina de Mello e, op. cit., p. 27.

²³ Ibid., p ?

Na congada de São Benedito da Lapa, o rei é conhecido por Zumbi Genaimo do Congo, que, na realização da dança em louvor a São Benedito, é homenageado com danças e cânticos.

A segunda personagem que aparece mitificada na congada é a rainha Nzinga Mbandi, também conhecida como Njinga Bandi, Ginga, Jinga ou Xinga. “Nzinga Mbandi nasceu no Ndongo Oriental em 1582 e foi de 1623 a 1663 a líder dos povos ambundo-jagas que habitavam as regiões de Ndongo e Matamba.”²⁴ Segundo Roy Arthur Glasgow (1982, p. 36): “Njinga era ambunda pela linha materna e jaga pela linha paterna.”²⁵

Ela possui o sangue dos jagas, considerados temíveis guerreiros. Como o pai, foi treinada para ser uma líder ativa, por isso veio a ser corajosa, sinuosa e forte. O reinado de Njinga logo foi marcado pela luta contra os portugueses.

Em sua permanência em Luanda, ela acabou aceitando o batismo, que até então não aceitava. Pelo batismo adotou o nome cristão de Ana de Souza.²⁶

Njinga, chegando à conclusão de que os portugueses eram um povo muito poderoso, “[...] em muitos momentos comercializou com os portugueses, e adotou alguns costumes europeus”.²⁷ Desconsiderando o batismo recebido, ao voltar para seu povo, vestia-se com luxuosas roupas adquiridas dos ricos comerciantes portugueses. A primeira conversão ao catolicismo e logo depois o abandono a ele, por sua volta aos jagas, lhe conferiu uma fama negativa, relatada por seus inimigos.

Depois de algum tempo deu-se a segunda conversão de Njinga, relatada por Marina de Mello e Souza: “Njinga converteu-se à fé cristã sob a influência do padre capuchinho Sequeira, de quem ficou muito próxima. O proselitismo dos missionários conseguiu influenciá-la.”²⁸

A histórica rainha Nzinga Mbandi aparece na congada de São Benedito da Lapa como a Rainha Ginga. No enredo da dança, Ginga é a única mulher presente. Ela é inúmeras vezes citada nas congadas, é considerada o pivô do conflito que se desenvolve entre o embaixador, seu representante, e o rei. No entanto, não tem falas e acompanha os atos dançando.

²⁴ SOUZA, Marina de Mello e, op, cit., p. 104.

²⁵ GLASGOW, Roy Arthur. **Nzinga**: resistência africana à investida do colonialismo português em Angola, 1582-1663. São Paulo: Perspectiva, 1982. p. 36.

²⁶ SOUZA, Marina de Mello e, op, cit., p. 107.

²⁷ Ibid., p. 108.

²⁸ Ibid., p. 112.

No entanto, esses personagens, o mito e o rito, puderam se desenvolver graças às irmandades, que proporcionaram o ambiente propício para isso.

3.2 SÍMBOLOS

Os símbolos fizeram e fazem parte da sociedade. Eles estiveram e estão presentes em todos os ambientes: político, social, econômico, cultural e principalmente religioso. Todo esse processo de simbolização foi de fundamental importância na formação de uma espécie de consciência de nossa sociedade e “jamais podemos extirpá-la”.²⁹

O símbolo é toda “[...] figura ou imagem que apresenta, por associação, semelhança ou convenção, algo abstrato”.³⁰ O símbolo é usado para expressar um fenômeno oculto e impregnado de mistério. Ele é a melhor descrição ou formulação de um fenômeno ou de um fato relativamente desconhecido. Atrai nossa consciência para além do racional e do compreensível.

Mircea Eliade afirma que o símbolo é usado “[...] como modo autônomo de conhecimento”.³¹ São objetos, sinais e insígnias que identificam aqueles que os usam. Ele sempre nos reporta a uma realidade além daquela expressa na imagem. Não se sabe o que leva esses objetos a se tornarem símbolos. Mas sabemos que há nesses casos a presença de uma emoção que torna os símbolos sensíveis. Torna-se um fenômeno pulsante, vivo e cheio de significados. Sempre aparece a um tipo de emoção. A congada de São Benedito da Lapa está permeada de símbolos que vitalizam os congadeiros e possibilitam a formação de uma identidade própria. Um desses símbolos é a figura do Rei Congo. Ele é tido como símbolo de poder. Acreditam os súditos que ele revive em si a divindade suprema, o Criador.

O rei estava permeado por outros símbolos que representavam o poder que possuía. Distinguia-se pelas ricas roupas que usava e fazia uso da coroa e do cetro, que segundo Marina de Melo e Souza era “[...] o atributo régio por excelência”³², e “[...] o rei e a coroa podem ser conside-

²⁹ ELIADE, Mircea, op, cit., p. 7.

³⁰ SACCONI, Luiz Antonio. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. 11. ed. São Paulo: Atual, 2001.

³¹ ELIADE, Mircea, op, cit., p. 5.

³² SOUZA, Marina de Mello e, op, cit., p. 36.

rados elementos atribuidores de identidade a um grupo que vive sob sua administração.”³³ Com isso, percebe-se a importância do rei como proporcionador de identidade, símbolo de proteção e poder.

A coroação de um rei do Congo causava certa euforia, certa expectativa por causa da simbologia que representava. Mas o rei não representava apenas um fator de identidade para o grupo, era usado como um instrumento para apaziguar o conflito existente entre os senhores e os escravos. Por isso, “[...] a festa da coroação do rei do Congo do Brasil constitui um elemento simbólico de acomodação do conflito entre as estruturas sociais portuguesa e africana.”³⁴

Outro fator simbólico é a própria festa. Na congada, os negros dançavam rememorando um passado que há muito tempo parecia perdido. Era uma forma muito particular de eles rememorem toda uma história vivida por seus antepassados. Como observa Mircea Eliade: “Uma festa religiosa trata-se de um acontecimento sagrado que teve lugar de origem e que é, ritualmente, tornado presente. Saem do seu tempo que pertence ao eterno presente.”³⁵

No tempo da escravidão, a festa tinha para os negros escravos uma simbologia muito forte, pois eram três dias de “liberdade”. Os senhores de escravos favoreciam três dias, para que os escravos pudessem, simbolicamente, homenagear seu santo padroeiro. “A festa é de certa forma o desejo dos festeiros de trazer para o momento a imagem do santo junto a eles, mesmo esta presença sendo misteriosa, invisível.”³⁶

A congada, com a festa, vem cumprir a função social da ressocialização do escravizado, possibilitando a ele certa identidade.

3.3 RESISTÊNCIA

As festas, principalmente a congada, foram criadas no contexto da escravidão, por isso eram usadas pelos senhores como instrumentos de controle sobre os negros escravos. Por meio de um proselitismo por parte dos senhores e até da Igreja, pretendia-se impor novos costumes e formas de pensamento, sobretudo religioso, aos escravos.

³³ Ibid., op. cit., p. 30.

³⁴ SILVA, Valdemar Félix da, op. cit. p. 34.

³⁵ ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões. Lisboa: Livros do Brasil, p. 101. (Coleção Vida e Cultura).

³⁶ Ibid., p. 105.

Mas, pelo que parece, houve certa resistência por parte dos escravos. Eles não aceitaram de forma pacífica a dominação. A resistência se revela na manutenção dos valores herdados, na subsistência da visão religiosa, na conservação de preceitos éticos de um passado, enfim, das tradições que sobreviveram, apesar das pressões geradas pelo escravismo.

Glaura Lucas observa que “[...] a aceitação pelos negros do modelo mítico externo não se deu passivamente, encontrando na dissimulação um mecanismo próprio de resistência.”³⁷ A dissimulação era um método utilizado pelos escravos, em que se mantinha parcialmente o contato com o que era imposto a eles, sem se deixar envolver totalmente.

O negro assumiu, no interior do catolicismo, uma postura ambivalente, pois aceitou os modelos cristãos, mas foram regidos, até mesmo inconscientes, pelas estruturas de seus antepassados da África. Sua resistência se deu numa espécie de ocultamento diante da vigilância de seus senhores.

Outro fator de resistência foi a religiosidade, uma vez que “[...] se vê na ‘vivência’ do sagrado um índice importante de resistência cultural”.³⁸ A religiosidade africana sobreviveu em níveis profundos, ainda que recoberta pela cristianização, o que faz do catolicismo do negro uma maior forma de resistência. Esse catolicismo dos negros formou-se pela necessidade de preservar o universo mítico dos antepassados diante da agressão promovida pelas convicções da Igreja e dos senhores de escravos. A agressão reforçou a crença do negro numa religiosidade ancestral. Apesar da desestruturação que o sistema escravista lhe provocou, o escravo conseguiu resistir.

A religiosidade expressa na forma de dançar a congada e principalmente na devoção a São Benedito, a Nossa Senhora do Rosário, a Santa Ifigênia e a São Elesbão, tidos como padroeiros dos negros por serem santos de cor escura, revela-nos essa resistência por parte dos escravos.

Impossibilitados de manterem suas estruturas sociais, os negros africanos tentaram fazer presentes os únicos elementos que sobreviveram de sua cultura: o mundo simbólico das crenças e os valores simbólicos. Isso foi introduzido na festa religiosa. E, assim, a resistência confi-

³⁷ LUCAS, Glaura, op. cit., p. 48.

³⁸ Ibid., p. 47.

gurou-se como a única saída para o homem negro, vinculado a uma sociedade em que os valores espirituais e materiais refletiam os interesses dos dominadores brancos.

4 CONGADA: UMA MISTURA DE FESTA, DANÇA E RELIGIOSIDADE

4.1 FESTA

A festa é o local e o momento de reatualização do mito fundante pela inserção do homem negro no tempo unitário, apor meio da realização do passado, do presente e do futuro. Na festa podem ser encontrados o simbólico, o mítico e o ritual, além do teatral, do cômico e do imaginário. E não existe uma vivência religiosa, sem que esta esteja ligada à questão da festividade.

As festas são momentos privilegiados em que todos se reencontram e revivem a história deles. As festas que celebravam, criadas com base no encontro entre culturas africanas e a cultura ibérica, foram um dos meios encontrados por grupos de escravos de se organizarem em comunidades. Elas são um modo de expressão da alteridade e da luta pela valorização da cultura étnica, reforçando valores internos e reafirmando para os de fora sua cultura ancestral. Nelas estavam presentes tradições comuns a todos, que foram incorporadas como símbolos de uma africanidade, e elementos da sociedade portuguesa, reinterpretados à moda dos africanos e seus descendentes, criando assim uma identidade. Marina de Mello e Souza destaca que a festa “[...] também era espaço para a identificação e consolidação de afinidades entre negros que tinham diferentes raízes culturais e variadas experiências de vida e de trabalho.”³⁹

Pela festa, o homem oprimido se faz poderoso, se torna rei, livre. Dava-se um ritual de inversão, em que naquele momento os negros assumem o papel de seus senhores. O escravo refaz sua trajetória até a África, vivos e mortos co-participam. Todos se unem para festejar. “A festa religiosa é de certa forma o desejo dos festeiros de trazer para o momento a imagem do santo junto a eles, mesmo esta presença sendo misteriosa, invisível.”⁴⁰

³⁹ SOUZA, Marina de Mello e, op. cit. p. 293.

⁴⁰ ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões. Lisboa: Livros do Brasil, p. 105. (Coleção Vida e Cultura).

Como a maioria das festas de santos, a congada compõe-se de uma parte religiosa, dentro de espaços sagrados e até mesmo ministrada por autoridades religiosas, e outra parte profana, fora dos espaços sagrados, em que há uma guerra simbólica, seguindo as normas ditadas pela tradição. Os limites entre o espaço sagrado e o profano são praticamente invisíveis na observação e na vivência das festas.

Como os congadeiros não tinham condições financeiras, os senhores de escravos e, depois da abolição da escravatura, as famílias lapeanas mais abastadas emprestavam suas roupas e adereços de ouro para maior brilho da festa. A festa da congada na Lapa ficou mais bem estruturada e aceita quando foi integrada às irmandades. As irmandades tiveram e têm um papel importante na realização e na manutenção das festas em louvor a São Benedito. Era realizada no mês de dezembro, com uma procissão pelas ruas da cidade até o Santuário de São Benedito, ponto mais alto da cidade e onde ficava antigamente o pelourinho. Ainda, durante a procissão, a irmandade conduzia a imagem do santo milagreiro, e apresentava-se a congada.

A dança da congada era o momento em que as promessas eram saldadas e renovadas. Mas nem sempre era dançada apenas para pagamento das promessas feitas ao santo. Em certas ocasiões, fora da festa, dançavam porque gostavam, e as pessoas gostavam de ver os congadeiros dançar.

4.2 MÚSICA E DANÇA



Tambores do auto lapeano



Passos da dança

A música e a dança sempre estiveram presentes em todas as culturas do mundo. Ambas fazem parte dos povos e possibilitam a eles a formação de uma identidade. É por meio dos cantos que se estabelece a comunicação dos homens com o divino. Os cantos ocorrem em circunstâncias propícias dentro da dança da congada, e sua linguagem se revela como portadora de uma ligação entre o divino e o homem negro. Para o negro que crê, seu canto de louvor a São Benedito é a ligação entre esses dois pólos. O sagrado se reveste do processo ritual, dos símbolos, da festa, da música e da dança. A música e a dança são as unificadoras dos dois mundos.

A música tem um papel importante no processo de construção e sacralização do ambiente, possibilitando assim a realização adequada dos ritos. Como afirma Glaura Lucas⁴¹:

Em rituais religiosos africanos, música e dança são essenciais à condução dos rituais, indispensáveis à experiência religiosa. Todos os momentos são, pois, preenchidos pelas vozes e pelos instrumentos, segundo a ordem própria das construções musicais do Congado. A música é realizada coletivamente, cada participante com seu papel, conforme suas habilidades. É de todos e para todos, para louvar os santos homenageados e para cumprir muitas funções.

⁴¹ LUCAS, Glaura, op. cit. p. 74.

A música é vista também como propiciadora de uma coesão no grupo, formando assim uma identidade. Juntos, com seus cantos, os negros evocam seu passado, rememorando seus ancestrais e a África-mãe.

A música e a dança são fatores quase que inseparáveis. Na congada, o corpo que dança complementa a vivência dos mistérios enunciados pelos cantos. Todos os movimentos se fazem diante de uma celebração que o homem manifesta diante do divino. A dança para os congadeiros participa do culto como componente do ritual que reatualiza os antepassados e reverencia a São Benedito.

A dança é um elemento aglutinador da etnia, da reafirmação de valores e credences que corriam o risco de desaparecerem. Ao dançar, o escravo se divertia, mas, além disso, buscava o encontro com seus antepassados. Formava-se, então, no grupo que dançava a sensação de haver algo em comum, de maneira que, ao som da música, o negro movia seu corpo judiado pelos açoites dos senhores e pelo esforço do trabalho diário. Mesmo assim tinha forças para cantar e dançar, rememorando suas raízes e homenageando o santo.

Marina de Mello e Souza⁴² apresenta uma boa conceituação ao que era a dança para os negros:

A dança na qual é tematizado o embate entre o rei congo e os enviados do reino estrangeiro, conhecida pelos estudiosos contemporâneos como *embaixada*, e que é considerada o núcleo dramático da apresentação realizada nas festas de rei congo, pode ser considerada a chave para a compreensão do processo de constituição de uma identidade católica negra na América portuguesa. É nela, também, que aparecem com maior nitidez as referências a uma história e a uma organização social africanas.

Na congada da Lapa é para o santo, São Benedito, que os congos dançam. É pela dança que se atualiza o compromisso com o santo, coroando-se o pedido atendido. É uma forma de dramatização e de tomada de consciência das coisas. Individualiza-se a coletividade e dá-lhe uma identidade.

Por meio da dança, da música e da coreografia, desenrolam-se os acontecimentos belicosos entre as duas representações: a Embaixada da Rainha Ginga e a corte do Rei Congo. A dança da congada da Lapa tem seu início logo após os congos e o rei oferecerem a dança a São Benedito. A fidalguia recepciona o rei cruzando suas espadas e formando uma espécie de corredor, e o rei se dirige ao trono. Apresentam-se, então, ao rei, o príncipe, o secretário, o duque e o marquês.

⁴² SOUZA, Marina de Mello e, op. cit., p. 302.

Depois de serem entoados cantos de louvor a São Benedito, o príncipe e a fidalguia iniciam a dança em louvor ao santo. Ruidosamente entram em cena o embaixador da Rainha Ginga, com o cacique e os conguinhos, soldados da rainha. Estes dançam e cantam dizendo que a rainha os mandou para participarem da festa. Sem compreender o que estava acontecendo, o rei manda seu secretário ver o que há. Em seguida, o embaixador, ao ser interpelado pelo príncipe, responde-lhe atrevidamente. Então, o secretário volta para contar ao rei a ofensa que tinha sofrido.

Ocorre a primeira guerra contra a Embaixada da Rainha. O embaixador, sem muito sucesso, tenta explicar ao príncipe seus propósitos pacíficos. Então o rei autoriza o embaixador a vir lhe falar, enquanto isso os conguinhos cantam e dançam. Em vão o embaixador e o príncipe, que se tornaram amigos, tentam esclarecer ao rei sobre as boas intenções da rainha, ocasionado uma discussão entre o rei, o embaixador e a fidalguia.

Dá-se a segunda guerra em que, ao grito do príncipe, os fidalgos avançam contra o embaixador e o fazem prisioneiro. O rei acaba perdendo-o, pois fica satisfeito com a mensagem recebida. O rei convida o embaixador a sentar-se a seu lado, enquanto os conguinhos vão dançar em louvor a São Benedito. O mal-entendido foi desfeito. O embaixador e a fidalguia se despedem, enquanto os conguinhos realizam a dança da despedida.

Na congada, a música, produzida por instrumentos como a sanfona, o violão e os tambores, e o bailar do corpo dos congadeiros vêm estabelecer o laço de união do homem com o divino. Louva-se e pagam-se as promessas ao santo e relembram sua africanidade que a sociedade escravizadora esqueceu, mas que continua viva na mente e nos corações dos escravos congadeiros.

4.3 FÉ, DEVOÇÃO E RELIGIOSIDADE



O reizinho e São Benedito

Ao se analisar a congada, constata-se que a religiosidade toma um cunho popular e muitas vezes é vista como um ato folclórico. Ao se conceituar a congada como folclore, pode-se fornecer a ela alguns sentidos mais ampliados da palavra, tratando-a como um sinônimo de manifestação primitiva ou até mesmo desprovida de valor. Mas, na congada da Lapa, a religiosidade possui um significado muito profundo voltado basicamente para a devoção a São Benedito. Para o negro que dança, sua manifestação religiosa é fé. Seu cântico e sua dança em louvor ao santo preto, como é carinhosamente conhecido pelos lapeanos, representam a ligação do homem com o divino.

O catolicismo dos negros formou-se pela necessidade de preservar o universo mítico dos antepassados diante da agressão promovida pelas convicções da Igreja e dos senhores de escravos. A agressão forçou a crença do negro numa religiosidade ancestral, apesar da desestruturação que o sistema escravista lhe causou. Dentro dessa religiosidade popular estava a dança da congada,

[...] um ritual que revivia o mito, criado no processo histórico concreto das comunidades negras na América portuguesa, o momento de implantação de uma nova ordem, de criação de uma comunidade de africanos convertidos ao cristianismo.⁴³

A religiosidade dos escravos africanos sobreviveu em níveis profundos dentro de um sincretismo religioso, o que faz do catolicismo do negro uma forma de resistência. Observe-se o que explica Glaura Lucas⁴⁴ sobre a religiosidade:

Nos rituais do Congado, a religiosidade vinculada ao culto dos antepassados, bem como um conjunto de valores e saberes africanos que vêm sendo reelaborados ao longo do tempo, se manifestam na forma de devoção, nas estruturas rituais, nos elementos simbólicos, em atitudes e comportamentos, na música e na dança, particularizando, assim, a experiência religiosa, que é também católica. A permanência desse sentimento em torno do culto aos ancestrais mantém vivos nos rituais do Congado fragmentos da história da escravidão selecionados pela memória cultural e o sofrimento dos antepassados que viveram em cativeiro.

⁴³ SOUZA, Marina de Mello e, op. cit., p. 307.

⁴⁴ LUCAS, Glaura. **Os sons do Rosário**: o congado mineiro dos Arturos e Jatobá. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2002. p. 50.

O sentimento religioso do negro africano foi visto preconceituosamente como uma manifestação primitiva; o negro foi visto como um ser subumano. Todavia, se a sociedade lhes impôs uma série de modelos culturais e religiosos, houve por parte deles uma forma de resistência, uma resposta que incluía a aceitação ou negação sistemática desses modelos pelos escravos. Isso se deu por meio do sincretismo religioso em que os negros aceitaram parcialmente o que lhes era imposto pelos senhores.

As irmandades também tiveram grande importância na manutenção da religiosidade do negro. Elas, mesmo a religiosidade do negro sendo fragmentada, preservaram-se como uma resposta de resistência às imposições sociais e espirituais dos grupos dominantes.

A religiosidade presente na congada da Lapa está representada na fé e no louvor a São Benedito, tido como símbolo dessa religiosidade e razão da existência da dança. O auto da congada reacende a devoção e a esperança no santo milagreiro. A manifestação, onde o sacro e o profano se interpenetram é sempre aliada à homenagem a São Benedito. Essa fé, devoção e religiosidade estão como que ancoradas no exemplo passado por São Benedito e expressas na dança e na festa em que os congadeiros devotos louvam e agradecem a seu orago padroeiro.

4.4 MEMÓRIA E IDENTIDADE

Ao se analisar a questão da memória, deve-se levar em consideração que ela faz parte da vida cotidiana. É usada para conservar ou lembrar um fato que ocorreu no passado e representá-lo na vivência do dia-a-dia. Trata-se de uma memória coletiva que possibilita uma identidade coletiva. A memória coletiva se efetiva quando a sociedade dá um sentido a seus mitos fundantes e quando esses mitos são vividos e reatualizados no presente. Dá-se então certa dialética entre passado e presente.

O mito ajuda a estabelecer a identidade coletiva constituindo uma visão de mundo da comunidade. Nessa relação entre memória e identidade Marina de Mello e Souza destaca que a congada é “[...] um lugar de memória, no qual o passado era periodicamente revivido, contribuindo assim para a formação de uma identidade.”⁴⁵ Então, a memória é ordenada pela identidade coletiva, fundada nos mitos de origem e reatualizada na festa.

⁴⁵ SOUZA, Marina de Mello e, op. cit., p. 304.

A memória coletiva atua como forma de resistência e coesão do grupo. Ela funciona como ponte para resgatar a identidade do negro, perdida por força do trabalho servil e até mesmo pelas imposições religiosas. Essa memória coletiva, com o surgimento da escrita, sofreu grandes transformações, mas, mesmo assim, consistia em foco central de resistência de uma identidade cultural.

Na congada de São Benedito, na Lapa, verifica-se a memória presente em símbolos como o rei, a festa, a dança, entre outros, que, além de possibilitarem a rememoração dos antepassados, dos mitos fundantes e da tradição dos negros, possibilitou a coesão do grupo e a formação de uma identidade negra lapeana.

Portanto, a festa da congada, tida como uma rememoração, possibilita a formação de uma identidade do negro e dá a ele resistência para a manutenção dessa manifestação cultural, a congada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho possibilitou-me viajar no interior de uma manifestação cultural de aparência simples, mas possui em seu âmago uma arte e uma filosofia muito profunda. O fato de homens negros dançarem com indumentárias coloridas em louvor a São Benedito, “o santo preto” dá ao auto uma riqueza fundamental.

A congada da Lapa, em louvor a São Benedito, facilitou-me a aproximação com um fragmento da cultura popular brasileira. Por meio de uma festa em que o religioso e o profano se emanam, homens dançam em louvor ao santo. Eles rememoram pela música, dança e religiosidade que permeia a congada, sua cultura, a terra-mãe e seus antepassados. Com isso, iam conquistando um espaço dentro da sociedade que os marginalizava, construindo assim uma identidade própria.

Inicialmente, tentou-se compor o cenário em que se desenvolve a congada: a Lapa. Apresentaram-se os aspectos geográficos que possibilitaram a formação do auto lapeano. Optou-se pelo desafio de pesquisar quais foram às origens da congada de São Benedito, o que levou os negros escravos a festejarem e homenagearem o santo, fato que, mesmo depois de tanto tempo de sua origem, ainda se realiza.

Num outro momento, mais precisamente o segundo e o terceiro item, o trabalho foi direcionado a um viés mais filosófico. O segundo capítulo apresentou a congada em seus mitos fundantes e os símbolos que a permeiam: o aspecto mítico e simbólico que ajudou a formar a resistência

do grupo. Por fim, o terceiro capítulo procurou valorizar as linguagens artísticas populares, como a música e a dança, presentes na festa. Tudo isso é indício de uma herança cultural.

No final, retratou-se a questão da memória, um fator importante para a formação de uma identidade e para a coesão e resistência do grupo. A congada possui uma riqueza profunda e não é este trabalho que esgotará as possibilidades de pesquisas em torno do assunto. Ao contrário, encontra-se aberto, para que outras pessoas, lendo-o, possam usufruir e até mesmo conhecer uma pequena parte da cultura popular brasileira.

REFERÊNCIAS

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. 9. ed. rev., atual. e ilustr. São Paulo: Global, 2000.

DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ELIADE, Mircea. **Imagens e símbolos**: ensaios sobre o simbolismo mágico-religioso. Tradução de Sonia Cristina Tamer. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões. Tradução de Rogério Fernandes. Lisboa: Livros do Brasil, (Coleção Vida e Cultura).

GLASGOW, Roy Arthur. **Nzinga**: resistência africana à investida do colonialismo português em Angola (1582-1663). São Paulo: Perspectiva, 1982.

LUCAS, Glaura. **Os sons do Rosário**: o congado mineiro dos Arturos e Jatobá. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2002.

SACCONI, Luiz Antonio. **Minidicionário da língua portuguesa**. 11. ed. São Paulo: Atual. 2001.

SILVA, Valdemar Félix da. **Congada de São Benedito**: um auto de conversão na Lapa – música, dança e religiosidade. Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências da Religião. PUC-SP, 2002.

SOUZA, Marina de Mello e. **Reis negros no Brasil escravista**: história da festa de coroação de rei congo. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2002.

THOMÈ, Nilson. **A insurreição xucra**. In.: Álbum O Contestado. Rio de Janeiro: Index/FCC/Fund. Roberto Marinho, 1987.

Artigo recebido em 20/2/2008.
Aprovado para publicação em 16/5/2008.

TURISMO, LAZER E QUALIDADE DE VIDA NAS COMUNIDADES RECEPTORAS

MAURO JOSÉ FERREIRA CURY

Doutorando em Geografia (UFPR),
Mestre em Ciências da Comunicação pela USP,
Professor na UNIOESTE

LUIS LOPES DINIZ FILHO

Doutor em Geografia Humana pela USP,
Professor na UFPR

NILSON CESAR FRAGA

Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento
Pós-graduado em Geografia pela UFPR,
Professor no UNICURITIBA

RESUMO

O artigo refere-se a uma reflexão sobre o turismo, o lazer e a qualidade de vida nas comunidades receptoras. Aborda a evolução do turismo e a do lazer, o envolvimento das comunidades anfitriãs e a participação social responsável por meio da educação, em atos e comportamentos que visam à sustentabilidade local e regional.

Palavras-chave: turismo, lazer, comunidades anfitriãs.

ABSTRACT

The article refers to a discussion on tourism, leisure and quality of life in receiving communities. It addresses the development of tourism and leisure and the involvement of host communities, and social participation through education in responsible actions and behaviors aimed at local and regional sustainability.

Keywords: *tourism, leisure, host communities.*

1 INTRODUÇÃO

O crescente fluxo de pessoas a diferentes destinações, motivadas pelas diversas buscas pessoais, remete a pensar sobre o lazer pelo aumento do tempo livre. Olhar a atividade turística e sua complexidade em um mundo cada dia mais acelerado e globalizado de fato remete os estudiosos da área a pensar em como aproveitar a geração de riqueza e o tempo ocioso do homem e da mulher.

Inicialmente, analisam-se os conceitos e os princípios de lazer e turismo.

No segundo ponto, abordam-se as bases estruturais do Turismo sustentável e da qualidade de vida.

O terceiro momento relaciona-se ao papel das comunidades receptoras e os efeitos da atividade turística na topofilia dos lugares visitados.

2 PROCEDIMENTOS E MÉTODOS

A teorização e a problematização sobre a atividade turística é objeto de anos de estudo sobre o turista, os operadores e os agentes de viagens, administradores de empreendimentos ligados à área, como hotéis, restaurantes, centros de lazer e entretenimento e nos interesses geralmente contábeis do turismo. Os estudos referentes às comunidades anfitriãs são recentes no Brasil, portanto as discussões que podem ocorrer por este artigo remetem às implicações da área nos principais interessados supra-indicados.

Trata-se de uma pesquisa descritiva que se propõe inferir algumas teorizações por meio do empirismo e da pesquisa bibliográfica.

3 APORTES TEÓRICOS: UM REPENSAR SOBRE LAZER E TURISMO

A história das sociedades nos faz refletir nas relações de trabalho, na ocupação espacial e nas atividades desenvolvidas pelos povos.

Luiz Gonzaga Godoy Trigo (2004:32) aponta que depois de 1930 a redução das jornadas de trabalho provocou um aumento do tempo livre. Com isso, inegavelmente, ocorre o aumento da busca do lazer por parte dessas populações que estavam passando pela era industrial.

Abramides e Beatriz Lage (2004:27) referem-se ao lazer como

[...] o encontro da expansão de uma civilização do bem-estar em que os indivíduos têm o acesso crescente às necessidades da vida, do lazer e do consenso, além do amor e da felicidade.

Jost Krippendorf (2003:40) complementa: “As férias são o mel anual, três semanas de apoteose.”

Portanto, as civilizações modernas trazem consigo as necessidades de praticar o turismo em seu tempo livre. Sarah S. Bacal (2003:20) refere-se ao tempo livre tomando como referência a seguinte fórmula:

$$TT = TN + [TLb + TLv]$$

FONTE: Sarah S. Bacal (2003:20).

TT é representado pelo tempo total, TN o tempo necessário, TLb o tempo liberado e

TLv o tempo livre.

Percebe-se que tempo liberado é aquele em que o ser humano tem como livre para realizar atividades que deseja, e o tempo livre consiste na realização de atividades sejam leituras, filmes, televisão, atividades lúdicas, jogos, passeios, caminhadas e outros.

Com o aumento das atividades de lazer, conseqüentemente, ocorre um aumento de áreas de lazer. Inicialmente, podem ser relacionadas as atividades urbanas, o planejamento de áreas destinadas ao lazer, tais como praças, jardins, outros espaços públicos e a projeção de condomínios com áreas específicas para o desenvolvimento de atividades de lazer. No Brasil, de 1940 a 1980, os clubes cumpriram com essa função.

Observa-se hoje a tendência da instalação de parques com funções distintas. Na tabela 1, pode-se verificar a função do lazer no Brasil e a geração de empregos no ano de 2002.

TABELA 1 - LAZER NO BRASIL E GERAÇÃO DE EMPREGOS

	EMPREGOS		total
	diretos	indiretos	
parques temáticos	3.077	18.300	21.377
parques aquáticos	2.633	15.250	17.833
parques de diversões	1.871	10.980	12.851
parques móveis	1.596	9.150	10.746
f.e.c	1.476	7.930	9.406
TOTAL	10.653	61.610	83.009

FONTE: Family Entertainment Center, 2002. In: ABRAMIDES; LAGE (2004:30).

O crescente aumento da empregabilidade em distintos parques traz a possível colocação no mercado de trabalho e na melhoria da qualidade de vida das comunidades locais.

Quanto ao turismo, consiste em uma atividade que inicialmente foi marcada visivelmente como econômica. Por problemas de tradução, alguns autores o tratam como “indústria”. Mário Beni, Olga Tulik, Paulo Pires e Luiz Gonzaga Godoy Trigo Trigo consideram-na uma atividade que visa à prestação de serviços como a principal fonte geradora de receita.

Mário Beni (2000), ao teorizar sobre o sistema de turismo, afirma que existem quatro subsistemas interligados: o ecológico, o social, o econômico e o cultural.

O turismo, portanto, não se faz isoladamente. Essa atividade vem firmando-se como ciência humana e social, embora os efeitos econômicos sejam os que mais se destacam, merecendo a atenção de pesquisadores e de empreendedores.

Para Jafar Jafari (apud BENI, 2000), o turismo consiste no estudo do ser humano distante de seu local de trabalho, da residência, da indústria, o que satisfaz suas necessidades, e dos impactos que geram sobre os ambientes físicos, econômicos, sociais e culturais da área receptora.

Na conceituação do turismo interferem estes fatores:

- a) viagem e deslocamento;
- b) permanência fora do domicílio por mais de 24 horas, utilizando serviços turísticos;
- c) temporalidade;

- d) objeto do homem, consistindo em bens que, por sua vez, se subdividem em
- materiais e imateriais;
 - móveis e imóveis;
 - duráveis e perecíveis;
 - consumo e de capital;
 - natural e artificial.

Esses fatores estão associados aos serviços receptivos de alimentação, transporte, recreação e entretenimento.

Jost Krippendorf (2003:26), ao representar o modelo existencial na sociedade industrial, parte do ser humano com relações à moradia trabalho e lazer. Com se observa na figura 2, as viagens consistem em um lazer móvel que envolve o viajar como realização, o encontro que está associado à mudança da paisagem e do comportamento que trará repercussões a esse ser humano. Todo o modelo é representado externamente pela estrutura política do Estado, das estruturas econômicas, da disponibilidade do meio ambiente e do sistema de valores sociais.

Vários são os autores que discutem modelos e formas das relações espaciais e estruturais do turismo. Nas relações espaciais, percebe-se que é notável o trabalho de Douglas Pearce com suas formas espaciais.

4 TURISMO, SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE DE VIDA

Este tópico justifica-se pelos novos conceitos e preocupações pertinentes ao que se refere a “turismo sustentável”. Durante anos, o que se percebeu no turismo foi a imposição da atividade para destinos que eram estabelecidos pela singularidade da paisagem, seja pela beleza cênica, pelo clima, pelo mar, pela neve. Hodiernamente, o que se verifica é a construção de espaços que são invadidos por resorts, parques temáticos, isto é, a construção “não-lugares” para o confinamento do turista que não chega a ter contato com as comunidades locais.

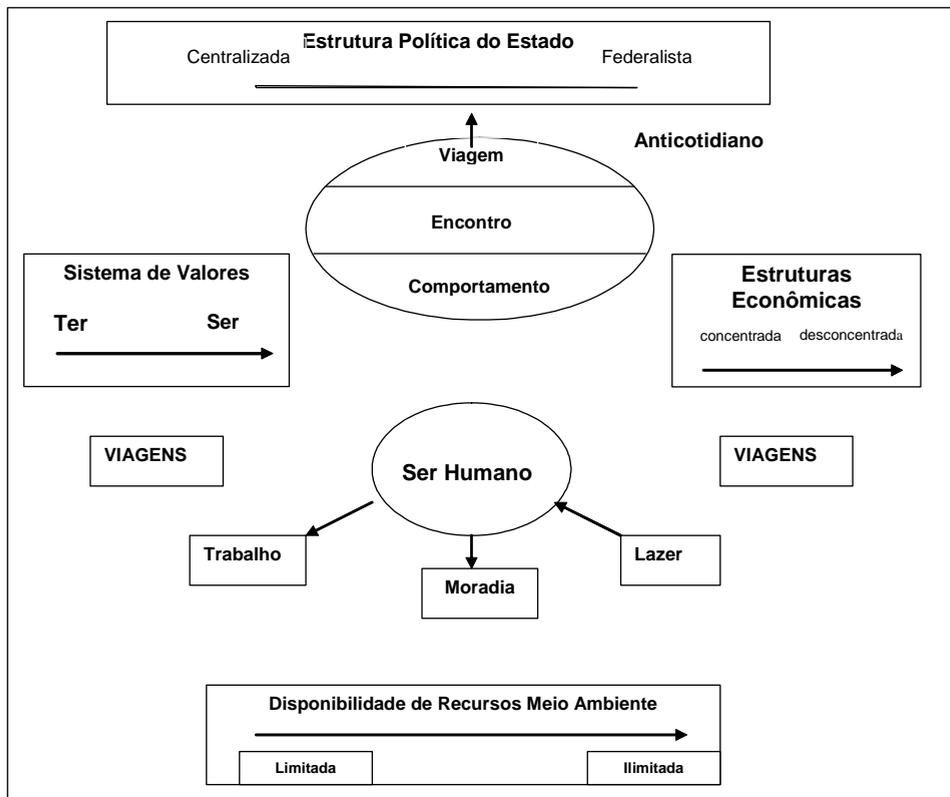
Para John Swarbrooke (2000), o turismo sustentável está relacionado ao meio ambiente, com seus recursos naturais. Olga Tulik (1998:45) destaca que estes recursos são “recursos primários da oferta turística” e que devem ser preservados, conservados para gerações futuras.

A economia é outro elemento do turismo sustentável com vistas à geração de empregos para as comunidades locais e o retorno para a

sociedade. O respeito e a valorização às comunidades locais, seja por meio da cultura e dos valores sociais, seja por outras questões implicadas, tendo em vista que essas pessoas são as anfitriãs.

O planejamento é a ferramenta básica para a análise deste complexo estudo. Falar sobre sustentabilidade e garantir seus conceitos não é tarefa para se realizar em curto e em médio prazo. Dependendo do objeto de estudo, da comunidade e outras questões pertinentes, leva-se de vinte ou talvez trinta anos para analisar e avaliar tal processo de sustentabilidade.

FIGURA 2 - MODELO EXISTENCIAL NA SOCIEDADE INDUSTRIAL (adaptado)



FONTE: Jost Krippendorf (2003:26).

A todo instante deve ser analisada a qualidade de vida dessas comunidades. Após a degradação de países desenvolvidos na esfera ambiental, várias foram as preocupações com as relações da sociedade industrial com o meio que se firmava progressivamente aos problemas ambientais. O pioneiro trabalho da jornalista Rachel Calson, em *A primavera silenciosa*, abria espaço para discussões sociais que não cessariam por ali, chegando a organismos mundiais tais preocupações.

Com as primeiras reuniões da Organização das Nações Unidas (ONU), nos anos de 1950 em Roma, 1973 em Estocolmo, o mundo voltou os olhos para as questões ambientais. A valorização do meio ambiente foi definida e defendida. Novas legislações foram estabelecidas, novas estruturas foram reordenadas, e comportamentos sociais foram mudados, até a RIO-92. A educação passou a ser um dos elementos primordiais para a conservação ambiental.

E o turismo? O turismo, como atividade, passou a ser analisado de forma fragmentada, justamente pela amplitude de espaços em que está presente. As áreas naturais destinadas à visitação passaram a novos meios e regras para receber o visitante.

Os espaços urbanos são mais complexos. A definição e a observação do turista são de capital importância, para que ele possa usufruir esses espaços. Embora cidades brasileiras venham buscando qualificar seus bens materiais, tais como prédios, museus e mercados, verifica-se um “restauro” desses bens materiais que podem afastar as comunidades locais e que, por outro lado, geram a valorização comercial e imobiliária do lugar. É observada a busca pelo patrimônio, e a titulação concedida pela UNESCO passa a ser uma “grife” para o turismo.

Onde estão as comunidades locais?

5 COMUNIDADES RECEPTORAS

Para se recorrer ao conceito de comunidades anfitriãs, deve ser ressaltado o que delimita o núcleo receptor. São populações que convivem com esse fluxo contínuo de pessoas, temporariamente.

Segundo John Swarbrooke (2000), comunidades locais estão ou devem ser analisadas com base nas interferências a seguir.

- a) Qual a área geográfica em que estas comunidades estão inseridas?

- b) Aparecem grupos expressivos de imigrantes, residentes, naturalizados?
- c) Qual a relação do turismo com as comunidades e culturas diferentes?
- d) Incorpora pessoas que moram fora da área e que têm interesse na comunidade?
- e) Há uma elite dominante ou a comunidade é administrada por um sistema de política democrática?
- f) Há uns ou outros grupos que convivem com interesses diferentes?

O estudo das comunidades anfitriãs pode ser observado no subsistema social descrito por Mário Beni (2000):

- a) na esfera social é considerada a população residente incluindo a autóctone;
- b) deve haver a permeação social no procedimento da ocupação turística, recreacionista nas destinações turísticas;
- c) observar o grau de participação autóctone e residente nas iniciativas do turismo nas áreas receptoras;
- d) preparar a mão-de-obra da população residente para absorção no mercado de trabalho e recepção do turista;
- e) mensurar o nível de absorção da mão-de-obra e oportunidades de emprego da população residente para o mercado de trabalho em turismo;
- f) pesquisar a flutuação da mão-de-obra empregada em atividades de turismo e recreação;
- g) observar e analisar sempre que possível o nível de relacionamento social entre a população residentes e visitantes.

Por muito tempo o turismo firmou-se de forma agressiva, deixando as comunidades anfitriãs alheias à participação de seu processo e do desenvolvimento de atividades turísticas.

Nas áreas em que há o predomínio de uma natureza exuberante, como o “mundo tropical”, a terminologia utilizada foi o “turismo alternativo”, que, para Paulo Pires (2002), vem a ser o cliente se hospedar em habitações dos próprios anfitriões que eventualmente podem oferecer serviços e facilidades. Nesses espaços a compreensão do turismo é um conjunto indissociável de sistemas e objetos e de sistemas de ações.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Beatriz Lage e Paulo César Milone (2000) apresentam um estudo de caso em Cacún (México) no desenvolvimento de artesanato em tear. As elaborações de mantas coloridas pela comunidade local são vendidas aos turistas e geram riqueza para os moradores. Com o aumento do fluxo de visitantes, essas mantas diminuíram de tamanho e passaram a ser confeccionadas em teares industriais, o que representa a descaracterização do trabalho artesanal.

A cultura das comunidades anfitriãs sofre com o processo de turistificação do espaço, seja na busca de aquisição dos hábitos dos turistas, seja no comportamento das comunidades. Percebem-se a valorização em outras comunidades e o resgate cultural delas.

No trabalho e desenvolvimento do lazer e turismo, deve haver o equilíbrio, o entendimento, a solidariedade e a harmonia entre visitantes e comunidades locais.

Devem-se acrescer os métodos e as formas de planejar o turismo, bem como oportunizar grupos a desenvolverem projetos de valorização social.

A comunidade acadêmica deve ser chamada para a análise de problemas locais e para um equilíbrio entre as atividades de lazer relacionadas ao turismo e à comunidade anfitriãs.

As pesquisas socioantropológicas envolvendo o turismo, lazer e comunidades locais não se esgotam. As relações entre visitante e visitado deve ser o ponto de equilíbrio no ordenamento do turismo em diferentes espaços.

REFERÊNCIAS

BACAL, Sarah S. (2003). **Lazer o universo dos possíveis**. São Paulo: Aleph, 2003.

BENI, Mário. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Senac, 2000.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2003.

LAGE, Beatriz. Parques, lazer e turismo. In: ABRAMIDES; LAGE, Beatriz. **Turismo, hotelaria e lazer**. São Paulo: Atlas, 2004.

_____; MILONE, Paulo César. **Turismo teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

PIRES, Paulo. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: Senac, 2002.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável**: meio ambiente e economia. São Paulo: Aleph, 2000.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoy. **Entretenimento**: uma crítica aberta. São Paulo: Senac, 2004.

TULIK, Olga. In: **Turismo e Análise**. São Paulo: ECA-USP, 1998.

Recebido em 29 de maio de 2008.

Aceito em 16 de junho de 2008.

Artigo recebido em 29/5/2008. Aprovado para publicação em 16/6/2008.

NORMAS EDITORIAIS

NORMAS EDITORIAIS

A revista *PerCurso: Sociedade, Natureza e Cultura*, publicação oficial do UNICURITIBA, de circulação nacional e internacional, com periodicidade anual, destina-se à veiculação de artigos científicos e resenhas, frutos das atividades de pesquisas, do diálogo interdisciplinar entre as Ciências Humanas.

Sua principal vocação é agregar valor científico ao debate que ocorre nas diferentes áreas das Ciências Humanas trazendo a contribuição de trabalhos escritos em vários idiomas e vinculados a programas de graduação e pós-graduação do Brasil e do exterior.

Visando à qualificação dos debates e tendo em vista o projeto de inserção da Revista no sistema *Qualis*, da CAPES (órgão oficial do Ministério da Educação brasileiro), rege-se a publicação pelas **normas editoriais** a seguir, para a elaboração, a apresentação e a análise de textos, propostas pela Editoria da Revista e aprovadas pela Comissão Editorial do UNICURITIBA.

1 Só veicula artigos **inéditos**, os quais deverão contribuir para a compreensão das diversas áreas das Ciências Humanas. Deverão ser enviados à Editoria da Revista, em meio eletrônico (arquivos para o seguinte endereço: npea@unicuritiba.edu.br), conforme datas a serem estipuladas anualmente nas chamadas de artigos para a Revista.

2 Todos os artigos devem apresentar a seguinte estrutura:

- a) como **elementos pré-textuais** – título (em fonte tamanho 14, em negrito e centralizado, com versões em inglês e em algum outro idioma de caráter internacional) seguido, à direita, da identificação da autoria e das credenciais desta (nomes completos de autores e co-autores, titulações, vínculos institucionais e atividades profissionais atuais), menção às subvenções recebidas, apoios e financiamentos, sumário (contendo os tópicos em que se divide o artigo, logo abaixo do título e dos nomes dos articulistas), resumo e palavras-chave em língua vernácula, resumo e palavras-chave em inglês e resumo e palavras-chave em outra língua estrangeira;
- b) como **elementos textuais** – introdução, desenvolvimento e conclusão;
- c) como **elementos pós-textuais** – lista de referências (somente as obras efetivamente citadas no texto deverão aparecer nas referências).

3 Os trabalhos para a seção “Artigos Científicos” deverão ter entre 10 e 25 páginas e ser digitados em Word 7.0 ou versão mais atualizada, formato do papel A4, fonte arial tamanho 12 e com espaçamento 1,5 entre as linhas, para o texto normal; para as citações diretas de mais de três linhas, notas de rodapé, paginação e legendas de ilustrações e tabelas, o tamanho da fonte passa a ser o 10, e o espaçamento, simples.

4 As páginas devem apresentar margem esquerda e superior de 3 cm, direita e inferior de 2 cm, e as citações diretas de mais de três linhas devem ser destacadas em parágrafo próprio com recuo de 4 cm da margem esquerda e sem aspas.

5 No texto, as citações devem ser indicadas pelo sistema de chamada autor-data (exemplo: WARAT, 1985, p. 30), o qual admite somente notas de rodapé explicativas.

6 As referências bibliográficas devem vir em lista única ao final do trabalho, ordenadas pelo sistema alfabético, digitadas em espaço simples, separadas entre si por espaço 1,5.

7 As locuções em língua estrangeira e destaques deverão ser redigidos em *itálico*.

8 Todos os textos devem seguir as demais normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) sobre citações e notas de rodapé, referências em documentos e outras especificidades (ver, notadamente a NBR 14724, a NBR 10520 e a NBR 6023, todas de agosto de 2002).

9 Os artigos (de ambas as seções) deverão ter suas introduções antecedidas por resumos em português e correspondentes em inglês (*abstract*) e em mais um idioma de divulgação internacional que não o do próprio texto (*résumé, resumen, riassunto, resumo* etc.) de até 10 linhas, bem como de 3 a 6 palavras-chave também com as correspondentes em inglês (*keywords*) e em mais um idioma de caráter internacional que não o do próprio texto (*mots clés, palabras clave, parole-chiave, palavras-chave* etc.), para fins de adequada indexação.

10 As colaborações para a seção “Resenha” deverão conter de 2 a 5 páginas, enquadrar-se na temática do número da Revista e versar sobre obra clássica, ainda não publicada no Brasil ou muito recente, desde que tenha impacto na temática da Revista, nada obstando que a obra reúna mais de uma dessas características

11 Artigos científicos e resenhas não poderão ser assinados por meio de pseudônimos. A identificação da autoria das resenhas segue os mesmos requisitos da dos artigos.

12 Tanto no caso de artigos quanto no de resenhas, os autores ou co-autores deverão encaminhar seus trabalhos com ofício datado, contendo a declaração de ineditismo do texto, além dos seguintes dados: título do trabalho, nomes completos, endereços completos (inclusive os eletrônicos) e telefones. Deverão ainda veicular a autorização para a publicação e a cedência formal dos direitos de publicação, pelo preenchimento e anexação da Ficha de Autorização de Publicação de Obra Intelectual, disponível em www.unicuritiba.edu.br, *link* Núcleo de Pesquisa e Extensão Acadêmica → Publicações → Revista PerCurso: Curitiba em turismo.

13 A permissão para o uso de ilustrações, imagens, tabelas, etc., extraídas de outras publicações, bem como quaisquer outras licenças ou aprovações perante entidades detentoras de direitos autorais, é de plena responsabilidade dos autores dos artigos e das resenhas.

14 Os artigos ou resenhas internacionais redigidos em espanhol deverão ser encaminhados e serão publicados em seu idioma original, caso em que, além dos *resúmenes* e *palabras clave* traduzidos em inglês, poderão também ter esses correspondentes em língua portuguesa.

14.1 Artigos ou resenhas internacionais redigidos em outros idiomas, que não o espanhol, deverão ser encaminhados nos idiomas originais e terão tradução para o vernáculo (publicação bilíngüe).

14.2 Artigos ou resenhas escritos por acadêmicos somente serão recebidos para análise se apresentados em co-autoria com professores orientadores de projetos de pesquisa, de extensão, de trabalhos de conclusão de cursos de graduação ou de pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado).

15 A publicação das colaborações recebidas estará condicionada à avaliação do Conselho Científico da Revista e de eventuais avaliadores *ad hoc*, que poderão aprová-las na íntegra, sugerir alterações ou recusá-las definitivamente.

16 A Editoria da Revista enviará correspondência eletrônica confirmando o recebimento dos trabalhos, bem como a lista daqueles que forem selecionados para a respectiva publicação.

17 A Editoria da Revista poderá executar, com ou sem recomendação do Conselho Científico e dos avaliadores *ad hoc*, pequenas alterações de caráter meramente formal nos textos recebidos, de modo a adequá-los aos padrões da ABNT, não sendo admitidas modificações de estrutura, conteúdo ou estilo, sem o prévio consentimento dos autores.

18 Os autores de artigos e resenhas aprovados para publicação com sugestões de alterações (correções de linguagem, adequações à ABNT etc.) por parte dos avaliadores ou da Editoria da Revista serão contatados pela Instituição para realizá-las e, depois disso, emitir nova autorização de publicação. A Editoria pode recusar a publicação dos artigos ou das resenhas em relação aos quais foram feitas ressalvas pelos avaliadores, caso essas não tenham sido consideradas pelos respectivos autores.

19 O Conselho Editorial, integrado por membros dotados de maturidade científica e senioridade em pesquisa, representantes de mais de um Estado da Federação brasileira e futuramente de alguns países, que auxilia a Editoria na definição do projeto editorial (temática) de cada número da Revista e na resolução de dúvidas a ele pertinentes.

20 O Conselho Científico, composto pelos professores do UNICURITIBA e de alguns convidados externos, auxilia a Editoria da Revista tanto na revisão dos artigos recebidos (Ficha de Avaliação de Artigos) quanto na indicação de avaliadores *ad hoc* (internos ou externos à Instituição), quando necessário, como na captação de artigos conforme as temáticas da Revista. Na avaliação dos artigos serão mantidas em sigilo suas autorias.

21 A Revista adota uma política de combate à endogenia, seguindo as diretrizes da CAPES, no sentido de que seja o menor possível o número de artigos publicados de autoria de professores da própria Instituição.

22 A publicação não implica nenhuma espécie de remuneração, somente cabendo aos autores de artigos e resenhas o encaminhamento, gratuito, de 3 (três) exemplares do número da Revista em que tiver sido veiculada sua colaboração, havendo também o encaminhamento de 1 (um) exemplar para cada membro dos conselhos e aos revisores *ad hoc*.